



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SATISFAÇÃO CONJUGAL E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DE  
FAMÍLIAS INTACTAS E RECASADAS**

**Aline Carvalho de Almeida**

**JOÃO PESSOA**

**FEVEREIRO DE 2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SATISFAÇÃO CONJUGAL E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DE  
FAMÍLIAS INTACTAS E RECASADAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, por Aline Carvalho de Almeida, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Nunes da Fonsêca, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

**JOÃO PESSOA  
FEVEREIRO DE 2016**

A447s Almeida, Aline Carvalho de.  
Satisfação conjugal e valores humanos dos casais de famílias intactas e recasadas / Aline Carvalho de Almeida.- João Pessoa, 2016.  
169f. : il.  
Orientadora: Patrícia Nunes da Fonseca  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL  
1. Psicologia social. 2. Satisfação conjugal. 3. Valores humanos. 4. Recasamento.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

**SATISFAÇÃO CONJUGAL E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DE  
FAMÍLIAS INTACTAS E RECASADAS**

**Aline Carvalho de Almeida**

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca (UFPB, Orientadora)

---

Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia (UFPB, Membro Interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Viviany Silva Araújo Pessoa (UFPB, Membro Interno)

---

Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros (UFPI, Membro Externo)

A Raimundo Fernandes de Souza (*in memoriam*);

A toda a minha família;

E a você, leitor.

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por sua infinita misericórdia, benevolência e fidelidade, por ser o amigo mais fiel que me conduz pelo caminho certo, protegendo-me de todos os males e perigos, ainda que eu não seja merecedora de tamanho amor e cuidado. Agradeço por tudo que tem sido concedido a mim, como também por tudo aquilo que me foi negado.

Nessa caminhada, muitas pessoas me ajudaram, ampararam e me inspiraram com seus exemplos. Dessa forma, tenho muito o que agradecer, mas tentarei resumir. Dirijo meus agradecimentos primeiramente aos meus pais, *José de Almeida* e *Francisca das Chagas*, que foram os meus primeiros incentivadores, aqueles que acreditaram em mim desde sempre, amaram-me e cuidaram de mim como se o tempo não me acrescentasse idade, pois para eles continuo sendo uma criança. A eles dedico minha infinita gratidão, carinho e amor.

À minha orientadora, professora *Patrícia Fonsêca*, por ter me proporcionado a oportunidade de realizar um sonho. Obrigada por todos os momentos em que a senhora dedicou seu tempo para discutir, pensar junto comigo e me direcionar para o melhor caminho. Com a senhora pude aprender mais do que fazer pesquisa, aprendi com seu exemplo, o quanto vale buscar enxergar o caráter e o que há dentro do coração das pessoas.

Ao professor *Valdiney Gouveia* e ao professor *Diógenes Medeiros*, por terem aceitado participar da banca avaliadora dessa dissertação. Sem dúvida foi uma grande honra contar com as contribuições desses profissionais, que são grandes exemplos e referências para mim, meu agradecimento sincero. Em especial, dedico meu agradecimento à professora *Viviany Pessoa*, que também com muita gentileza aceitou ser membro dessa banca, o que me enche de grande alegria e emoção, já que ela foi a minha

orientadora do TCC, ensinou-me inúmeras lições, as quais guardarei para sempre em minha mente e em meu coração. Professora, muito obrigada por tudo que a senhora fez por mim e por ser exatamente como a senhora é.

Ao meu namorado *Bruno Arruda*, por ser meu melhor amigo e estar sempre ao meu lado, fazendo-me sorrir, ajudando-me em tudo que eu preciso, aguentando meus aborrecimentos e me amparando quando estou quase sem forças. Obrigada por tornar essa caminhada mais leve, por me oferecer segurança e um colo onde sempre posso descansar e por encher meu coração de amor e coragem.

Agradeço aos meus irmãos *Priscila Carvalho* e *Helder Carvalho* e aos meus cunhados *Rinaldo Rodopiano* e *Marciliane Marcone*, por serem fontes de companheirismo e de apoio, pela solicitude e carinho de sempre e à minha linda sobrinha *Lorena*, por encher meus dias de alegria. Bem como a todos os meus familiares, tios (as), primos (as), avós e avôs, em especial aos meus primos *Ray Almeida* e *Lara Fernandes*, que por algum tempo acompanharam mais de perto a minha rotina e me ofereceram palavras de incentivo e apoio, além de muitas risadas.

Aos meus professores da graduação em Psicopedagogia, por me acompanharem desde o início. Foram eles que me apresentaram a vida acadêmica e foi com eles que comecei a aprender como se estuda. Em especial agradeço a *Carla Moita*, *Andreia Escarião*, *Mônica Dias*, *Roberto Anselmo*, *Otávio Mendonça* e *Magno Alexon*, pela torcida, apoio e incentivo.

Aos professores do mestrado em Psicologia Social, que com muita competência possibilitaram a ampliação dos meus conhecimentos. Em especial agradeço ao professor *Natanael*, por ter sido aquele que melhor me recebeu no programa de pós-graduação, oferecendo-me apoio e sempre se disponibilizando com boa vontade para esclarecer

dúvidas. Como também agradeço ao professor *Carlos Eduardo Pimentel*, por ter oferecido com boa vontade apoio e orientações valiosas.

Às minhas queridas amigas *Ane Freire* e *Helen Karine*, minhas irmãs do coração, que sempre estão ao meu lado me apoiando, torcendo pelo meu sucesso e felicidade, dando-me força e se esforçando para ajudar de alguma forma a resolver meus problemas. Agradeço a Deus pela simplicidade e sinceridade da nossa amizade.

À *Helena Priscila*, por seu jeito amoroso, divertido e sincero de ser, à *Priscila Vasconcelos* e *José Walter*, pelo apoio e incentivo. Ao meu companheiro e técnico oficial (*teamThayro*) *Thayro Carvalho*, por ser aquele que me incentivou a entrar no mestrado e sempre me deu conselhos valiosos, protegendo-me de tantos perigos e estando disponível para me ajudar. Amiguinhos do meu coração, muito obrigada.

Ao grupo NEDHES, pelo qual tenho imensa gratidão. Núcleo de pesquisa que, com carinho, acolheu-me e tanto me ajudou, principalmente na aplicação dos questionários. A todos os membros desse grupo, que são pessoas muito especiais, meu sincero agradecimento: *Andrezza, Juliana, Bel, Mayara, Jaci, Bia, Jerssya, Ricardo, Tamiris, Rosy, Nathália, Jéssyca, Polly* e *Nicole*. Em especial, agradeço pelo companheirismo da minha parceira de mestrado *Bruna Lopes*, por todas as vezes em que ela procurou me ajudar, conversar e reunir forças, para juntas enfrentarmos o desafio de nos tornarmos mestres. Bem como à minha querida amiga e irmã gêmea *Erília Pereira*, essa pessoa tão doce, que com muita dedicação procurou me ajudar no que lhe foi possível.

Por fim, agradeço a todos os homens e mulheres casados e recasados que participaram dessa pesquisa, sem vocês nada disso seria possível. Muito obrigada mesmo!

## SATISFAÇÃO CONJUGAL E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DE FAMÍLIAS INTACTAS E RECASADAS

**Resumo:** A presente dissertação teve como objetivo comparar a satisfação conjugal e os valores humanos de casais de famílias intactas e recasadas. Procurou-se ainda elaborar e reunir evidências de validade e precisão da medida de Satisfação Conjugal (ESC), conhecer os correlatos valorativos da satisfação conjugal e o poder preditivo dos valores frente a esse construto. No Estudo 1, participaram 208 pessoas casadas ou em união estável ( $m_{idade} = 36$ ; 58,7% do sexo feminino), estas responderam à Escala de Satisfação conjugal e a perguntas sociodemográficas. A análise de componentes principais indicou uma estrutura com quatro componentes que explicou 50% da variância total, cujos fatores específicos apresentaram consistência interna aceitável ( $\alpha = 0,91$ ). No Estudo 2, participaram 214 indivíduos casados e recasados ( $m_{idade} = 39$ ; 53,3% do sexo feminino) que responderam à Escala de Satisfação Conjugal (ESC), ao Questionário de Valores Básicos (QVB) e perguntas sociodemográficas. Os resultados da análise fatorial confirmatória indicaram que a Escala de Satisfação Conjugal apresentou estrutura psicométrica adequada [ $\chi^2 = 319,248$ ;  $\chi^2/gl = 1,97$ ; GFI = 0,87; AGFI = 0,83; CFI = 0,90; RMSEA = 0,068 (IC90% = 0,057 - 0,078); TLI = 0,88 e CAIC = 624, 815]. O índice de consistência interna geral da medida (20 itens) foi de 0,89 e de cada componente em específico: *Afetividade* ( $\alpha = 0,80$ ); *Compatibilidade* ( $\alpha = 0,78$ ); *Incongruência* ( $\alpha = 0,79$ ) e *Ajustamento Financeiro* ( $\alpha = 0,73$ ). Por fim, no Estudo 3, ao proceder análises de correlação de *Pearson*, observou-se que a satisfação conjugal se correlacionou de forma significativa e positiva com as subfunções normativa ( $r = 0,19$ ;  $p < 0,01$ ), suprapessoal ( $r = 0,20$ ,  $p < 0,01$ ) e interativa ( $r = 0,27$ ;  $p < 0,01$ ). Ao realizar a regressão linear múltipla (Método *Stepwise*) [ $R = 0,27$ ,  $R^2 = 0,07$ ;  $F(1,21) = 16,03$ ;  $p < 0,001$ ], percebeu-se que apenas a subfunção interativa ( $\beta = 0,21$ ;  $t = 4,00$ ;  $p < 0,001$ ) foi capaz de prever a satisfação conjugal. Por fim, foram realizadas análises multivariadas de variância (MANOVA). Constatou-se que apenas a variável sexo, apresentou diferenças significativas em relação à satisfação conjugal [ $\lambda = 0,94$ ,  $F(4,209) = 3,02$ ,  $p < 0,05$ , tamanho do efeito = 0,05], com os homens pontuando mais alto do que as mulheres. Em relação a outras variáveis sociodemográficas (tempo de união, filhos, classe social e religiosidade), não foram observadas diferenças significativas. Com relação à variabilidade dos valores humanos em função do estado civil (casado ou recasado) também não houve diferença significativa. Quanto à variabilidade da satisfação conjugal em função do estado civil, encontrou-se diferença apenas em relação ao fator *Afetividade* [ $F(1; 2,197) = 4,92$ ,  $p < 0,05$ ,  $\eta = 0,02$ ] no qual as pessoas em primeira união pontuaram mais do que as recasadas. Concluindo, confia-se que os objetivos propostos nessa dissertação foram alcançados, contribuindo para o entendimento das relações entre os valores humanos e a satisfação conjugal, bem como as variáveis envolvidas na promoção da harmonia e felicidade no casamento.

**Palavras Chave:** Satisfação Conjugal; Valores Humanos; Recasamento.

## MARITAL SATISFACTION AND HUMAN VALUES OF COUPLES FROM REMARRIED AND INTACT FAMILIES

**Abstract:** This master's dissertation aims to compare marital satisfaction and human values of couples from intact and remarried families. It sought further to develop and gather evidences of validity and accuracy of the Marital Satisfaction Scale (MSS) and know the valorative correlates of marital satisfaction and the predictive power of values with regard to this construct. In the Study 1, 208 married or in stable union couples ( $m_{age} = 36$ ; 58.7% female) participated, answering to marital satisfaction scale and sociodemographic questions. The principal components analysis suggested a tetra factorial structure that explained 50% of the total variance, whose specific factors had acceptable internal consistency ( $\alpha = 0.91$ ). In the Study 2, 214 married and remarried individuals ( $m_{age} = 39$ ; 53.3% female) participated, answering the Marital Satisfaction Scale (MSS), the Basic Values Questionnaire (BVQ) and sociodemographic questions. The results of confirmatory factorial analysis suggested that the Marital Satisfaction Scale showed adequate psychometric structure [ $\chi^2 = 319.248$ ;  $\chi^2/df = 1.97$ ; GFI = 0.87; AGFI = 0.83; CFI = 0.90; RMSEA = 0.068 (IC90% = 0.057 – 0.078); TLI = 0.88 e CAIC = 624.815]. The overall internal consistency index of the scale (20 items) was 0.89 and in each particular component: Affectivity ( $\alpha = 0.80$ ); Compatibility ( $\alpha = 0.78$ ); Incongruity ( $\alpha = 0.79$ ) and Financial Adjustment ( $\alpha = 0.73$ ). In the Study 3, by proceeding Pearson's correlation analysis it was noted that marital satisfaction was correlated significantly and positively with the subfunctions normative ( $r = 0.19$ ;  $p < 0.01$ ), suprapersonal ( $r = 0.20$ ,  $p < 0.01$ ) and interactive ( $r = 0.27$ ;  $p < 0.01$ ). When performing multiple linear regression (stepwise method) [ $R = 0.27$ ,  $R^2 = 0.07$ ;  $F(1,21) = 16.03$ ;  $p < 0,001$ ], it was noticed that only the interactive subfunction ( $\beta = 0.21$ ;  $t = 4.00$ ;  $p < 0,001$ ) was able to predict marital satisfaction. Finally, it was performed multivariate analysis of variance (MANOVA). It was found that only the variable gender presented significant differences with regard to marital satisfaction [ $\lambda = 0.94$ ,  $F(4,209) = 3.02$ ,  $p < 0.05$ , size effect = 0.05], with men scoring higher than women. Regarding other sociodemographic variables (time of marriage, children, social class and religion) no significant differences were observed. Regarding the variability of human values based on the marital status (married or remarried), there was no significant difference. Regarding to the variability of marital satisfaction based on the marital status, it was found differences only in concern with the Affection factor [ $F(1; 2.197) = 4.92$ ,  $p < 0.05$ ,  $\eta^2 = 0.02$ ] in which people in first marriage scored higher than remarried. In conclusion, the objectives proposed in this dissertation were achieved, contributing to the understanding of relationships between human values and marital satisfaction as well as the variables involved in the promotion of harmony and happiness in marriage.

**Keywords:** Marital Satisfaction; Human Values; Remarriage.

## Sumário

|                                                                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                   | <b>16</b> |
| <b>CAPÍTULO I – FAMÍLIA.....</b>                                                                          | <b>24</b> |
| 1.1 – Conceito de família .....                                                                           | 25        |
| 1.2 – História da família .....                                                                           | 29        |
| 1.2.1 – A família nas civilizações primitivas.....                                                        | 29        |
| 1.2.2 – A família brasileira .....                                                                        | 31        |
| 1.3 – Tipos de família .....                                                                              | 35        |
| 1.4 – Direito de família .....                                                                            | 38        |
| 1.5 – O recasamento e a família recasada .....                                                            | 44        |
| <b>CAPÍTULO II – SATISFAÇÃO CONJUGAL.....</b>                                                             | <b>50</b> |
| 2.1 – Satisfação e Psicologia Positiva.....                                                               | 51        |
| 2.2 – Satisfação Conjugal .....                                                                           | 54        |
| 2.3 – Medidas de Satisfação Conjugal.....                                                                 | 64        |
| <b>CAPÍTULO III – VALORES HUMANOS .....</b>                                                               | <b>71</b> |
| 3.1 - Valores Individuais.....                                                                            | 72        |
| 3.1.1 - Milton Rokeach .....                                                                              | 72        |
| 3.1.2 - Shalom H. Schwartz .....                                                                          | 77        |
| 3.1.3 - Valdiney V. Gouveia .....                                                                         | 82        |
| 3.3 - Valores Humanos e Satisfação .....                                                                  | 91        |
| <b>CAPÍTULO IV - ESTUDO 1 - PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DA ESCALA<br/>DE SATISFAÇÃO CONJUGAL (ESC) .....</b> | <b>94</b> |
| 4.1 – Método .....                                                                                        | 95        |
| 4.1.1 – Delineamento .....                                                                                | 95        |
| 4.1.2 - Participantes .....                                                                               | 95        |
| 4.1.3 - Instrumentos.....                                                                                 | 95        |
| 4.1.4 - Procedimento .....                                                                                | 96        |
| 4.1.5 - Análise de dados .....                                                                            | 97        |
| 4.2 – Resultados.....                                                                                     | 98        |
| 4.2.1 – Escala de Satisfação Conjugal (ESC): Evidências Psicométricas .....                               | 98        |
| 4.2.2 – Poder Discriminativo dos Itens.....                                                               | 98        |
| 4.2.3 – Análise de Componentes Principais e Consistência Interna da ESC .....                             | 100       |
| 4.3 – Discussão Parcial .....                                                                             | 104       |

|                                                                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CAPÍTULO V – ESTUDO 2 – VALIDADE CONFIRMATÓRIA DA ESCALA DE SATISFAÇÃO CONJUGAL (ESC)</b>                     | <b>108</b> |
| 5.1 – Método                                                                                                     | 109        |
| 5.1.1 – Delineamento                                                                                             | 109        |
| 5.1.2 – Participantes                                                                                            | 109        |
| 5.1.3 – Instrumentos                                                                                             | 109        |
| 5.1.4 – Procedimento                                                                                             | 109        |
| 5.1.5 – Análise de dados                                                                                         | 110        |
| 5.2 – Resultados                                                                                                 | 112        |
| 5.2.1 – Escala de Satisfação Conjugal (ESC): Validade Fatorial Confirmatória e Consistência Interna              | 112        |
| 5.3 – Discussão Parcial                                                                                          | 113        |
| <b>CAPÍTULO VI – ESTUDO 3 – SATISFAÇÃO CONJUGAL E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DA FAMÍLIA INTACTAS E RECASADAS</b> | <b>116</b> |
| 6.1 Método                                                                                                       | 117        |
| 6.1.1 – Delineamento e hipóteses                                                                                 | 117        |
| 6.1.2 – Participantes                                                                                            | 118        |
| 6.1.3 – Instrumentos                                                                                             | 118        |
| 6.1.4 – Procedimento                                                                                             | 120        |
| 6.1.5 – Análise de dados                                                                                         | 120        |
| 6.2 – Resultados                                                                                                 | 120        |
| 6.2.1 – Valores Humanos e Satisfação Conjugal: Estudo Correlacional                                              | 120        |
| 6.2.2- Satisfação Conjugal e Valores Humanos: Estudos comparativos                                               | 123        |
| 6.3 - Discussão Parcial                                                                                          | 124        |
| <b>CAPÍTULO VII – DISCUSSÃO</b>                                                                                  | <b>134</b> |
| 7.1 – Limitações Potenciais do Estudo                                                                            | 136        |
| 7.3 – Direções Futuras                                                                                           | 137        |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                               | <b>138</b> |
| <b>APÊNDICES</b>                                                                                                 | <b>161</b> |
| APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO                                                          | 162        |
| APÊNDICE B - ESCALA DE SATISFAÇÃO CONJUGAL (ESC)                                                                 | 163        |
| <b>ANEXOS</b>                                                                                                    | <b>164</b> |
| ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE VALORES BÁSICOS (QVB)                                                                  | 165        |
| ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO                                                                          | 166        |

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ANEXO 3 - PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE<br>ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS..... | 167 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## Lista de Tabelas

---

|                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Tabela 1:</i> Valores Instrumentais e Terminais (Rokeach, 1973) .....                    | 75  |
| <i>Tabela 2:</i> Poder Discriminativo dos Itens da ECS .....                                | 99  |
| <i>Tabela 3:</i> Análise de Componentes Principais da Escala de Satisfação Conjugal .....   | 102 |
| <i>Tabela 4:</i> Correlação entre a satisfação conjugal e as subfunções dos valores básicos | 122 |

## Lista de Figuras

---

|                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Figura 1:</i> Pirâmide de Maslow.....                                   | 53  |
| <i>Figura 2:</i> Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais .....     | 79  |
| <i>Figura 3:</i> Funções, subfunções e valores específicos.....            | 85  |
| <i>Figura 4:</i> Congruência das subfunções dos valores básicos. ....      | 90  |
| <i>Figura 5:</i> Representação Gráfica dos Valores Próprios da ESC. ....   | 101 |
| <i>Figura 6:</i> Ilustração Gráfica da Escala de Satisfação Conjugal. .... | 113 |

*Olha,*

*Entre um pingo e outro a chuva não molha.*

Millôr Fernandes

## **INTRODUÇÃO**

---

O ser humano, desde o momento em que nasce, está ligado a uma família. Esta se torna o primeiro espaço de socialização do ser humano e, portanto, mediadora das influências e dos padrões culturais ditados pela sociedade (Dessen & Polonia, 2007; Noronha & Parron, 2012). Como espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, da proteção e do desenvolvimento de seus membros, a família ainda é responsável por propiciar os aportes afetivos e materiais necessários para a promoção do bem-estar dos seus componentes (Silveira, 2000).

A instituição familiar, presente desde os primórdios da civilização, é fruto da necessidade do ser humano de estabelecer relações afetivas. Partindo desse pressuposto, a ideia de família sempre esteve intimamente vinculada ao casamento, pois o matrimônio seria a base familiar (Noronha & Parron, 2012).

No Brasil, a estrutura familiar esteve marcada pela tradição patriarcal, pela submissão da mulher e pelo comando do homem. Com a crescente industrialização e a urbanização, o patriarcado começou a perder força, o que implicou em profundas transformações na família. No entanto, foi a partir de 1960 que essas mudanças se tornaram mais evidentes devido às transformações sociais e econômicas, como a industrialização, a concentração de renda e o aumento do trabalho infanto-juvenil e feminino. Durante esse processo também aconteceram mudanças no tocante às relações interpessoais, afetivas e sexuais, que contribuiu para a emergência de novos modelos de tipos familiares (Porreca, 2011).

Da mesma forma que a família tradicional vem sofrendo alterações em sua estrutura, as noções que norteavam o casamento também já não são mais as mesmas, uma vez que o casal pode estar unido por casamento civil, união estável ou apenas viver em casas separadas. Outra mudança significativa diz respeito à formação dos recasamentos, pois a convivência dos filhos de um dos cônjuges com padrastos ou madrastas aumenta a

complexidade das relações familiares (Dantas, Jablonski, & Féres-Carneiro, 2004; Silva, Trindade, & Silva Junior, 2012).

O presente e o passado da família são elementos indissociáveis, quando se pretende compreender os processos de construção de configurações familiares contemporâneas. Dessa forma, o recasamento é um arranjo familiar que vem contribuir para a transformação do modelo tradicional sócio-histórico e que se torna cada vez mais recorrente na atualidade (Travis, 2003).

No contexto brasileiro, de acordo com os dados do Registro Civil do ano de 2013, publicados em 2014, do total de casamentos ocorridos, 76,96% foram entre cônjuges solteiros, ou seja, ambos em primeira união. Enquanto o número de recasamentos teve um aumento significativo: já que em 1999 eles representavam 10,6%, em 2008 chegaram a 17,1% e em 2013 totalizaram 22,65% das uniões formais.

Tendo em vista o aumento do número de recasamentos, surge a necessidade de refletir acerca das relações existentes no contexto da família recasada, uma vez que o recasamento demanda a necessidade de mudanças em seus modelos de valores. Nesse sentido, a família recasada deve passar por um período de transição até encontrar uma nova fase de acomodação para propiciar a melhor organização e adaptação das relações familiares (Cury, 2008).

Apesar de o casamento ser uma condição amplamente desejada pela população adulta, seu significado vem se transformando por não ser mais uma instituição baseada em interesses econômicos das famílias de origem. Atualmente o matrimônio possui uma conotação de escolha, de compromisso afetivo, de uma busca para encontrar a sua “carametade”, o que evidencia idealizações conjugais baseadas no romantismo. Em busca do amor e de uma vida conjugal harmoniosa, pessoas abandonam a vida matrimonial em que

vivem quando percebem que não alcançaram a satisfação esperada, partindo para novos relacionamentos após o divórcio ou separação (Guerreiro, 2010).

A dissolução do casamento pode ser considerada como parte do processo de deterioração da satisfação conjugal. Isto posto, constata-se que após uma etapa conturbada de separação ou divórcio, alguns indivíduos buscam reconstituir novamente uma família, iniciando novos relacionamentos (Guerreiro, 2010; Pereira, Machado, & Pinto, 2013; Santos, 2013). Muitas vezes, recasam-se com o intuito de reconstruir o modelo de família nuclear intacta, quando na verdade há toda uma complexidade inerente a esse processo, pois num primeiro casamento, duas famílias estão envolvidas, enquanto que no recasamento três famílias ou mais podem estar relacionadas. Esses fatores podem contribuir para o insucesso e a vulnerabilidade dos recasamentos (Dantas, Jablonski, & Féres-Carneiro, 2004; Valentim de Sousa & Dias, 2014).

Um fator significativo e imprescindível para que haja sucesso nos recasamentos é a satisfação conjugal que, por sua vez, trata-se do sentimento que se tem acerca do convívio matrimonial. Sentir-se satisfeito implica em ter as próprias necessidades e desejos satisfeitos, como também em corresponder em maior ou menor escala ao que o outro espera, comportando-se de forma que haja reciprocidade dentro da relação. A satisfação dentro de um casamento remete ainda a sensações de harmonia, companheirismo, afeto, segurança, respeito e congruência entre as aspirações e expectativas dos cônjuges, adequadas às condições da realidade do casal (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt, & Sharlin, 2004).

A satisfação conjugal pode ser entendida como um fenômeno multifacetado, já que ela é influenciada por diversos fatores como a interação e empatia existentes entre o casal (Sardinha, Falcone, & Ferreira, 2009), a crença religiosa (Norgren et al., 2004), a satisfação sexual (Bozon, 2003; Lahiji & Moghtaderi, 2015), a empatia conjugal

(Oliveira, Falcone, & Ribas Junior, 2009), a aceitação mútua (Canel, 2013), a expressão de sentimentos positivos (Rocha, 2011), a harmonia conjugal (Tavora, 2009), ao bom relacionamento com a família do cônjuge (Ayub & Iqbal, 2012), ao ajustamento financeiro (Garbin, Cenci, & Luz, 2015), a resolução de problemas, a valorização mútua, a qualidade da comunicação e a confiança (Halford & Behrens, 1999).

A insatisfação conjugal e os problemas no relacionamento são fatores potencialmente estressores e responsáveis por danos à saúde mental dos cônjuges, como transtornos psiquiátricos e psicopatologias. Os indivíduos que sofrem com problemas no casamento correm maior risco de envolvimento em acidentes automobilísticos, de cometerem suicídio, homicídio e outros atos violentos até de desenvolver enfermidades físicas (Dessen & Braz, 2005; Costa, 2005; Perlin, 2006; Sardinha, Falcone, & Ferreira, 2009).

Os prejuízos e malefícios gerados pela insatisfação conjugal têm chamado atenção de pesquisadores que buscam compreender melhor as causas do fenômeno e buscar alternativas de intervenção para tratar o problema (Ferreira, Antunes, Duarte, & Chaves, 2015; Jackson, Miller, Oka, & Henry, 2014; Sardinha, Falcone, & Ferreira, 2009; Vilela e Souza, 2012), pois a baixa qualidade das relações conjugais pode ser um fator de risco para a saúde mental, o que explica que casais problemáticos são propensos a desenvolver sintomas relacionados à depressão (Whisman, 2001), como também pode ser considerada uma variável preditora de diversos problemas de saúde geral (Hollist et al., 2012), como úlcera (Levenstein, Kaplan, & Smith, 1995), hipertensão (Wickrama et al., 2001) e doenças cardiovasculares (Smith & Glazer, 2005).

Diante de tal reflexão é possível pensar a influência que os valores humanos possuem sobre a dinâmica conjugal e o perfil ativo de comunicação entre a família e as outras instituições sociais (Milfont, 2001), assumindo assim um papel de grande poder

explicativo nas análises dos comportamentos, atitudes e crenças, como também possuem o papel de construção da identidade individual e a formação de normas culturais afetando diretamente os comportamentos individuais e grupais (Ros, Gouveia, & Álvaro, 2003).

Entretanto, considerando as possíveis relações e implicações dos padrões valorativos na vida conjugal, faz-se necessário inicialmente compreender a essência conceitual dos valores humanos. De acordo com Rokeach (1981), o valor é um padrão para guiar ações, atitudes, comparações, avaliação e justificativas de si mesmo e dos outros, e um sistema de valor seria uma organização de regras aprendidas para fazer escolhas e/ou resolver conflitos acerca de modos divergentes de comportamentos e de estados finais de existência. Já Tamayo e Schwartz (1993) apresentam uma abordagem defendendo que os valores humanos são princípios transituacionais que se organizam hierarquicamente e que possuem o objetivo de orientar a vida do indivíduo e expressar interesses individuais e coletivos. Portanto, diante das diferentes contribuições conceituais acerca dos valores humanos, optou-se por utilizar a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, por ser um modelo que apresenta uma tipologia mais parcimoniosa e integradora (Gouveia, 1998; 2003; Gouveia et al., 2010).

Parece evidente, portanto, a influência que as prioridades valorativas podem exercer na explicação de diferentes fenômenos sociopsicológicos, visto que os valores são um conjunto de princípios fundamentais que transcendem situações específicas, e que são absorvidos por sujeitos de determinadas culturas, sociedades e instituições (Gouveia, 2013). Logo, compreender como acontece a organização dos valores e como o meio social influencia nesse desenvolvimento têm despertado o interesse de diversos pesquisadores e o construto tem corroborado em várias áreas do conhecimento, a exemplo da pedagogia, filosofia, sociologia e psicologia (Sousa, Vione, & Soares, 2013).

Reportando-se para a observação do panorama científico das variáveis abordadas, foram realizadas buscas por publicações para a construção do referencial teórico. Além de material físico, foram utilizados materiais que foram encontrados através da internet. Usando os buscadores *Google Acadêmico*, *Periódicos Capes*, *Scielo* e *Elsevier* e aplicando como palavras descritoras “satisfação conjugal” e “valores humanos”, foi possível encontrar um bom número de materiais que apresentavam a satisfação conjugal e os valores humanos e seus correlatos, e em relação à mensuração dos referidos construtos. Foram considerados, para consulta capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas, dissertações, teses, monografias e documentos oficiais como a Constituição Federal e o Código Civil.

No intuito de buscar esclarecimentos sobre os temas citados acima, a pesquisa teve como objetivo geral comparar a satisfação conjugal e os valores humanos de casais de famílias intactas e recasadas. Especificamente, pretendeu-se (1) elaborar e validar a Escala de Satisfação Conjugal; (2) comprovar os parâmetros psicométricos da Escala de Satisfação Conjugal; (3) conhecer a relação entre os valores humanos e a satisfação conjugal; (4) verificar se existe diferença das variáveis - satisfação conjugal e os valores humanos - em função dos dados sociodemográficos (sexo, tempo de união, tipo de família entre outros).

Este documento está formalizado em um texto composto por oito capítulos. O primeiro capítulo descreve a introdução deste trabalho, fundamentando todos os aspectos relevantes da pesquisa. O capítulo seguinte apresenta uma contextualização teórica acerca do conceito, história e os tipos de família, além da legislação que rege o direito de família. Em seguida, o terceiro capítulo traz uma revisão da literatura sobre a definição, correlatos e medidas de satisfação conjugal. O capítulo quarto se refere aos valores humanos, possuindo como enfoque a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos. Finalmente, os

capítulos cinco, seis e sete tratam dos estudos realizados, seus resultados e respectivas discussões, e o capítulo oitavo aborda as considerações finais dessa dissertação.

## **CAPÍTULO I – FAMÍLIA**

---

### 1.1 – Conceito de família

A palavra família deriva do latim, que provém de *famulus*, que designa criado ou servidor. Inicialmente o termo era utilizado apenas para designar os empregados de um senhor, mas há de se entender que a família seria como o *locus* em que reinava o *pater*, constituindo um sistema que abriga ainda a esposa, os filhos, os criados, o patrimônio e os servos (Nadaud, 2002).

A família sempre desempenhou um papel fundamental na vida do homem, pois é neste grupo social que as pessoas são inseridas pelo nascimento ou pela adoção e desenvolvem seu caráter e personalidade através das experiências vividas nesse contexto (Maluf, 2010).

A instituição familiar é um sistema composto por indivíduos que constituem uma unidade de interação com uma história natural composta por estágios, que vai desde o estado selvagem, passando pela barbárie e terminando no estágio da civilização (Engels, 1982). Trata-se, portanto, de um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças e significados sociais, possuindo impacto significativo nos comportamentos dos indivíduos (Simionato & Oliveira, 2003).

Remetendo-se ao conceito de família que corresponde a *gens* dos romanos ou a *genos* dos gregos, pode-se compreender que a instituição familiar se trata de um complexo de pessoas que descendem de um mesmo tronco ancestral, constituindo uma forma ampliada de família, que mantinha escravos vinculados à autoridade do chefe familiar. Por isso que, de acordo com a tradição romana, é comum que a palavra família seja empregada para representar um conjunto de pessoas e bens (Santiago Júnior, 1998).

Considerada a matriz da aprendizagem humana e principal mediadora entre o indivíduo e a sociedade, a família propicia a formação dos repertórios comportamentais baseados nos acontecimentos e experiências familiares. No contexto familiar, é onde se

experenciam as emoções mais intensas e determinantes para a vida, logo, é com a família que a criança desenvolve habilidades sociais como, administrar e resolver conflitos, controlar emoções, expressar sentimentos nas relações interpessoais e lidar com as adversidades da vida, o que repercute em outros contextos de convivência e na vida adulta dos indivíduos (Dessen & Polônia, 2007; Ferés-Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011; Valentim de Sousa & Dias, 2014).

As vivências que ocorrem dentro do seio familiar contribuem para a organização e integração de experiências individuais e coletivas, transformando a família em uma unidade dinâmica. Nesse sentido, o desenvolvimento do sujeito tem início no meio familiar, a partir de uma dependência quase absoluta que gradativamente diminui em busca da conquista da autonomia e da maturidade emocional. No entanto, a completa independência nunca é alcançada, e é a dependência relativa que existe nas relações familiares maduras que propicia as trocas afetivas e a cooperação mútua no contexto familiar (Dessen & Polônia, 2007).

A família é considerada a principal responsável pela incorporação das transformações sociais e intergeracionais ocorridas ao longo do tempo, visto que, as relações familiares são responsáveis por contribuir para a concretização de transformações sociais, que de forma bidirecional influenciam as relações familiares futuras. Diante disso, ressalta-se a missão da família de promover o processo de transmissão geracional (Dessen & Polônia, 2007; Ferés-Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011).

Ao buscar explicações sobre a estrutura e as relações existentes no seio familiar, encontra-se como principal teoria a vertente sistêmica. De acordo com essa concepção, a família é vista como um sistema de relações complexas que está inserido em outros sistemas sociais na qual cada integrante influi e é influenciado pelos outros. Em outras

palavras, o que acontece com um membro tende a repercutir em toda a estrutura familiar. A instituição familiar engloba subsistemas tais como: o individual, o parental, o filial, o fraternal e o conjugal; estruturando as relações dentro do contexto familiar (Cano & Moré, 2008; Silva, 2012).

Os sistemas vivos são caracterizados por possuir ciclos vitais, que são divididos em fases, e a maneira como o sistema assimila essas fases pode ser construtiva, trazendo benefícios aos padrões de funcionamento, ou destrutiva. O sistema sempre se encontra em situação de vulnerabilidade quando passa por fases do ciclo vital. Os principais períodos de transição são: a adolescência, o casamento de filhos, o falecimento (principalmente de filhos jovens) e a mudança de cidade (Carter & McGoldrick, 1995; Fiorelli & Mangini, 2009).

Unões internas, como a família, criam subsistemas. Dessa forma é comum observar a existência de alianças que são laços colaborativos entre membros que possuem maior afinidade, afeto ou busca de interesses em comum. Também existem conflitos internos no meio familiar, porém, tanto os conflitos como as alianças fazem parte do desenvolvimento e do crescimento do sistema, que quando mal conduzidos podem prejudicar o sistema, tendo como principais consequências as separações e o afastamento entre os membros da família (Fiorelli & Mangini, 2009).

Atualmente existem ainda questionamentos acerca das funções da família, a qual tem se tornado uma instituição mais influenciável do que influente. Isto se explica devido à família ter começado a perder a capacidade de cuidar da saúde e da educação de seus membros, em decorrência do movimento higienista no século XIX, tornando-se muito dependente de profissionais da saúde e da educação. Além disso, a família também tem sido transformada pela alteração gradativa dos papéis sociais masculinos e femininos, que influenciaram a divisão tradicional das tarefas dentro do lar, pois com a inserção da

mulher no mercado de trabalho o seu tempo para o cuidado dos filhos foi reduzido, cabendo ao homem assumir por vezes as tarefas femininas. Essas adaptações vêm sendo acompanhadas de relutância, é claro, mas gradativamente representam uma mudança na antiga estrutura familiar patriarcal, e dá lugar a um modelo familiar no qual o homem não é mais o senhor absoluto e a mulher não é mais a dona de casa, submissa e frágil (Simionato & Oliveira, 2003).

Por conseguinte, sabe-se que hoje as concepções de família têm sofrido alterações, pois além da instituição familiar ser modificada por fatores como a economia, processos tecnológicos e a globalização, a família também vem sendo influenciada por outros processos sociais, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, a inclusão do homem em atividades domésticas, as famílias de casais homoafetivos, o divórcio, o recasamento e as famílias de pais solteiros (Meire & Centa, 2003).

Diante de tais mudanças, discussões são incitadas sobre o enfraquecimento da instituição familiar tradicional, todavia, esta permanece firme na contemporaneidade como espaço privilegiado de socialização, de aprendizado sobre a prática da tolerância, de inicialização do exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade e de busca coletiva de estratégias de sobrevivência (Kaloustian & Ferrari, 1994).

Com base nas informações apresentadas até então, fica evidente que a família vem se modificando com o passar do tempo, face ao interesse de redirecionamento da sociedade, motivado por questões sociopolíticas e culturais. Diante da complexidade dos fatores que contribuem para a manutenção e perpetuação da instituição familiar é que se busca compreender seu curso histórico e especificidades (Maluf, 2010; Simionato & Oliveira, 2003).

## 1.2 – História da família

### 1.2.1 – A família nas civilizações primitivas

De acordo com Porreca (2010), os primeiros grupos sociais se formaram a partir de impulsos sexuais dos indivíduos, sem objetivos claros de constituir uniões duradouras e monogâmicas. Porém, com a existência da prole, a organização da família como um sistema social mais complexo passou a ser uma necessidade. Dessa forma, esta poderia ser capaz de desempenhar funções e garantindo a higidez da espécie.

Do ponto de vista antropológico, Lévi-Strauss (1956) postula que em meio às duas grandes ordens – a *biológica*, que diferencia os indivíduos entre homens e mulheres e a *simbólica*, que é caracterizada pela proibição do incesto – que se desenvolveram durante os séculos, as transformações na instituição familiar, bem como a modificação do olhar voltado à família (Zanetti & Gomes, 2009).

Além da ideia da diferença dos sexos como concepção naturalista universal para a existência da família, Lévi-Strauss destacou outras condições prévias essenciais na formação familiar: a existência de duas outras famílias, ou seja, as famílias de origem dos cônjuges como também a proibição do incesto (Lévi-Strauss, 1956).

Considerando a vertente antropológica, é possível postular que a família, resultante da união mais ou menos duradoura entre um homem e uma mulher, é um fenômeno universal presente em todas as sociedades, mesmo naquelas que os hábitos sexuais e educativos sejam muito discrepantes. A formação familiar pressupõe a aliança de um lado (o casamento) e por outro lado a filiação (Lévi-Strauss, 1956; Roudinesco, 2003).

A ideia de família é resultado de uma evolução através de sucessivos estágios da evolução da cultura, dos quais a configuração monogâmica constituiu a última forma. No entanto, existiram outras formas familiares anteriores a esta, que predominavam

universalmente no estado selvagem, como é explicado por Engels (1982), pela divisão em estágios representativos da evolução da cultura, pois no estágio do estado *selvagem* a estruturação dos grupos corresponderia a uma organização na qual cada homem pertencia a todas as mulheres e cada mulher pertencia a todos os homens, que posteriormente, no estágio da *barbárie*, evoluiria para o modelo de família sindiásmica, caracterizada pela redução do grupo para a formação do casal; e finalmente, no estágio da *civilização*, a família passa a ser monogâmica, baseada no domínio do homem e no objetivo de procriar e preservar a riqueza através da herança.

O modelo monogâmico perdurou e se destacou nas civilizações grega e romana, essa organização familiar foi a primeira que não se baseava em condições naturais, mas sim econômicas, e marcou concretamente a transição da propriedade coletiva primitiva para a propriedade privada (Simionato & Oliveira, 2003).

A família romana também esteve baseada no modelo patriarcal, visto que o núcleo familiar se caracterizava por um conjunto de pessoas e coisas (escravos), o qual pertenciam a um chefe, que era o pai: o *parter familias*. Nesse contexto patriarcal, todos os membros eram reunidos em função da obediência e do culto religioso para fins políticos e econômicos (Noronha & Parron, 2012).

Na família medieval, prevaleciam os aspectos sociais e morais em detrimento da questão afetiva entre seus membros, já que as crianças permaneciam em casa juntos com seus familiares, até seus sete ou nove anos. A partir daí, as crianças eram mandadas para as casas de outras pessoas, com o objetivo de aprenderem serviços domésticos, e voltavam apenas quando adultos – o que nem sempre acontecia. Nesse sentido, na época medieval, tinha-se a concepção de que sem uma família os indivíduos não sobreviveriam, uma vez que a permanência dos membros na instituição familiar implicava no aprendizado de um ofício, na preservação dos bens, além da segurança da honra e da vida (Ariés, 1981).

Até então, a família cumpria apenas a função de dar a vida, bens e um nome ao indivíduo. Todavia, a partir do século XVIII – no contexto das burguesias rurais e urbanas – a sociedade começou a valorizar a intimidade e a afetividade nas relações familiares, estreitando os laços entre seus membros. Tal modificação se reflete inclusive nas moradias, que anteriormente eram casas grandes e serviam de centro para as relações sociais, e passam a ser casas menores onde se valorizava o convívio próximo entre pais e filhos, mantendo a sociedade distante das relações familiares (Cúnico & Arpini, 2013).

A virada do século XX marca o início da queda do patriarcado, que fez com que a família perdesse sua hierarquia evidente, na qual predominava o poder masculino. Tal fato se deve à conquista da independência econômica da mulher, à possibilidade de divórcio, à igualdade e emancipação dos filhos e ao controle da natalidade, transformações essas que contribuíram para o favorecimento da maleabilidade da instituição familiar, dentro da qual a afetividade torna-se cada vez mais a característica principal (Cúnico & Arpini, 2013; Maluf, 2010). Diante deste breve apanhado da história da família no contexto mundial, dá-se prosseguimento com a análise da história da família no contexto brasileiro.

### *1.2.2 – A família brasileira*

Partindo para a reflexão da estrutura que possui a formação das famílias brasileiras, é possível destacar que sua base e sistematização foram elaboradas de acordo com o direito romano e o direito canônico. O direito romano possui o mérito de estruturar os princípios normativos da família (regramentos jurídicos), que antes contava apenas com os costumes próprios da cultura. Enquanto com o direito canônico, a igreja católica assumiu a atividade de oficializar os casamentos, já que estes eram considerados como um sacramento para o cristianismo. Como pode bem ser observado, na época do Império no Brasil, quando era reconhecido apenas o casamento católico, havia o impedimento de

que pessoas de outras convicções religiosas pudessem se casar. Posteriormente, o Estado interviu nessa questão instituindo casamentos mistos, nos quais pessoas de outras religiões podiam contrair o matrimônio (Noronha & Parron, 2012).

Tendo em vista o aspecto cultural da família, ressalta-se que a família brasileira possui, na sua essência, o fator da miscigenação, pois no período da colonização a instituição familiar se formou a partir de um sistema patriarcal, influenciado principalmente por três culturas: a europeia, a indígena e a africana. Dessa forma, questões provenientes dessa diversidade de traços culturais, encontram-se recalcadas na cultura brasileira, na formação das famílias, sendo transmitidas através da educação que é passada de geração em geração (Freyre, 2003).

Já no período Brasil colônia, como reflete Da Matta (1987), a instituição familiar era de extrema importância para a vida social dos indivíduos, pois quem não fizesse parte de um círculo familiar, mal sobrevivia socialmente, sendo mal visto e excluído, uma vez que a ideia de vinculação familiar representava o prestígio social e o valor das pessoas.

As condições econômicas, políticas e de trabalho influenciaram o papel que a família e seus membros têm assumido durante o curso histórico da humanidade. Dessa forma, propõe-se uma breve reflexão sobre as mudanças ocorridas acerca dos aspectos referidos no contexto brasileiro, pois, com o fim da escravidão no Brasil, tornou-se um desafio para os proprietários de cafezais encontrar mão de obra. Alguns destes fazendeiros eram progressistas e já pensaram na possibilidade do trabalho livre, porém a maioria insistiu desde o início em contratar trabalhadores em unidades familiares. Diante disso, a solução encontrada pelo governo foi subsidiar a imigração de trabalhadores, que vinham principalmente da Itália. A escolha do contrato em unidades familiares se devia principalmente pela noção que o próprio fazendeiro tinha de que a família é uma unidade solidária e que seus membros não fugiriam ou abandonariam seus entes (Stolcke, 1994).

Na economia cafeeira (introduzida no Brasil no início do século XVIII), eram utilizados sistemas de produção e remuneração às famílias. Os principais sistemas usados eram o de ameia, de arrendamento e de conolato – esses três sistemas possuíam uma característica em comum, pois pressupunham a solidariedade entre os membros da família. Os sistemas de trabalho empregados na época da economia cafeeira no Brasil possuem forte influência na clara divisão de trabalho por sexo e idade, como na hierarquia familiar, pois o contrato era assinado pelo chefe da família, os filhos contribuía com trabalhos menores e as mulheres ficavam responsáveis principalmente pelos serviços domésticos e no cultivo das pequenas roças (Stolcke, 1994).

No Brasil, as famílias que antes viviam num contexto de economia agrária, caracterizada principalmente pela produção em engenhos de açúcar, fazendas de criação ou plantações de café, passaram a viver em um ambiente que se transformava pelo advento da industrialização.

Nos primeiros anos da República no Brasil (1889 a 1930), o modelo de família patriarcal perdeu força, e teve início um período de grandes transformações sociais principalmente na vida doméstica, contribuindo para o surgimento da família conjugal moderna, reduzida ao casal e seus filhos, na qual a finalidade do casamento não estava mais tão somente na manutenção de uma propriedade comum ou nos interesses políticos de um grupo, mas sim na busca da satisfação dos impulsos afetivos e sexuais (Corrêa, 1994).

No entanto, foi apenas a partir de 1960 que as mudanças se tornaram mais evidentes e profundas. Nesse período, o Brasil passava por transformações influenciadas pela intensificação do movimento feminista, que defendia a igualdade entre os sexos, contestando a hierarquia e a autoridade, contribuindo para a redefinição do papel da mulher na sociedade. Na política, o país passava por tensões provocadas pelas reformas

de base, pelos movimentos de direita ligados à igreja católica, agitação de grupos populares de esquerda, por revoltas e conspirações no exército e na marinha, que acabaram resultando no golpe militar em 1964 (Zanetti & Gomes, 2009).

Já nos anos de 1970 a família passa a rever seus padrões de moralidade e sexualidade, visto que essa década foi marcada pela revolução sexual, caracterizada pela busca do prazer, por diferentes formas de relacionamentos afetivos e pelo maior consumo de drogas, sobretudo pelos jovens dos seguimentos médios urbanos. Nos anos 70, o Brasil viveu o chamado milagre econômico e sofreu com a censura, a repressão e a tortura de presos políticos. Nessa época, a ideia da “busca por si mesmo” invadiu a cultura do país através das camadas médias letradas da população que habitavam os grandes centros urbanos, favorecendo o desenvolvimento de um posicionamento reflexivo e crítico acerca de questões sociais, culturais e políticas (Zanetti & Gomes, 2009).

O regime militar com sua postura repressiva, autoritária e moralista, que contrariava veementemente qualquer modalidade de conduta considerada questionadora de modelos hegemônicos, tentou abafar a emergência de novas formas de sociabilidade, no entanto, não conseguiu impedir os questionamentos sobre os valores e condutas que se referem às relações interpessoais, principalmente no que diz respeito às relações afetivo-sexuais e nos modelos de relacionamento da vida doméstica (Porreca, 2011).

Em resumo, a evolução da família pode ser explicada com base em três períodos principais: a primeira fase se constituía da família tradicional, na qual a função primordial era assegurar a transmissão de um patrimônio. Nessa perspectiva, a célula familiar era submissa a uma autoridade patriarcal. Na segunda fase a família foi chamada de moderna e passou a ser um modelo familiar fundamentado na lógica afetiva. Baseando-se também no amor romântico e buscando a reciprocidade dos sentimentos. E finalmente a terceira fase que é descrita como a família contemporânea ou pós-moderna, que

começou a partir dos anos 60 e representa o modelo familiar até os dias de hoje, que pode ser formada por dois indivíduos que buscam manter relações íntimas, deixando de lado a autoridade ou a hierarquia e primando pela autonomia de seus membros (Zanetti & Gomes, 2009).

### *1.3 – Tipos de família*

A família contemporânea é caracterizada pelo dilema entre o relacional e o individual e pela busca de uma forma que permita cada indivíduo ser livre, porém juntos. Unidos por laços familiares, essa família é regulada pelo amor, pois a lógica do amor se impõe mais, na medida em que os cônjuges só ficam juntos sob a condição do amor. Dessa forma, o elemento central da família não é mais o grupo reunido, mas os membros que a compõem (Simionato & Oliveira, 2003).

Com a existência de diferentes modelos familiares ou a presença desses modelos híbridos, resultando na frequente renegociação dos papéis e valores, que são continuamente reformulados, contudo, o surgimento de múltiplos arranjos familiares não anularam a lógica tradicional e a lógica moderna. Tal reflexão representa um desafio para os profissionais, principalmente da Psicologia, Educação e Direito (Ferés-Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011).

Partindo do pressuposto que a família tradicional está diretamente vinculada à união de homem e mulher, julga-se como relevante uma breve reflexão acerca do papel do casamento para a sociedade na atualidade. Nesse sentido, entende-se que outra mudança que contribui para a emergência de novas configurações familiares é o fato de que o casamento, aos poucos, deixa de ser um compromisso que necessariamente deve durar por toda vida, e passa ter um tempo limitado, uma vez que é interrompido quando não traz mais a satisfação suficiente para os cônjuges e não proporciona a harmonia para

a família, fato que direciona os indivíduos em busca de novos relacionamentos (Silva, 2012).

O matrimônio também sofre alterações pelas mudanças que homens e mulheres têm passado, pois alguns estereótipos aos poucos têm perdido força, como a natureza do homem de possuir muitas parceiras sexuais e da figura da mulher como um ser frágil e indefeso. Gradativamente os homens e as mulheres têm buscado se aproximar de um modelo de igualdade, de forma que ambos tenham mais liberdade na escolha do cônjuge como também maior facilidade em caso de separação. Constituindo ainda a expressão da maior liberdade e contemporaneidade das formações familiares, nos anos 70, a coabitação começou a se popularizar, como um relacionamento conjugal não tradicional. Nos anos 80, a coabitação se tornou uma espécie de rito preliminar ao matrimônio ou “casamento experimental”. Hoje, no Brasil, as uniões estáveis são reconhecidas como entidades familiares (Féres-Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011).

Atualmente, o paradigma conjugal e as relações familiares têm se remodelado, como pode ser observado no decorrer do texto, tendo por base a afetividade existente entre os membros e não somente na consanguinidade e no poder marital ou conjugal (Féres-Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011; Silva, 2012). Sendo assim, foram constituídos diversos arranjos familiares, tais como: as famílias nucleares, monoparentais, homoparentais, anaparentais e recasadas (Freire, 2013; Noronha & Parron, 2012).

A família nuclear é assim chamada por possuir um núcleo biológico e conjugal, caracterizando-se, portanto, como o sistema familiar composto pelo casal em torno dos seus filhos (Ponciano & Féres-Carneiro, 2003). Essa é a configuração familiar tradicional ocidental, assim como indica o antropólogo Lévi-Strauss (1972) que conceituou a família como grupo social originado do casamento, constituído por marido, esposa e filhos. Em função da cultura ocidental, o homem se encontra geralmente distante do contexto

doméstico familiar, que é ocupado predominantemente pela mulher e as crianças (Borsa & Nunes, 2011).

As famílias monoparentais são formadas por um dos genitores e seus filhos. Em outras palavras, caracterizam-se pela verticalidade dos vínculos (parentes em linha reta) (Conciani & Rodrigues, 2015). Todavia, esse tipo de família é geralmente constituído pela mãe e seus filhos, configuração familiar que se tornou mais recorrente devido ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, o que a tornou mais independente financeiramente, de modo que elas não precisavam mais contrair um matrimônio ou permanecer em uma união pela dependência financeira de seus maridos. As mulheres, muitas vezes insatisfeitas com o casamento, passaram a se divorciar ou mesmo escolheram formar suas famílias sozinhas por meio da inseminação artificial (Dellacqua, Mendes, & Moraes, 2013).

A família anaparental, bem como evidencia o prefixo *ana* derivado do grego, que significa falta, indica que nessa configuração familiar não há a presença dos pais. Trata-se, portanto, de uma relação familiar em que há vínculo de parentesco, embora não sejam laços de ascendência ou descendência, como por exemplo, o relacionamento entre irmãos, sobrinhos, primos e tios; como também pode ser caracterizada como a convivência entre duas ou mais pessoas que possuam laços afetivos e identidade de propósitos que concernem para o mútuo apoio social, emocional e econômico (Costa, 2012).

A união homoafetiva foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 (STF) como condição de entidade familiar e a possibilidade de celebração do casamento civil e /ou conversão da união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo (Sousa & Carvalho, 2014) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A família homoafetiva hoje é uma realidade, sobretudo pela possibilidade de adoção de crianças por parte de casais homoafetivos.

Já a família recasada é aquela em que os cônjuges se separaram e um deles ou os dois encontram-se em uma nova união. A organização familiar proveniente do recasamento tende a tornar as relações entre os membros mais complexas, tendo em vista o ingresso de novos personagens, como os filhos das famílias de origem e o novo cônjuge, que muitas vezes vem acompanhado de conotações negativas, advindas do imaginário social acerca do padrasto e da madrasta (Valentim de Sousa & Dias, 2014).

Tendo em conta os conceitos e tipos de família vistos até então, parte-se para uma revisão no tocante ao âmbito jurídico, a fim de conhecer como o direito de família tem sido abordado no decorrer do curso histórico brasileiro, visto que as normas jurídicas também são influenciadas pelas transformações culturais e ideológicas de cada época. Isto fica nítido, portanto, se realizada uma análise nas modificações das normas jurídicas que ocorreram com o passar do tempo, moldando-se às necessidades da modernidade e ampliando o leque de possibilidades de configurações familiares e maximizando a importância da instituição familiar para a sociedade.

#### *1.4 – Direito de família*

Partindo para a seara jurídica, é possível perceber a importância social da família para a formação dos indivíduos e as influências culturais e religiosas que norteiam o conceito, direitos e deveres da família. Com o intuito de construir uma reflexão acerca dos princípios jurídicos, nota-se a necessidade de antes situar um pouco da história do direito de família no Brasil.

As constituições brasileiras retratam as mudanças que ocorreram na sociedade, moldando-se aos princípios ideológicos de cada época. Dessa forma, a primeira constituição, a Constituição Imperial de 1824, foi fortemente influenciada pela ideologia política liberal e não possuía nenhuma referência relevante em relação ao direito de família. Essa constituição foi elaborada pouco tempo depois da proclamação da

independência, época em que havia um forte vínculo entre a igreja católica e o Estado, tendo apenas o casamento religioso como fonte formal de família (Maluf, 2010).

Em 1891, a Constituição foi redigida por Rui Barbosa, que seguia os moldes da constituição americana, de cunho liberal. A partir de então, foi proclamado o casamento civil de celebração gratuita, o que implicou em certa separação entre igreja e Estado. Já na constituição de 1934, é possível perceber uma referência mais forte em relação à família, visto que foi a partir daí que o Estado incorporou o dever de amparar as famílias de prole numerosa e trouxe ainda a recomendação da realização de exames de sanidade física e mental para os noivos, assim como ordenou a gratuidade do reconhecimento dos filhos naturais (Giorgis, 2007).

Na Constituição de 1937, permaneceram os mesmos princípios defendidos na constituição de 1934, acrescentando apenas direito à igualdade entre os filhos naturais e legítimos, como também a proteção das crianças e adolescentes por parte do Estado. Em 1946 a constituição, renovou os direitos da família, acrescentando a vocação hereditária de brasileiros em relação a bens deixados por estrangeiros. A Constituição de 1967 em nada alterou no tocante ao direito de família em relação às constituições anteriores (Maluf, 2010).

A Constituição de 1988, ou Carta Magna, baseou-se no modelo de constituição europeia, evidenciando a importância do aspecto social. Ela foi responsável por introduzir profundas modificações que influenciaram nos paradigmas que regiam a família como base da sociedade. Implicando principalmente na inversão da prioridade que a constituição familiar representava a partir de interesses patrimoniais para o enfoque no sujeito, além de uma maior atribuição de valor às pessoas do que propriamente aos modelos jurídicos (Maluf, 2010; Noronha & Parron, 2012).

Nesse sentido, a Constituição atual consagra a proteção à família, visto que no artigo 226 considera a família como base da sociedade e assegura que esta tenha especial proteção do Estado. Ideal semelhante foi expresso no preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da família (20/11/89). Os Estados participantes declaram reconhecer a dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis como constituintes do fundamento da liberdade, da igualdade e da paz no mundo.

Tal como procede, a constituição assegura a gratuidade do casamento civil (§ 1º), o efeito civil do casamento religioso (§ 2º), o reconhecimento da união estável entre homem e mulher como família e a facilitação da conversão da união estável em casamento civil (§ 3º), o direito de igualdade referente à sociedade conjugal entre homem e mulher (§ 5º), o reconhecimento da família monogâmica (formada por qualquer um dos pais e seus descendentes) (§ 4º), garante a assistência à família com o intuito de coibir a violência nas relações familiares (§ 8º) e assegura que o Estado é responsável por fornecer meios educacionais para o exercício do direito ao planejamento familiar como livre decisão do casal, pautando-se na paternidade responsável e no princípio da dignidade humana (§ 7º).

A constituição também prevê os deveres da família na sociedade, sendo a família responsável (juntamente com o Estado e a sociedade) pelos cuidados da criança e do adolescente, devendo-lhes assegurar o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à profissionalização, à liberdade, à convivência comunitária e familiar, além de protegê-los contra o preconceito, a discriminação, a violência, a opressão, a negligência e a crueldade (Art. 227, CF).

Afirma que os pais possuem a responsabilidade sobre os filhos, direcionando-lhes o dever de criar, assistir e educar os filhos pequenos. Assim como é dever dos filhos

maiores prestar assistência aos pais na velhice, carência ou enfermidade (Art. 229, CF). Nesse sentido, a família é responsável por amparar as pessoas idosas, garantindo-lhes o direito à vida, buscando promover seu bem-estar, o convívio social e defendendo sua dignidade (Art. 230, CF).

Dando continuidade à análise do direito de família, percebe-se que este é contemplado no livro IV do Código Civil, quando postula as seguintes premissas: o casamento representa a plena comunhão da vida dos cônjuges, baseando na igualdade de direitos e deveres (Art. 1.511, CC), à gratuidade da celebração do casamento civil (Art. 1.512, CC), que o casamento acontece a partir do momento em que os noivos declaram seu desejo de se unirem (Art. 1.514, CC), ao reconhecimento do casamento religioso em civil quando este atende às exigências da lei (registrado no registro próprio) (Art. 1.515, CC) e à não interferência por parte de qualquer pessoa do poder privado ou público na comunhão de vida da família (Art. 1.513, CC).

O Código Civil também declara quais as condições necessárias para que homens e mulheres possam se casar, a saber: A partir dos dezesesseis anos podem contrair o matrimônio, desde que tenham a autorização dos pais ou representantes legais (Art. 1.517, CC), é permitido o casamento antes de completar a idade mínima núbil (dezesesseis anos) excepcionalmente para evitar imposição ou pena criminal ou em caso de gravidez (Art. 1.520, CC).

São impedidos de casar, pelo Código Civil: os parentes ascendentes com descendentes, seja o parentesco civil ou natural, os afins em linha reta, o adotado com o adotante, o adotante com quem foi cônjuge do adotado, os irmãos unilaterais, bilaterais ou colaterais, o adotado com o filho do adotante, o cônjuge sobrevivente com a pessoa que assassinou e cometeu tentativa de homicídio contra o seu consorte e às pessoas já casadas (Art. 1.521, CC).

Além dos impedimentos, também existem as causas suspensivas, nas quais o Código Civil recomenda que não se deva casar: a viúva ou o viúvo que tem filhos do cônjuge falecido, antes de fazer o inventário dos bens do casal; a mulher ou a viúva cujo casamento foi nulo ou foi anulado, até dez meses depois do divórcio ou da viuvez; a pessoa divorciada, enquanto não tiver sido homologada a partilha dos bens e o tutor ou curador com seus parentes (descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos) com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto houver a tutela ou curatela (Art. 1523, CC).

O Código Civil regulamenta os processos para a habilitação do casamento (Capítulo V), comprovando a observância das recomendações e diretrizes citadas acima; para a celebração do casamento (Capítulo VI); das provas do casamento (Capítulo VII); da invalidade do casamento (Capítulo VIII); da eficácia do casamento, enquanto evento que representa o início de uma vida compartilhada, com responsabilidade pelos encargos da família e companheirismo entre os consortes (Capítulo IX).

Com relação ao divórcio, até 1977, não era juridicamente possível postular um novo casamento, entretanto, as separações e os recasamento já aconteciam antes da regulamentação na forma de coabitação que também hoje é reconhecida como “união estável” em substituição do termo “concubinato”. No entanto, estas uniões não eram reconhecidas e/ou aceitas socialmente, constituindo temas evitados pelas famílias ou grupos sociais envolvidos (Cano, Gabarra, Moré, & Crepaldi, 2009; Féres- Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011).

A partir de 1977, a indissolubilidade do casamento sofreu modificação quando a Constituição Federal previu o divórcio após prévia separação judicial de três anos (Maluf, 2010). A partir de 2007, começou a ser realizado em cartórios, em casos de famílias que não tivessem filhos menores e a separação fosse consensual. Atualmente, o direito ao

divórcio está previsto na Constituição de maneira que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial de mais de um ano ou comprovada separação de fato por mais de dois anos (§ 6º).

No Código Civil, o décimo capítulo do livro quinto fala sobre a dissolução da sociedade conjugal, que pode acontecer pela nulidade ou anulação do casamento, pela morte de um dos cônjuges, pela separação judicial ou pelo divórcio. São descritos alguns motivos que caracterizam a impossibilidade de continuar com a vida conjugal, como: o adultério, a tentativa de morte, a sevícia ou injúria grave, abandono voluntário do lar por mais de um ano, condenação por crime infamante e por fim pela conduta desonrosa (Art. 1.573).

Posteriormente, é tratado o assunto da guarda dos filhos no caso de dissolução do casamento, que preferencialmente deve ser acordada pelos próprios cônjuges (Art. 1.583, CC). Quando não há acordo entre os cônjuges, a guarda será atribuída a quem tiver melhores condições para exercê-la, e o pai ou mãe que não tenha a guarda dos filhos (Art. 1.584) poderá visitá-los, segundo o acordo com o cônjuge ou fixado pelo juiz (Art. 1.586).

No segundo subtítulo sobre as relações de parentesco do Código Civil, postula-se acerca das relações de parentesco, de filiação, de reconhecimento dos filhos e de poder familiar. Diante de tais informações, é possível perceber que em muitos aspectos o conceito de família foi alargado, deixando de ser apenas aquela família formada por pai, mãe e filhos, unidos por laços de consanguinidade, assim como fica nítido o quanto as questões relacionadas à família têm ganhado espaço ao longo do tempo no âmbito jurídico. Frente às modificações das leis que regem o direito de família, entende-se que possibilitaram e evidenciaram o surgimento de diversas configurações familiares (Cano, Gabarra, Moré, & Crepaldi, 2009).

Sobre esses “novos” modelos de família decorrentes de reorganizações conjugais, separações, recasamentos e uniões homoafetivas, tratar-se-á, portanto, com maior ênfase na presente dissertação, as reflexões acerca de famílias recasadas, tendo em vista a complexidade dessas configurações familiares, tanto pelo conflito e o estresse gerado pelo divórcio, como pelos processos de adequação a uma nova união, com profundas consequências para os membros da família. Consequências principalmente para os filhos do primeiro casamento de um dos cônjuges ou dos dois, que por vezes se afastam de um de seus genitores e passam a ter convívio com uma das madrastas ou padrastos e com os respectivos filhos do primeiro casamento.

### *1.5 – O recasamento e a família recasada*

A formação do casal é o passo inicial para a formação de uma família. Duas pessoas, quando se unem, trazem consigo expectativas sobre o matrimônio que podem ter origem nos modelos observados em suas famílias de origem (Valentim de Sousa & Dias, 2014). O que pode levar os indivíduos a evitarem cometer os mesmos erros que seus pais cometeram e imitar os exemplos considerados positivos. Ademais, também há expectativas criadas a partir das experiências vividas em relacionamentos anteriores, dos processos de separação e divórcio e a busca de uma situação conjugal melhor que a anterior. Compreende-se, portanto, que o modelo de família ideal construído e esperado no primeiro casamento pode sofrer modificações quando se busca um segundo casamento (Silva, 2012).

A etapa anterior ao recasamento é o divórcio, que é um processo pluridimensional e complexo que representa impacto considerável no funcionamento da família afetando a todos os seus membros de maneira individualizada. Considerando a família como um sistema, a interdependência entre os membros faz com que toda e qualquer mudança que ocorra a um dos familiares afete a homeostase de todos que formam o sistema (Santos,

2013). Modificando principalmente a relação entre pais e filhos. Sobretudo quando o conflito entre os pais permanece, gerando um afastamento na maior parte das vezes da figura paterna, já que na maioria dos casos de separação os filhos permanecem com a mãe (Féres-Carneiro, Lisboa, & Magalhães, 2011).

O divórcio pode ser entendido como a dissolução do vínculo matrimonial, que acontece mediante sentença judicial, deixando os sujeitos livres e descompromissados do casamento assumido, habilitando-os a buscarem novas núpcias (Diniz, 2006). A experiência do divórcio muitas vezes implica em sentimento de perda e dor, além de mudanças significativas na vida cotidiana e nas relações íntimas. Está associado ainda a um decréscimo no bem estar psicológico e da saúde física dos indivíduos (Pereira, Machado, & Pinto, 2013).

Carter e McGoldrick (1995) conceituam o divórcio dentro da perspectiva das variações do ciclo de vida familiar, como uma interrupção ou deslocamento de um ciclo de vida familiar tradicional que implica no desequilíbrio do sistema familiar. As autoras elencam pontos de transição no processo do divórcio, que são caracterizados como picos de tensão emocional tais como: o momento de decisão de separar-se ou divorciar-se; o anúncio da separação para os amigos e a família; a discussão dos arranjos financeiros e de custódia/visitação dos filhos; o momento da separação física de fato; o divórcio legal; os contatos pós-divórcio; quando os filhos se formam, casam, têm filhos ou adoecem; e finalmente quando cada cônjuge se recasa, morre, se muda ou adoeece.

O divórcio se configura como um momento de pressão emocional, pois os cônjuges precisam se recuperar em relação ao casamento passado, reconstruindo seus sonhos, esperanças, planos e expectativas que foram investidas nesse cônjuge. Isso implica no manejo de sentimentos que geram conflitos e desestabilizam emocionalmente esses indivíduos, tais como a mágoa, a culpa, a vergonha, a raiva e a confusão gerada

sobre a perda relativa em si mesmo, do cônjuge, dos filhos e da família ampliada. Além do impacto emocional, os membros da família também sofrem com o impacto social e econômico que o divórcio acarreta, aumentando a complexidade das atividades desenvolvimentais envolvidas (Cano, Gabarra, Moré & Crepaldi, 2009; Carter & McGoldrick, 1995).

Somando-se aos transtornos causados pelo divórcio, o processo de recasamento também acarreta dificuldades, a exemplo da inserção de novos membros na família, como a entrada do próprio cônjuge, que muitas vezes é vista de forma negativa em detrimento de conotações culturais como a madrasta má e o padrasto abusador. Outros personagens que são inseridos no contexto do recasamento são os filhos do novo cônjuge e a família passa a ter irmãos socioafetivos, referindo-se a vínculos psicossociais, sem laços sanguíneos ou jurídicos. Ainda existe a possibilidade do nascimento de um novo filho do casal recasado, denominado meio-irmão (Adler-Baeder & Higginbotham, 2004; Valentim de Sousa & Dias, 2014).

Quando se fala em recasamento, não é possível delinear um tipo de família recasada típica, em face da complexidade estrutural e a diversidade de configurações possíveis, já que fatores como o sexo, casamentos anteriores de ambos os parceiros e existência de filhos (residentes ou não) das uniões passadas ou ainda da relação atual, possibilitam a existência de diversos arranjos para as famílias recasadas (Costa & Dias, 2012).

A família originada do primeiro casamento por vezes é chamada de família original, família nuclear ou ainda família intacta. Enquanto a família advinda de um recasamento é chamada de família recasada, reconstruída ou ainda recombinação. Esses tipos de nomenclaturas podem representar, a partir de termos como “intacta” ou “reconstruída”, que a família de um primeiro casamento é o modelo a ser seguido, como

se o recasamento fosse exclusivamente uma tentativa de reconstruir uma família original, quando na verdade pode apenas significar que duas pessoas desejam tentar um novo relacionamento (Silva, Trindade, & Silva Junior, 2012).

O recasamento cria relacionamentos familiares mais complexos. A convivência dos pais com os filhos de casamentos anteriores tende a ser mais distante e difícil, pois, os pais, agora recasados, passarão a ter maior convivência com os filhos de seus novos cônjuges, o que explica a tendência do crescimento da ideia de paternidade ou maternidade social, visto que, com o recasamento as crianças acabam por criar laços afetivos com padrastos e madrastas (Dantas, Jablonski, & Féres-Carneiro, 2004).

A complexidade da família recasada aumenta com a presença dos filhos advindos da primeira união dos cônjuges. Na literatura proveniente dos Estados Unidos, a família recasada na qual um dos cônjuges tem filhos que vivem com o casal, muitas vezes é chamada de *stepfamily*. As famílias recasadas também podem ser chamadas de reedificadas, pluriparentais, simultâneas, continuação ou mosaicos; famílias de *patchwork* (Alemanha), *emblasadas* (Argentina) e *recomposées* (França) (Costa, 2012).

De acordo com a pesquisa realizada por Bramlett e Mosher (2001), baseando-se na estimativa dos dados da Pesquisa Nacional de Crescimento Familiar dos Estados Unidos em 1995, buscou-se verificar a duração dos primeiros casamentos e recasamentos. Constatou-se que: um quinto dos casamentos terminava em cinco anos, e um terço acabou em 10 anos; os casamentos entre adolescentes se dissolviam mais rápido que uniões em que as mulheres tinham idade acima de 20 anos; mulheres que se divorciam até os 25 anos de idade são mais propensas ao recasamento do que aquelas que têm mais de 25 anos, e que os recasamentos possuem risco ligeiramente maior de dissolução em relação aos primeiros casamentos.

Já Vespa (2012) observou que as mulheres mais velhas que se separam dos seus cônjuges costumam sentir medo de entrar em uma nova relação conjugal e ficarem presas no padrão tradicional conjugal feminino, que implica em responsabilidades com os afazeres domésticos. Por essa razão, mulheres têm optado por uniões não maritais, em busca de preservar sua autonomia. De modo contrário, os homens divorciados mais velhos se veem dependentes dos padrões tradicionais conjugais e apresentam maior necessidade de apoio emocional, motivos estes que explicam porque os homens buscam um recasamento mais que as mulheres.

Silva (2012) realizou um estudo com casais em primeira união e casais recasados, buscando comparar seus níveis de ajustamento e funcionamento conjugal. Contando com uma amostra de conveniência, de 161 indivíduos casados e 161 recasados, foi possível concluir que os sujeitos do gênero masculino da amostra de pessoas em primeira união revelam níveis mais altos de ajustamento conjugal e são mais satisfeitos na relação, e que os participantes recasados com idades entre 30 a 39 anos apresentaram maiores níveis de coesão mútua e ajustamento mútuo.

Buunk e Mutsaers (1999a) realizaram uma pesquisa com 290 indivíduos recasados, com o objetivo de avaliar a percepção desses indivíduos em relação ao primeiro casamento e ao relacionamento atual. Os resultados mostraram que em geral os respondentes perceberam muito mais falta de equidade nos primeiros casamentos do que nos relacionamentos atuais e demonstraram maior satisfação no recasamento do que na primeira união.

Buunk e Mutsaers (1999b), contando com a mesma amostra de indivíduos recasados, buscaram verificar a influência do tipo de relação com ex-cônjuge na qualidade do relacionamento conjugal atual. Os resultados indicaram que sentimentos de hostilidade em relação ao parceiro (a) da primeira união (apesar de pouco frequentes nessa amostra),

são mais comuns do que os sentimentos de apego e amizade. Também foi observado que o relacionamento com o ex-cônjuge é mais positivo quando não existem filhos do primeiro casamento. Apesar do sentimento de apego ao ex-cônjuge ser pouco frequente, foi comprovado que ele está negativamente relacionado à satisfação conjugal no recasamento.

Em uma comparação da satisfação conjugal de pessoas no primeiro casamento e recasadas, realizadas através da revisão de 15 pesquisas anteriores, foi possível perceber que o tamanho do efeito global indicou que a satisfação conjugal é ligeiramente maior no primeiro casamento do que no recasamento (Vemer, Coleman, Ganong, & Cooper, 1989).

Diante dessas informações, entende-se que a família recasada se encontra imbricada a uma estrutura complexa de relacionamentos, em decorrência da variedade de possibilidades de configurações familiares que o recasamento pode proporcionar (Costa & Dias, 2012). Com base nos resultados anteriores sobre as características dos relacionamentos de indivíduos recasados, sobretudo acerca da qualidade do recasamento, que a presente pesquisa buscou comparar os níveis de satisfação conjugal de casais de famílias intactas e recasadas. Logo, entende-se como necessário o aprofundamento na temática da satisfação conjugal.

## **CAPÍTULO II – SATISFAÇÃO CONJUGAL**

---

## 2.1 – Satisfação e Psicologia Positiva

Historicamente, a psicologia se concentrou em estudar fenômenos ligados a aspectos negativos, anormais e patológicos da natureza humana. No entanto, a partir de 1998, o psicólogo Seligman, ao assumir a presidência da *American Psychological Association* (APA), deu início a um movimento chamado Psicologia Positiva que se interessa pela prevenção das patologias, na melhoria da saúde mental através da promoção da qualidade de vida, na atenção aos aspectos positivos e na busca do entendimento das causas da felicidade (Albuquerque et al., 2006; d'Araújo, Alpuim, Rivero, & Marujo, 2015; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). Dentro da psicologia positiva, destacam-se estudos sobre a satisfação e o bem-estar subjetivo, aspectos virtuosos que favorecem o florescimento e o desenvolvimento de um estado saudável em pessoas, grupos e instituições (Paludo & Collier, 2007).

O bem-estar subjetivo é um fenômeno multidimensional que se refere a dois aspectos: a avaliação dos afetos positivos e negativos vivenciados e o julgamento que se faz do sentimento de satisfação que possui em relação a si mesmo e ao ambiente no qual está inserido (Albuquerque et al., 2006). De forma semelhante, a satisfação é um sentimento subjetivo, que está relacionado com as ações e resultados das ações humanas diante daquilo se deseja e/ou se necessita (Costa & Ramalho, 2010).

Conforme Anton (2012), desde os primórdios da existência humana, a necessidade de pertencimento e convívio com outras pessoas é primordial. Por conseguinte, as necessidades costumam variar de acordo com o ciclo vital, como por exemplo, a necessidade de amparo e proteção, já que o processo de desenvolvimento dos seres vivos está fortemente marcado por uniões e desprendimentos. O próprio nascimento já seria uma forma de desprendimento que é seguida do amparo e proteção que são indispensáveis para a sobrevivência e desenvolvimento dos indivíduos. Com o passar do tempo, ainda

que um nível de autonomia razoável seja alcançado, as necessidades de proteção e amparo persistem em todas as fases da vida.

Shin e Johnson (1978) afirmam que a fonte mais importante da felicidade é a satisfação das necessidades. Dessa forma, procurando alcançar o bem-estar, os indivíduos estão em uma frequente busca de satisfazer suas necessidades, que por sua vez, são dispostas em uma hierarquia que sequencia a relevância dessas necessidades em forma de pirâmide, sugerindo que, quando uma necessidade é satisfeita, surge outra em seu lugar (Maslow, 1954). Nesse sentido, a motivação está fortemente ligada à ideia de finalidade e propósito, que inquieta o indivíduo em busca da conquista dos seus objetivos (Sampaio, 2009).

Maslow (1954) sugeriu a classificação das necessidades da seguinte forma:

- Necessidades fisiológicas*, que compreendem os impulsos básicos para a sobrevivência e continuação da espécie humana (alimentação, sono, sexo, homeostase, excreção etc.);
- Necessidades de segurança*, que são caracterizadas pela busca de estabilidade, de forma a organizar-se para evitar ameaças inesperadas;
- Necessidade de pertença e amor*, que é entendida pela busca do afeto, amor, amizade, pelo convívio com pessoas, compartilhamento de bons sentimentos e a construção de laços e de intimidade;
- Necessidade de estima*, que é caracterizada pela imagem que o indivíduo tem de si próprio, como também está relacionada às ideias de prestígio, reconhecimento, importância, atenção, autoestima, autorrespeito e a busca da estima dos outros;
- Necessidade de autorrealização e autoatualização*, que engloba o desejo do indivíduo de se tornar aquilo que deseja e que acredita possuir potencial;

*Desejos de saber e de entender*, que são necessidades pouco conhecidas, pois não teriam implicações clínicas. No entanto, são relativas às necessidades de conhecer, compreender, sistematizar e organizar; e por fim as

*Necessidades estéticas*, que são entendidas como a busca da beleza, da ordem, da inteireza e da simetria (Sampaio, 2009), contudo, assim como a última necessidade citada, também não se popularizou tanto.

Considerando a hierarquia de tais necessidades, organizou-se de forma sintética na figura de uma pirâmide as principais necessidades da teoria.

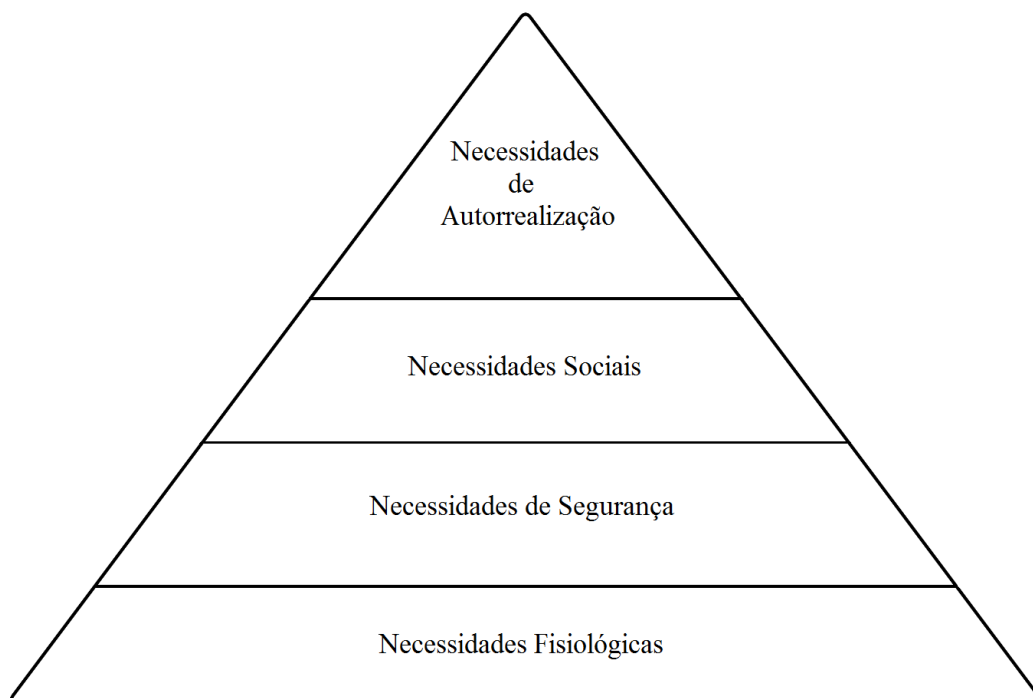


Figura 1. Pirâmide de Maslow.

As necessidades fundamentais podem ser classificadas como superiores e inferiores: as superiores são as necessidades que precisam de condições externas favoráveis à sua satisfação. Elas são menos numerosas, refletem a autorrealização e possuem resultados na vida dos indivíduos referentes à felicidade e a serenidade. Enquanto as inferiores dependem das condições internas do próprio indivíduo, já que são motivadas por impulsos instintivos, são mais numerosas e limitadas quando comparadas

com as necessidades superiores (Regis & Porto, 2011). Com base em tal teoria, entende-se que depois que as necessidades mais básicas de sobrevivência e sustento são satisfeitas, o indivíduo adulto apresenta a necessidade de buscar “amor e pertencimento” e posteriormente “sucesso e estima” (Maslow, 1968).

Tendo em conta que a satisfação se baseia na busca pelo suprimento das necessidades humanas, entende-se que, dentro do relacionamento, a satisfação seja alcançada de forma semelhante. No sentido que, sentir-se satisfeito no casamento implica em ter as próprias necessidades e desejos satisfeitos, como também corresponder em maior ou menor escala ao que o outro espera, comportando-se de forma que haja reciprocidade dentro da relação. A satisfação dentro de um casamento remete ainda a sensações de harmonia, companheirismo, afeto, segurança, respeito e congruência entre as aspirações e expectativas dos cônjuges adequadas às condições da realidade do casal (Norgren et al., 2004). Nesse sentido, em busca de compreender melhor os processos e variáveis envolvidos na promoção da satisfação conjugal, que em seguida serão trazidas as principais contribuições das pesquisas realizadas no âmbito da satisfação no casamento.

## *2.2 – Satisfação Conjugal*

De acordo com Furtado (2008), o amor conjugal que se destaca dentre as várias formas de manifestações de amor, é definido como a entrega apaixonada de si mesmo, o desejo sexual e a amizade seletiva. Nesse sentido, Machado (2007, pag. 21) assegura que, no que diz respeito ao casamento, este pode ser considerado como “o mais forte prognóstico de felicidade e bem-estar pessoal e como relacionamento essencial que melhor satisfaz nossas necessidades emocionais básicas”.

A necessidade de ter uma companhia e estabelecer vínculos afetivos é inerente ao ser humano (Scorsolini-Comin & Santos, 2010). Estar acompanhado pode significar tanto

a construção de laços mais estreitos, do carinho, aconchego, afeto e compreensão, como também pode representar a oportunidade de ter com quem compartilhar e dividir tarefas e a possibilidade de segurança, proteção e lazer (Anton, 2012).

Encontrar alguém para compartilhar a vida e ter filhos representa uma busca incessante das pessoas, já que o casamento contemporâneo significa uma relação de intensa significação, envolvendo alto grau de intimidade e envolvimento afetivo, além de ainda configurar um rito de passagem muito importante na sociedade (Féres-Carneiro, 2003; Scorsolini-Comin & Santos, 2009).

O casamento, originalmente, tinha suas principais funções relacionadas a interesses políticos e econômicos. As transformações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história têm provocado questionamentos acerca dos contratos matrimoniais clássicos, o que tem suscitado profundas mudanças nas experiências conjugais, a exemplo da priorização das questões afetivas e sexuais (Perlin & Diniz, 2005).

Na atualidade, a constituição e a manutenção de um casamento é cada dia mais influenciada por valores individuais e pela busca da autonomia e da satisfação individual de cada cônjuge. Em contrapartida, a relação conjugal demanda a criação de uma zona comum de interação. Isto posto, entende-se que a conjugalidade é construída a partir do entrelaçamento entre duas pessoas, que representam duas individualidades, constituídas por passados e trajetórias de vida diferentes (Scorsolini-Comin & Santos, 2011).

Se por um lado, homens e mulheres são forçados a adequarem-se às exigências do mercado de trabalho, a alcançarem independência financeira e crescimento individual, além da flexibilização dos papéis de gênero, por outro são estimulados a adotar modelos tradicionais de sexualidade, exercer a parentalidade e manter os papéis conjugais advindos do contrato matrimonial clássico. Tentando conciliar vida pessoal, familiar, conjugal e a rotina de trabalho, os casais acabam sentindo no cotidiano o peso da

multiplicidade de papéis de gênero, fazendo com que os indivíduos exijam cada dia mais de si mesmos (Perlin & Diniz, 2005).

A diversidade e efemeridade dos relacionamentos amorosos na atualidade têm levado a uma gradativa desconstrução de algumas expectativas e idealizações sobre o amor, a conjugalidade e a sexualidade, que foram construídas através do tempo e encontram-se enraizadas na cultura (Rizzon, Mosmann, & Wagner, 2013). Ainda assim, de acordo com Jablonski (2011), para os jovens brasileiros o casamento permanece como a representação de uma condição que está associada à felicidade.

Na cultura ocidental, a ideia de casamento vem acompanhada de promessas de ampla felicidade, tal como nos clássicos finais dos contos de fadas, “casaram-se e foram felizes para sempre”. Dessa forma, o casamento ainda se encontra envolto no ideal do romantismo, da libertação e realização de sonhos do casal (Anton, 2012).

Nesse sentido, os relacionamentos íntimos são centrais na vida adulta e constituem um fenômeno complexo, que tem despertado o interesse de diversos pesquisadores no intuito de compreender os processos e variáveis que implicam na sua estabilidade e qualidade (Ferés-Carneiro & Diniz Neto, 2010; Mosmann & Falcke, 2011; Rizzon, Mosmann, & Wagner, 2013; Scheeren, Goulart, Vieira, & Wagner, 2014; Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

Do ponto de vista social e econômico, o casamento contribui para o suprimento das necessidades básicas do indivíduo, além de representar para a contemporaneidade ocidental a busca pela felicidade, pela satisfação e pelo amor. Constitui-se, portanto, uma condição social amplamente desejada pelos jovens. Uma boa relação conjugal está associada à qualidade de vida, saúde e bem-estar psicológico e social dos indivíduos, o que explica a estreita relação de interdependência entre a conjugalidade e a satisfação (Jablonski, 2011; Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

A satisfação, por sua vez, é um sentimento subjetivo que está relacionado com as ações e reações humanas diante daquilo que se deseja e/ou se necessita, tratando-se de um julgamento cognitivo em termos de sua qualidade (Costa & Ramalho, 2010; Lahiji & Moghtaderi, 2015; Wachelke, De Andrade, Cruz, Faggiani, & Natividade, 2004). No contexto da conjugalidade, a satisfação diz respeito ao sentimento que o indivíduo possui acerca do seu relacionamento conjugal, sendo fortemente influenciado pelos padrões interacionais do casal (Silva, 2012). Alguns comportamentos podem ser destacados como positivos para a promoção da satisfação conjugal, a exemplo da aceitação mútua, a aprovação dos comportamentos do cônjuge e a negociação de ideias; e comportamentos negativos, tais como crítica, reprovação e desrespeito com o cônjuge (Canel, 2013).

Em todo o mundo, o conceito de casamento, intimamente ligado à ideia de família, sofreu transformações por meio de mudanças sociais, econômicas e culturais. A transformação mais marcante no contexto brasileiro ocorreu no final da década de 60, com o aumento do número de divórcios, pois a religião foi perdendo força e perdendo a capacidade de sustentar relações conjugais insatisfatórias (Simionato & Oliveira, 2003).

De acordo com Costa e Ramalho (2010), o homem é um ser insaciável por natureza e está sempre em busca de felicidade. O processo da busca pela satisfação individual funciona como um ciclo, pois consiste na constante renovação das necessidades pessoais. A satisfação conjugal é um fenômeno complexo que varia de acordo com as mudanças no ciclo familiar. Assim, a satisfação também varia com o passar dos anos da união (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

A satisfação conjugal pode ser ainda entendida como o julgamento cognitivo da qualidade do casamento ou como a atitude em relação a aspectos do cônjuge e da interação conjugal, e pode ser influenciada tanto pelas experiências precoces do indivíduo

em seu meio familiar, como pelas vivências da relação diádica (Scorsolini-Comin & Santos, 2011).

A satisfação conjugal é um construto bastante relevante e discutido na Psicologia, já que esta exerce grande influência na continuidade de um relacionamento ou no seu rompimento (Hernandez, 2014). O nível de satisfação do sujeito em um relacionamento amoroso depende do seu padrão individual de satisfação, que é determinado pelas experiências advindas de outros relacionamentos. Assim, indivíduos mais satisfeitos em seus relacionamentos podem ter um “nível de comparação” mais alto no tocante às experiências anteriores e permanecer em relações que lhes tragam mais benefícios (Magagnin et al., 2003).

O impacto da insatisfação conjugal se estende e pode prejudicar o comportamento dos filhos, visto que, um casamento satisfatório fornece uma base estável para a dinâmica familiar, possibilitando a adaptação da família em situações adversas, a resolução de problemas e a qualidade das práticas parentais (Bir-Akturk & Fisiloglu, 2009; Rizzon, Mosmann, & Wagner, 2013).

As consequências negativas da insatisfação conjugal decorrem do sentimento de irritação crônica causado pela falta de harmonia entre o casal. A insatisfação conjugal pode causar muitas vezes o declínio do nível de funcionamento do sistema imunológico, que favorece o aparecimento de enfermidades; além de poder provocar problemas psicossociais como a depressão, a psicose e o abuso de substâncias químicas (Granvold, 2004; Hamarta, Deniz, Dilmaç, & Arslan, 2015).

Os problemas enfrentados no casamento e a insatisfação conjugal representam demandas frequentes em clínicas psicológicas. O aumento do número de pessoas que buscam ajuda se deve principalmente às mudanças de funcionalidade do casamento somadas ao desafio de vivenciar uma relação a dois. Pensando além do contexto da clínica

psicológica, é possível perceber que, nos mais diversos contextos sociais, pessoas possuem queixas sobre seus relacionamentos. O que suscita uma reflexão paradoxal acerca dos desejos de homens e mulheres que buscam estar em união monogâmica e estável, mas, ao mesmo tempo temem o comprometimento de sua individualidade e liberdade (Perlin, 2006).

O bom relacionamento conjugal é um fator preponderante na qualidade de vida das famílias e está associado à saúde e ao bem-estar, sobretudo durante a velhice dos cônjuges. Apesar do fato de um casamento duradouro não significar que este seja necessariamente satisfatório para os cônjuges, já que o casamento se transforma ao longo do ciclo de vida familiar, da mesma forma a satisfação varia em relação aos anos de convívio (Scorsolini-Comin & Santos, 2009).

Existem casais que permanecem em uma união não satisfatória por longo tempo, já que nem todo casamento estável significa um relacionamento satisfatório. A permanência de indivíduos insatisfeitos em seus casamentos se deve a vários motivos, tais como: convicções pessoais de um dos cônjuges ou de ambos, por questões religiosas, pelo sentimento de abominação do divórcio, por medo da solidão e da mudança, por não saber lidar com a liberdade de não estar mais casado, por não querer repartir os bens e porque estar em uma relação conjugal pode representar uma situação que promova menos ansiedade do que estar descasado (Norgren et al., 2004).

Segundo Oliveira, Falcone e Ribas Junior (2009), um fator que contribui para a satisfação conjugal é a empatia, já que o indivíduo empático possui a capacidade de perceber os sinais mais sutis que representam os sentimentos e emoções da outra pessoa, além de ter a sensibilidade de não julgar aquilo que observa e conseguir comunicar-se com a pessoa alvo, de forma que ela se sinta compreendida. Nesse sentido, os autores realizaram um estudo com 120 indivíduos casados. Os dados obtidos demonstraram

índices mais altos de satisfação conjugal em pessoas que possuíam parceiros com níveis mais elevados de empatia conjugal.

Conforme afirma Rocha (2011), a satisfação conjugal possui forte relação com as competências sociais como a expressão de sentimentos positivos, a resolução de problemas, a gestão das críticas, a valorização mútua dos cônjuges, a qualidade da comunicação, o lidar com os direitos e deveres dentro da relação, a expressão de confiança recíproca e a utilização do *feedback* e da assertividade. Assim como Sanders, Halford e Behrens (1999) postularam sobre a importância do repertório de competências sociais antes mesmo do casamento, pois a comunicação efetiva entre o casal na fase do namoro promove uma preparação para o casamento na qual os indivíduos podem dividir seus sonhos, anseios e expectativas.

De acordo com Tavora (2009), existem outros fatores que promovem a harmonia na relação conjugal, sendo considerados pelo autor como pilares da estrutura de um casamento, que são o contrato emocional e o código de ética. O contrato emocional se refere a um acordo não-explicito e por parte inconsciente que existe entre os cônjuges, que serve para designar os papéis conjugais e a dinâmica do cotidiano do casal. Enquanto o código de ética diz respeito às normas que regem a conduta dos cônjuges, estabelecendo os limites da convivência e a forma de tratamento.

Pesquisas têm demonstrado que a satisfação conjugal muda de acordo com o tempo de união e tende a declinar após duas décadas de casamento, diminuindo a intimidade, as atividades compartilhadas e as relações sexuais (Burgess & Wallin, 1943). Para Anderson, Russel e Schumm (1983) a satisfação conjugal é mais alta no início do casamento, decai após a chegada do primeiro filho e volta a atingir níveis mais elevados quando os filhos se tornam adolescentes e deixam o lar.

Posteriormente foi constatado que, apesar da satisfação declinar ao longo dos anos, existe a ressalva de aumento da satisfação em uniões de longa duração, o que caracterizaria a chamada curva U (Guilford & Bengton, 1979; Rollins & Feldman, 1970). Estudos longitudinais mostraram que esse aumento da satisfação em casamento de longa duração não passava de uma ilusão provocada pela metodologia transversal (Hernandez, 2014).

Jackson, Miller, Oka e Henry (2014) notaram que existem diferenças na satisfação conjugal de homens e mulheres, pois, concluíram que as mulheres são menos satisfeitas com o casamento que os homens, dado que confirma resultados de outros estudos que comprovaram que a satisfação conjugal das mulheres é significativamente mais baixa quando comparada com a dos homens (Amato, Booth, Johnson, & Rogers, 2007; Kamp Dush, Taylor, & Kroeger, 2008; Stevenson & Wolfers, 2009). A insatisfação conjugal feminina pode estar associada ao desequilíbrio do poder conjugal e à divisão desproporcional das atividades de assistência aos filhos e dos serviços domésticos.

Ferés-Carneiro (2001) afirma que a insatisfação conjugal feminina ainda pode ser explicada pelo fato da constante busca de melhorias em seus relacionamentos, enquanto os homens, de forma contrária apresentam um perfil de acomodação e satisfação com a situação conjugal que se apresenta. A autora explica que, ao entrarem em uma relação conjugal, os homens costumam adotar uma postura de conformismo que caracterizam um padrão comportamental baseado em modelos tradicionais de casamento.

As mulheres se mostram exigentes em relação ao comportamento masculino de uma forma geral, ou seja, exigem mais nas questões afetivas, relações sexuais, carreira profissional, fidelidade, companheirismo, amizade, investimento na relação, cuidados com os filhos, compras, etc. Isso indica que as mulheres têm questionado mais a conduta

dos homens, tendendo a não aceitar os comportamentos de desleixo e negligência administrativa doméstica (Perlin & Diniz, 2005).

O relacionamento sexual é um dos elementos fundamentais para a qualidade contínua das relações conjugais, tal como foi constatado no estudo de Lahiji e Moghtaderi (2015), no qual foi observado que os problemas na vida sexual predizem de forma negativa a satisfação conjugal. As relações sexuais podem ser prejudicadas pelo estresse vivenciado no cotidiano do casal, o que prejudica a qualidade da vida conjugal (Bodenmann, Ledermann, & Bradbury, 2007; Bozon, 2003).

Ayub e Iqbal (2012) afirmam que o casamento é um compromisso que demanda muita paciência e o esforço por parte de ambos os cônjuges. Mas existem aspectos específicos do cotidiano que são capazes de promover a satisfação no casamento, tal como foi observado pelos autores em um estudo realizado com 300 casais paquistaneses, concluindo que a comunicação e compreensão entre o casal, a satisfação sexual, o bom relacionamento com a família do cônjuge, o compromisso e o ajustamento conjugal foram as principais variáveis preditores da satisfação conjugal.

Além de questões afetivas e sexuais, outro fator que possui grande influência na satisfação conjugal é o aspecto financeiro, já que o dinheiro exerce forte influência na sociedade, criando novos paradigmas, transformando relações e frequentes modificações do que é considerado como importante ou satisfatório. Para alcançar o equilíbrio na vida conjugal existem vários desafios, exigindo dos cônjuges paciência, diálogo e diplomacia. O relacionamento com as finanças funciona da mesma forma, pois as expectativas em relação ao dinheiro variam em cada indivíduo e, como um casal, os indivíduos passam a ter uma vida comum, implicando na necessidade do desenvolvimento de um processo de flexibilização em relação aos gastos, ponderando os anseios individuais com as necessidades financeiras conjugais (Garbin, Cenci, & Luz, 2015).

Para Figueredo (2005), um fator que tem contribuído para a diminuição da satisfação conjugal consiste no advento da popularização da tecnologia, que por sua vez contribui para o isolamento das pessoas, já que a os meios tecnológicos e a internet têm possibilitado a comunicação com pessoas de outras partes do mundo, todavia, têm distanciado pessoas próximas. Nesse sentido, a dificuldade de comunicação, devido à tecnologia, tem sido uma queixa frequente dos casais.

Braz, Dessen e Silva (2005) buscaram conhecer os aspectos da qualidade das relações parentais e maritais de 14 famílias de classe média e baixa, compostas por pai, mãe e criança-alvo de quatro a cinco anos. Os autores concluíram que há mais cônjuges de classe média (79%) satisfeitos com o casamento do que de classe baixa (64%). A literatura especializada afirma que os casais de classe média tendem a idealizar mais seu casamento quando comparados com os casais de classe baixa, favorecendo o aumento da satisfação conjugal para os indivíduos de classe média (Berscheid & Reis, 1998; Fletcher, Simpson, Thomas, & Giles, 1999).

Sardinha, Falcone e Ferreira (2009) ao investigarem as relações entre a interação conjugal e o nível de empatia percebido pelo cônjuge e concluíram que quanto maior a empatia percebida pelo cônjuge for melhor será a interação conjugal. E ainda observou que a variável “interação conjugal” se correlaciona significativamente e de forma negativa com o aumento do número de filhos. Resultados similares foram observados por Benkovskaia (2008) ao concluir que os adultos casados e sem filhos eram mais afeiçoados e próximos ao cônjuge.

A crença religiosa também é fator que pode exercer influência na satisfação conjugal, pois de acordo com a pesquisa realizada por Norgren e seus colaboradores (2004), os casais que estavam em uniões de longa duração e que se sentiam satisfeitos com a relação conjugal eram na sua totalidade de católicos praticantes. Dessa forma,

pode-se entender que as questões religiosas tornem esses indivíduos mais comprometidos com a indissolubilidade do casamento. Além disso, a crença religiosa era considerada fundamental para o enfrentamento das dificuldades da vida a dois. É interessante ressaltar ainda que esses casais de indivíduos religiosos devem possuir uma rede social advinda da igreja que lhes ofereça apoio.

De acordo com as contribuições teóricas apresentadas até então, foi possível identificar algumas definições de satisfação conjugal, bem como as principais variáveis envolvidas nos processos de construção de satisfação e bem-estar em uma relação marital. Fica evidente, portanto, a relevância do estudo da satisfação dentro do casamento, dos processos que levam o casal a viver em harmonia, alcançar sucesso e felicidade conjugal e, por fim, as contribuições da teoria das necessidades humanas para o entendimento desse fenômeno (Maslow, 1964). Vislumbrando aprofundar a discussão acerca satisfação conjugal, foi realizada uma revisão da literatura com a finalidade de averiguar como o referido fenômeno tem sido mensurado. Tais informações são apresentadas a seguir.

### 2.3 – *Medidas de Satisfação Conjugal*

As pesquisas realizadas com o intuito de medir a satisfação conjugal começaram a ter destaque no decênio de 1980, a partir dos estudos de Olson, Fournier e Druckman (1986) que desenvolveram originalmente a escala *Marital Inventory* (ENRICH), com 125 itens e 12 dimensões, a saber: personalidade, comunicação, resolução de conflitos, satisfação conjugal, comunicação, resolução de conflitos, gestão financeira, lazer, relacionamento sexual, parentalidade e filhos, família e amigos, papéis igualitários, distorção idealista e orientação religiosa. A estrutura dessa escala foi comprovada no estudo de Fowers e Olson (1989) por meio da testagem de sua validade discriminante e análise fatorial confirmatória. A medida apresentou bom nível de confiabilidade

( $\alpha = 0,83$ ) e, a partir dos resultados, mostrou-se capaz de diferenciar com precisão casais em crise dos que estão satisfeitos.

A *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), assim como a escala ENRICH, é uma medida muito popular em satisfação conjugal, tendo sido utilizada em mais de mil estudos (Graham, Liu, & Jeziorski, 2006). Originalmente foi desenvolvida por Spanier (1976) contendo 32 itens, com as seguintes subescalas: consenso diádico (13 itens), que busca avaliar o nível de concordância do casal sobre questões próprias da vida conjugal, como: lazer, religião, amizades, finanças, filosofia de vida entre outras; satisfação diádica (10 itens), que mede questões referentes à discussão sobre a possibilidade de divórcio, à confiança no cônjuge, ao arrependimento em relação ao casamento, à saída de casa após uma briga etc.; coesão diádica (cinco itens), que verifica o senso de comportamento emocional do casal; e expressão afetiva (quatro itens), que avalia os comportamentos dos cônjuges acerca das demonstrações de afeto e concordância nas relações sexuais (Scorsolini-Comin & Santos, 2011). De acordo Spanier (1976), o ajustamento conjugal pode ser considerado a partir de duas perspectivas, como um processo ou como uma avaliação qualitativa de um estado.

Posteriormente, Spanier e Thompson (1982) complementaram o estudo com uma análise confirmatória, que verificou a validade da estrutura proposta, com alfa de 0,91 e 94% de covariância entre os itens. Não obstante, estudos posteriores identificaram falhas na estrutura da DAS, como Sharpley e Cross (1982), que perceberam que a maioria dos 32 itens eram desnecessários e que a análise fatorial não foi capaz de reproduzir as quatro subescalas que foram desenvolvidas originalmente; como Kazak, Jarmas e Snitzer (1988), que também não encontraram evidências estatisticamente significativas para as subescalas.

Recentemente, Montesino, Gómez, Fernández, & Rodríguez (2013) realizaram novas análises psicométricas da DAS e os resultados indicaram que a estrutura fatorial da escala se ajusta ao modelo fatorial hierárquico proposto pelos autores, como também resultados adequados em relação à validade convergente da medida, e de uma consistência interna satisfatória ( $\alpha = 0,80$ ).

Com base nos resultados anteriormente encontrados, Busby, Christensen, Crane e Larson (1995) desenvolveram uma versão reduzida da DAS, excluindo a subescala expressão de afetividade. Essa versão é conhecida como *Revised Dyadic Adjustment Scale* (RDAS), ficando com 14 itens e três dimensões: consenso, coesão e satisfação. Mais recentemente, esta medida foi traduzida e validada para o contexto brasileiro por Hollist et al. (2012). Intento este que apresentou uma estrutura com 14 itens, como também se mostrou coerente com a medida original em relação à semântica dos itens, resultado de um processo cuidadoso de tradução. E, por fim, demonstrou propriedades psicométricas satisfatórias com índice de consistência interna de 0,82.

Hendrick (1988) construiu a *Relationship Assesment Scale* (RelAS) que se trata de uma medida simples, composta por apenas sete itens, com estrutura unifatorial. Apesar de ter poucos itens, essa medida de satisfação no relacionamento demonstra um bom nível de consistência interna ( $\alpha = 0,86$ ), assim como a confiabilidade teste-reteste constatada através de um estudo com estudantes, utilizando um intervalo de seis a sete semanas, que foi de 0,85 (Hendrick, Hendrick, & Dicke, 1998).

Rust et al. (1988) propuseram uma medida de qualidade de relacionamento conjugal conhecida como *The Golombok Rust Inventory of Marital State* (GRIMS). Ela é composta por 28 itens que buscam avaliar dimensões importantes para um bom relacionamento, sendo elas: satisfação, comunicação, interesses compartilhados,

confiança e respeito. Foi traduzida e adaptada para o contexto brasileiro por Falcke (2003) e obteve índice de consistência interna de 0,88, que indica a confiabilidade desta medida.

A *Marital Satisfaction Scale* (MSS) proposta por Canel (2013) é composta por duas partes: a primeira parte contém 92 itens que representam as seguintes dimensões: harmonia conjugal, felicidade no relacionamento, conflito, proximidade, raiva, comunicação com a família do cônjuge e ajustamento financeiro; a segunda é composta por nove itens que compreendem a questão do consenso parental apenas para indivíduos casados. A medida apresentou adequação psicométrica com alpha de Cronbach de 0,97.

Wachelke et al. (2004) propuseram a medida intitulada Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento contendo nove itens e dois fatores: satisfação com a atração física e sexualidade, e satisfação com afinidades de interesses e comportamento. A escala apresentou os seguintes valores de alfa,  $\alpha = 0,76$  (satisfação com a tração física e sexualidade) e  $\alpha = 0,61$  (satisfação com afinidades de interesses e comportamento). Posteriormente, buscando melhores resultados em relação à confiabilidade da medida, Wachelke, De Andrade, Souza e Cruz (2007) realizaram uma reformulação semântica dos itens e um novo estudo, que obteve melhora em relação aos valores de alfa  $\alpha = 0,80$  e  $\alpha = 0,68$  (respectivamente).

Dela Coleta (1989) adaptou para o contexto brasileiro a Escala de Satisfação Conjugal de origem mexicana. A escala é composta por três fatores, sendo estes: “satisfação com a interação conjugal”, que representa a forma com que o cônjuge se comporta na interação com seu par, incluindo questões como a comunicação entre o casal e frequência de comportamentos positivos e negativos na relação (10 itens e  $\alpha = 0,86$ ); “aspectos emocionais do cônjuge”, que avalia como o cônjuge expressa seus sentimentos e como reage a situações que implicam em sentimentos negativos como raiva e preocupação (cinco itens, com  $\alpha = 0,81$ ); e por fim os “aspectos estruturais”, que indicam

como o parceiro organiza sua própria vida e como essa organização individual implica na vida conjugal (nove itens, com  $\alpha = 0,79$ ).

Buehler e Gerard (2002) construíram a escala de Conflito Conjugal, que possui nove itens distribuídos em duas subescalas. A primeira subescala é chamada de “conflito-desentendimentos” e possui seis itens avaliados em uma escala *Likert* de seis pontos, que busca caracterizar a frequência com que os conflitos e desentendimentos aconteceram no último ano. Já a segunda subescala é denominada de “conflito-agressão” e possui três itens que são avaliados com uma escala *Likert* de cinco pontos, que indicam a frequência com que o indivíduo lida de forma calma com os conflitos e a frequência de discussões e agressões. A medida obteve índice de consistência interna de 0,77.

Acredita-se, portanto que, apesar da satisfação conjugal ser construída através de uma relação diádica, ela é uma experiência pessoal do casamento que deve ser avaliada individualmente em relação ao grau de prazer que a relação conjugal proporciona ao cônjuge (Kaplan & Maddux, 2002). Com base nisso, a presente pesquisa buscou elaborar e validar um instrumento que não busca necessariamente avaliar os escores de casais (avaliação por par), mas que tem como intuito avaliar a satisfação do indivíduo em relação ao seu casamento, já que o gênero - por questões culturais, como a divisão de afazeres e poder - é um fator que possui grande influência na diferenciação da satisfação dos casais, contribuindo para o interesse na avaliação focada no indivíduo (Jackson, Miller, Oka, & Henry, 2014).

Além disso, foram observadas algumas características negativas nas escalas citadas até então, como as falhas na estrutura da *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), baseadas principalmente na irrelevância da maioria dos itens para medir o construto em questão, na incapacidade da análise fatorial em identificar as quatro subescalas sugeridas no estudo original e na deficiência em relação às evidências psicométricas para as

subescalas (Kazak, Jarmas, & Snitzer, 1988; Sharpley & Cross, 1982). A quantidade excessiva de dimensões e itens (Canel, 2013; Olson, Fournier, & Druckman, 1986) e a utilização de mais de um crivo de resposta (Hollist et al., 2012) também foram considerados pontos negativos para a utilização dessas medidas.

Tendo em conta as lacunas encontradas, ressalta-se ainda que não foi possível identificar nos materiais das escalas revisadas a utilização de alguma teoria específica que servisse de base para a elaboração dessas medidas. Dessa forma, diante da revisão dos itens, estruturação e embasamento teórico das escalas citadas nas pesquisas, viu-se a necessidade de elaborar uma nova medida, considerando as contribuições de estudos passados, mas enfocando o aspecto individual da avaliação da qualidade conjugal e, principalmente, as contribuições da Teoria de Maslow, que norteiam a compreensão da satisfação para adequar hierarquicamente através dos fatores da escala a medida do suprimimento das necessidades dentro de uma união marital. Objetivou-se, portanto, a elaboração da Escala de Satisfação Conjugal, buscando conhecer evidências de sua validade fatorial e consistência interna.

Por fim, entende-se que a satisfação conjugal está relacionada a sentimentos de bem-estar, afeição, segurança, contentamento e companheirismo. Fatores esses que contribuem para a intimidade e congruência entre o casal (Norgren et al., 2004). Em linhas gerais, foi possível perceber ao longo dessa revisão bibliográfica que o fenômeno da satisfação conjugal é complexo e multifacetado, sendo influenciado por diversas condições como: momento do ciclo da vida familiar (Carter & McGoldrick, 1995), relações sexuais (Bozon, 2003; Lahiji & Moghtaderi, 2015), tempo de duração da união (Burgess & Wallin, 1943), nível socioeconômico (Braz, Dessen, & Silva, 2005), entre outras. Bem como também está associada a questões psicológicas, como características

da personalidade, atitudes, necessidades e valores (Dela Coleta, 1989; Olson, 2000; Sharlin, Kaslow, & Hammerschmidt, 2000; Spanier & Lewis, 1980).

Dessa forma, julga-se relevante ampliar o campo de pesquisa na área, a fim de que outras variáveis sejam incluídas, trazendo dinâmica à discussão. Nesse sentido, sugere-se os que valores possam prover um maior entendimento do âmago da temática. Para tanto, o próximo capítulo versa sobre os valores humanos, levando em consideração que esse construto tem contribuído na explicação de diversos fenômenos sociopsicológicos, como a intenção de constituir família (Milfont, 2001), o poliamor (Freire, 2013), a infidelidade (Cavalcanti, 2007), o ciúme romântico (Belo, 2003), a sexualidade feminina (Santos, 2007) e a escolha do parceiro ideal (Gouveia, Fonseca, Gouveia, Diniz, Cavalcanti, & Medeiros, 2010).

Tendo como objetivo, portanto, conhecer as relações entre a satisfação conjugal e os padrões valorativos, vê-se a necessidade de uma breve contextualização acerca valores humanos que será apresentada no capítulo a seguir, incluindo a descrição das diferentes perspectivas teóricas acerca dos valores, com especial destaque à Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (Gouveia, 1998), que servirá de base à presente dissertação.

### **CAPÍTULO III – VALORES HUMANOS**

---

A filosofia antes da psicologia buscou respostas para questionamentos acerca dos valores, pretendendo compreender de onde provém a força dos princípios, crenças e valores, que movimentam as vidas das pessoas em busca de metas que por vezes podem até implicar na inibição parcial de algumas necessidades biológicas e psicológicas (Tamayo & Schwartz, 1993).

O interesse pelos valores humanos pode ser observado em diversas áreas do conhecimento, tais como a psicologia, a filosofia, a antropologia, a pedagogia, a sociologia entre outras. Possivelmente, tal interesse se deve ao papel importante que os valores exercem no processo seletivo das ações humanas e seu impacto direto ou indireto no comportamento (Rokeach, 1973; Souza, Gouveia, Lima, & Santos, 2015).

Desde a constituição das ciências sociais, no século XIX, que os valores humanos têm sido objeto de interesse e análise, por seu papel determinante na construção da ação social (Ros, Gouveia, & Álvaro, 2003). Entretanto, apesar de possuir raízes no início do século passado, a temática dos valores humanos começou a ser estudada na Psicologia Social, principalmente entre os anos de 1950 e 1960, em um contexto da introdução de técnicas refinadas de medição de atitudes (Gouveia, Martínez, Milfont, & Meira, 2001).

No contexto da pesquisa em valores humanos, é possível reconhecer duas perspectivas distintas, sendo uma mais sociológica e cultural, representada pelos teóricos Ronald Inglehart (1977) e Geert Hofstede (1984), e a outra mais individual e psicológica, que tem como principais teóricos Milton Rokeach (1973), Shalom Schwartz (1992) e Valdiney Gouveia (1998). A seguir será apresentada uma breve descrição da vertente teórica dos valores individuais, enfatizando especificamente a *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos*.

### 3.1 - Valores Individuais

#### 3.1.1 - Milton Rokeach

Dentro da perspectiva individual, o pioneiro nos estudos dos valores humanos no campo da psicologia foi Milton Rokeach, que trouxe grandes contribuições ao diferenciar os valores de outros construtos, como as atitudes, crenças e traços de personalidade, além de sintetizar conceitos e reunir conhecimentos sobre a temática. Ele dividiu os valores em instrumentais e terminais, e apresentou o primeiro instrumento para medir os valores como construto legítimo e específico, o qual fornecia uma estratégia em forma de medida analítica mais econômica para descrever e explicar as semelhanças entre pessoas, grupos, nações e culturas (Rokeach, 1968a, 1968b, 1973, 1981; Albuquerque et al., 2006).

Segundo Rokeach (1981), o valor se refere aos modos de conduta e estados finais de existência. Quando um valor é internalizado, ele se torna, conscientemente ou inconscientemente, parte de um padrão responsável por guiar as ações humanas que desenvolvem atitudes em relação às pessoas, coisas ou fenômenos, e o julgamento moral que se faz de si e dos outros.

Rokeach (1973) conceituou o valor como uma crença duradoura de um modo específico ou estado final de existência, que é pessoal ou socialmente preferível a um modo comportamental contrário. Nesse sentido, os valores além de transcender objetos atitudinais individuais, funcionam principalmente como padrões de atitudes e comportamentos. Um sistema de valores consiste, portanto, em uma classificação ordenada (disposição hierárquica) ao longo de um contínuo de importância.

O modelo teórico de Rokeach (1973) consiste em cinco pressupostos:

1. O número de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno;
2. Todos possuem os mesmos valores em graus diferenciados, independente da cultura na qual estejam inseridos;
3. Os valores são ordenados de acordo com o seu grau de importância;

4. Os antecedentes dos valores humanos são determinados pela cultura, pela sociedade e por instituições, além da personalidade de cada indivíduo, e
5. Os valores humanos se manifestam em todos os fenômenos comportamentais os quais os cientistas sociais consideram como importantes.

De acordo com essa perspectiva teórica, as duas categorias nas quais os valores se distribuem, são: *terminais*, que representam estados finais de existência e se subdividem em valores pessoais e sociais, e *instrumentais*, que são definidos como meios para alcançar o desejável e se subdividem em valores morais e de competência. Os valores *instrumentais* também chamados de valores-meios seriam como os instrumentos para o alcance dos valores *terminais* ou valores-fins.

Na tentativa de facilitar o entendimento, a Tabela 1 ilustra a estrutura na qual são organizados os valores. Lembrando que, com base nesse modelo, os valores se organizam em sistemas e organizam-se de forma hierárquica de acordo com o grau de importância que lhes é conferido. A disposição hierárquica dos valores pode sofrer alteração (reordenamentos), pois, de acordo com Gouveia (1998), a prioridade valorativa pode mudar através das vivências de cada indivíduo (contexto pessoal, social e cultural).

*Tabela 1. Valores Instrumentais e Terminais (Rokeach, 1973)*

|                                                          |                                                                                                          |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Valores Instrumentais</i><br>Modos de comportamento   | <i>De Competência</i><br>Foco intrapessoal, sua transgressão provoca vergonha. Ex.: lógico, inteligente. |
|                                                          | <i>Morais</i><br>Foco interpessoal, sua transgressão provoca culpa. Ex.: honesto, responsável.           |
| <i>Valores Terminais</i><br>Estados finais de existência | <i>Pessoais</i><br>Foco intrapessoal. Ex.: salvação, harmonia interior.                                  |
|                                                          | <i>Sociais</i><br>Foco interpessoal. Ex.: igualdade, amizade verdadeira.                                 |

De acordo com essa estrutura teórica, os valores possuem a capacidade de ser empregados na resolução de conflito e na tomada de decisões. Nesse sentido, Rokeach (1973) buscou ainda atribuir funções aos valores, que se dividem em cinco categorias:

*Conhecimento ou autorrealização:* indica que os valores fomentam a busca de significado e compreensão. Implicando na busca constante de conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo e, conseqüentemente, a autorrealização.

*Adaptativa:* diz respeito a alguns valores que enfatizam modos de conduta ou estados finais, que podem ser de orientação adaptativa ou orientados por seu grau de utilidade.

*Ego-defensiva:* Sugere que os sentimentos ou ações pouco aceitas socialmente, podem se modificar através de processos de racionalização e formação defensiva, a fim de que representem conceitos culturalmente justificáveis.

*Crítérios de orientação:* Possuem a finalidade de representar posicionamentos diante de problemas; tarefas como julgar, comparar, persuadir, influenciar e refletir sobre

crenças, atitudes e comportamentos que de outro modo seria pessoal ou coletivamente, condenado moralmente e necessários à manutenção da autoestima.

*Motivacional:* Essa função sugere que os valores guiam as ações humanas, além de expressar suas necessidades básicas.

Essas definições serviram como base para a construção das escalas de valores terminais e instrumentais. Sendo Rokeach, o primeiro a proceder uma análise sistemática dos valores, possibilitando medições empíricas através do *Rokeach Value Survey*. Seu modelo teórico apresenta 36 valores distribuídos em uma estrutura com 18 termos-valores cada, dispostos em ordem alfabética, e seguidos de explicações adicionais para cada termo. A tarefa do sujeito consiste na ordenação dos valores através do grau de importância que se atribuem aos mesmos.

Entende-se portanto que a leitura da obra principal de Rokeach (*The nature of human values*) é uma tarefa primordial para o estudo dos valores. Visto que esse autor semeou a base dos elementos principais para o estudo dos valores, tanto no que diz respeito aos fundamentos teóricos, como em relação à medição empírica dos valores (Medeiros, 2011).

Entretanto, apesar de reconhecer a consistência e a relevância das contribuições de Rokeach para o estudo dos valores humanos, algumas limitações podem ser observadas em seu modelo. Gouveia, Martínez, Meira e Milfont (2001) ressaltam que há pelo menos três aspectos geralmente mencionados como problemáticos, a saber: (1) a natureza *ipsativa* da medida empregada (sugere a dependência entre as pontuações de um mesmo sujeito); (2) a indefinição da estrutura dos valores e (3) a restrição das amostras dos seus estudos, que foram predominantemente de estudantes universitários dos Estados Unidos. De acordo com Medeiros (2011), talvez o maior problema tenha sido justamente a restrição de sua amostra, ignorando a necessidade de difundir e divulgar o seu modelo

transculturalmente. Aspectos que foram atendidos por Schwartz (1992), que buscou testar a universalidade do seu modelo, difundindo suas pesquisas por meio de parcerias com pesquisadores espalhados pelos cinco continentes.

### *3.1.2 - Shalom H. Schwartz*

Outro teórico que possui destaque no tocante às pesquisas sobre valores humanos é Shalom Schwartz, que propôs uma estrutura de valores com base motivacional e sugeriu a universalidade dessa estrutura, representada por dez tipos motivacionais. Claramente, trata-se de uma extensão do modelo teórico proposto por Rokeach, com três diferenças principais: (1) a proposta de uma medida que combina intervalos com âncoras (geralmente dois valores, um avaliado como sendo de máxima importância e o outro, como contrário aos demais valores do respondente); (2) a explicação da estrutura dos valores com ênfase na base motivacional e (3) a sugestão da universalidade da estrutura dos tipos motivacionais dos valores (Gouveia, Martínez, Meira, & Milfont, 2001).

Schwartz (1992) define os valores como uma crença que pertence a metas desejáveis ou comportamentos, guiando as ações humanas em situações específicas e se ordenando por sua importância com relação a outros valores. A teoria proposta por esse autor admite como característica fundamental uma tipologia que se refere a tipos motivacionais primordiais. Assim, estão voltados para (1) as necessidades humanas, garantindo a sobrevivência; (2) os motivos sociais que estão sendo estabelecidos em um aspecto grupal e (3) as demandas institucionais – bem-estar e sobrevivência em grupo (Mangabeira, 2002). Schwartz (1994), portanto, desenvolve uma teoria para demonstrar o conteúdo e a estrutura básica dos valores humanos, especificando os seguintes elementos: (a) as dimensões conceituais necessárias para conceituar os valores humanos; (b) os diferentes domínios de conteúdo dos valores seriam distinguidos por pessoas de todas as culturas e

os exemplos de valores de cada domínio; (c) assim como algumas relações estruturais e domínios de valores.

Schwartz (2012) adota uma concepção teórica que possui seis características principais, sendo estas:

1. *Os valores são crenças* ligadas de forma estreita com o afeto. Dessa forma, quando ocorre a ativação dos valores, as crenças se fundem com os sentimentos;
2. *Os valores se referem a metas desejáveis* que são responsáveis por motivar as ações humanas. Nesse sentido, se uma pessoa considera importante os valores de justiça e ordem social, por exemplo, estes serão motivadores para que ela alcance seus objetivos de vida;
3. *Os valores transcendem situações e ações específicas*. Por exemplo, os valores de honestidade e obediência podem ser relevantes no local de trabalho, na escola, nas relações interpessoais, nos negócios e na política. Isso explica a diferença entre valores, normas ou atitudes, pois os valores não se restringem a ações, objetos ou situações específicas;
4. *Os valores servem como normas e critérios*. Eles orientam a seleção ou avaliação de pessoas, eventos e situações, já que as pessoas decidem pelo que é bom ou ruim, ou pelo que é certo ou errado através dos valores que endossam.
5. *Os valores são ordenados pela importância*. Eles formam um sistema que se estrutura através das prioridades que os indivíduos lhes atribuem. Esse sistema hierárquico também contribui para a distinção entre valores, atitudes e normas.
6. *A relativa importância de múltiplos valores guiando ações*. Qualquer atitude e/ou comportamento representa implicações para mais de um valor. Por exemplo, frequentar a igreja regularmente pode promover o aumento de valores de tradição e conformidade em detrimento de valores como hedonismo e estimulação.

No modelo em questão, os valores buscam atender a metas motivacionais, ou seja, buscam satisfazer as necessidades humanas básicas. Seu enfoque consiste, portanto, em mapear os valores em uma estrutura bidimensional que possui dez tipos motivacionais. Apesar de esse modelo sofrer alterações ao longo dos anos, podendo apresentar, em alguns momentos, sete (Schwartz & Bilsky, 1987), dez (Schwartz, 1992), onze (Schwartz, 1994) ou dezenove (Schwartz et al., 2012) tipos motivacionais, a estrutura com dez tipos motivacionais ainda é a mais conhecida e pode ser observada na Figura 2.

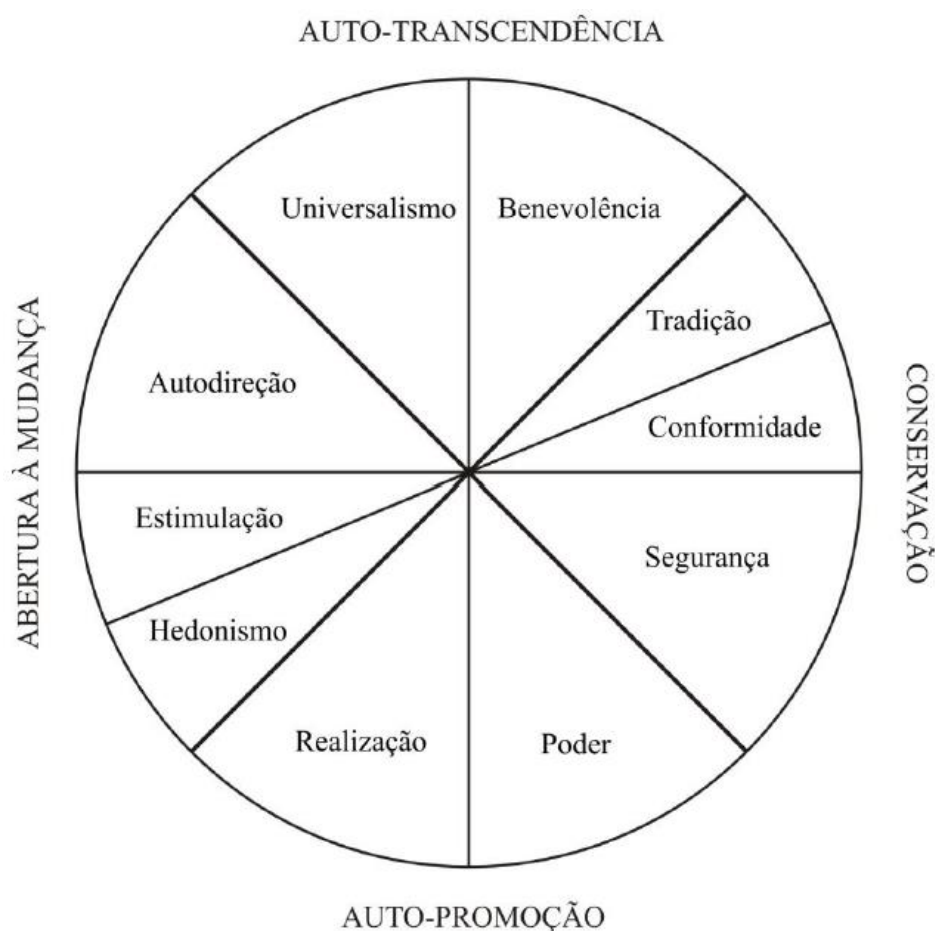


*Figura 2.* Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais

De acordo com Schwartz (1994), todo e qualquer tipo de valor encontraria sua representação em um dos dez tipos motivacionais.

A seguir, apresentam-se os tipos motivacionais e seus respectivos valores.

*Autodireção:* É definida pela busca de independência do pensamento e ações. Compreende ainda o interesse em criar, escolher, explorar. A autodireção deriva das necessidades de controle e domínio e pode ser exemplificada pela criatividade, liberdade, independência e curiosidade.

*Estimulação:* Os valores de estimulação derivam da necessidade de mudança e se caracterizam pela busca de excitação e novidades (exemplo: ser atrevido, ter uma vida variada, ter uma vida excitante).

*Hedonismo:* Diz respeito à busca de satisfação, de prazer e gratificação sexual por parte do indivíduo (exemplo, desfrutar da vida, buscar prazer).

*Realização:* Tem como objetivo o alcance do sucesso pessoal através da demonstração de competência de acordo com os padrões sociais (por exemplo, ser ambicioso, capaz, influente e bem-sucedido).

*Poder:* Caracteriza-se pela busca de obter prestígio e status social, além do interesse em possuir controle ou domínio sobre pessoas e recursos (por exemplo, ter autoridade, buscar riqueza e poder social).

*Segurança:* Diz respeito à necessidade de harmonia, de estabilidade social nos relacionamentos, e de si mesmo. Alguns valores de segurança servem principalmente aos interesses pessoais (e.g. limpeza), enquanto outros servem aos interesses grupais (e.g. segurança nacional, segurança familiar).

*Conformidade:* Tem como objetivo a restrição de ações, impulsos e inclinações que possam vir a transgredir as normas e expectativas sociais (por exemplo, autodisciplina, bons modos, obediência).

*Tradição:* Consiste no respeito, obediência e aceitação dos costumes e ideais provenientes da cultura e da religião. Implica ainda na subordinação a superiores com quem se convive no cotidiano (parentes mais velhos, pais, professores, chefes), além da

obediência aos costumes religiosos e tradicionais (exemplo, respeito pela tradição, honrar os mais velhos, vida espiritual).

*Benevolência:* Busca preservar e melhorar o bem-estar das pessoas com quem se mantém relações íntimas. Os valores da benevolência constituem-se como requisito básico para o funcionamento de um grupo social e derivam das necessidades de filiação (por exemplo, ser honesto, responsável, generoso e indulgente; ter/apresentar amor maduro e amizades verdadeiras).

*Universalismo:* Consiste na busca de entendimento, apreciação, tolerância e proteção da sociedade de forma geral e dos recursos naturais. Esses valores derivam das necessidades de sobrevivência individual e grupal (por exemplo, necessidade de igualdade, justiça social, sabedoria, harmonia com a natureza e proteção ao meio ambiente).

Os dez tipos motivacionais são enquadrados em quatro dimensões: *abertura à mudança* (autodireção, hedonismo e estimulação), *autotranscendência* (universalismo, benevolência), *autopromoção* (realização e poder) e *conservação* (tradição, conformidade e segurança). As quatro dimensões se estruturam na forma de dois eixos bipolares, que representam a oposição entre as dimensões. Por exemplo, o conservadorismo se opõe à abertura à mudança, e a autotranscendência se opõe à autopromoção.

Para Schwartz (1992), quando o indivíduo age tomando um dos valores como meta, suas consequências práticas, psicológicas ou sociais podem ser conflitantes com algum outro valor. Nesse sentido, a estrutura bidimensional busca expressar exatamente as relações de conflito que os tipos motivacionais possuem entre si.

Apesar do modelo de Schwartz ser amplamente difundido no mundo acadêmico, ele também não está isento de críticas, que por sua vez encontram-se baseadas

principalmente na falta de uma base teórica subjacente à origem dos valores - fato este que leva a uma indeterminação do número exato dos valores existentes - e que fundamente a ideia de conflito e compatibilidade entre eles. Schwartz também desconsidera dimensões que se mostrem essenciais se pensadas a partir das necessidades humanas, assim como a subfunção existência (Athayde, 2012), já que o princípio dos conflitos entre os valores não é compatível com a concepção do desejável defendida pelo autor (Soares, 2013).

Por fim, para Davidov, Schmidt e Schwartz (2008), os resultados referentes à estrutura universal dos valores e a hipótese de invariância fatorial para os dez tipos motivacionais são ambíguos.

Observando as falhas existentes nesse modelo, mas sem deixar de reconhecer e considerar as contribuições de modelos anteriores, Gouveia (1998, 2003) propôs uma teoria alternativa, chamada de *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos* a qual será descrita a seguir.

### 3.1.3 - Valdiney V. Gouveia

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos foi elaborada inicialmente por volta dos anos de 1990, com base na teoria das necessidades de Maslow, no modelo teórico de Inglehart e procurando integrar diferentes modelos anteriores. Assim, criou uma tipologia dos valores humanos básicos (Gouveia et al., 2010; Gouveia et al., 2012), que vem sendo aprimorada nos últimos anos (Ardila, Gouveia, & Medeiros, 2012; Gouveia, 2003, 2013; Gouveia et al, 2010; Gouveia, Milfont, & Guerra, 2014; Souza, Gouveia, Lima, & Santos, 2015). Apesar do modelo teórico em questão configurar uma tentativa de melhorar as falhas observadas nos estudos anteriores, não significa que esta seja oposta as demais, mas sim um modelo mais parcimonioso, integrador e teoricamente fundamentado (Soares, 2013).

Para a definição dos valores, são consideradas as seguintes características: (1) são categorias ou conceitos; (2) referem-se a estados desejáveis de existência; (3) transcendem situações específicas; (4) assumem diferentes graus de importância; (5) guiam a avaliação ou seleção de eventos e comportamentos e (6) representam cognitivamente as necessidades humanas (Souza, Gouveia, Lima, & Santos, 2015).

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, concebida no contexto de um programa de investigação, possui um disco rígido que é constituído por hipóteses que são coerentes e testáveis, favorecendo o reconhecimento da natureza teórica do modelo em questão (Gouveia, 2013). Assume-se, portanto, cinco pressupostos teóricos:

1. *Natureza humana.* Assume a natureza positiva ou benevolente do ser humano. Dessa forma, apenas os valores positivos são admitidos, pois apesar do significado de determinados valores (como poder e prazer) parecer negativo para algumas pessoas, sua essência é positiva.
2. *Princípios-guias individuais.* Os valores são considerados individuais, pois apesar de existirem abordagens teóricas culturais dos valores, estas demandariam outra fonte ou estratégia de elaboração, como livros-texto, músicas ou outros – já que as referências dos valores são baseadas em respostas individuais das pessoas.
3. *Base motivacional.* Leva em conta unicamente a ideia consensual de que os valores são representações cognitivas das necessidades humanas. Representam, portanto, as necessidades individuais, mas também demandas sociais e institucionais.
4. *Caráter terminal.* Apenas valores terminais são levados em conta nessa teoria. Isso porque, de acordo com Rokeach (1973), tais valores são mais precisos e são encontrados em menor número em relação aos valores instrumentais. Além de

serem compatíveis com a concepção de valores como orientação geral e transcendente, sem se limitar a objetos e/ou situações específicas.

5. *Condição perene*. Os valores estão presentes em todas as culturas, embora alguns se façam mais presentes do que outros, em função das condições de vida, especificidades culturais e processos socioeconômicos. O que não implica que outros valores deixem de existir. Dessa forma, os valores são os mesmos desde sempre, pois estes não mudam. Aqueles que existem hoje, existiam há séculos atrás – o que mudam são as prioridades valorativas.

Outro aspecto fundamental para essa teoria é o enfoque nas funções dos valores. Dessa forma, são consideradas duas das mais importantes funções primárias: guiar as ações do homem (tipo de orientação) e representar cognitivamente as necessidades humanas (tipo motivador), essas funções serão explanadas a seguir:

A função de *guiar os comportamentos humanos* corresponde ao tipo de orientação, sendo esta subdividida em três critérios – *social, central e pessoal*. As pessoas que priorizam os valores *sociais* enfatizam as relações interpessoais e grupais, enquanto aquelas que priorizam os valores *pessoais* possuem foco intrapessoal e individual. Existem ainda valores que se encontram entre os pessoais e os sociais, que representam uma base organizadora. Estes são chamados de valores *centrais*, pois compreendem as necessidades básicas, como a sobrevivência e a estabilidade, e as necessidades de ordem superior, como beleza e conhecimento (Gouveia, 2013; Souza, Gouveia, Lima & Santos, 2015).

Já a função de *representar cognitivamente as necessidades humanas* diz respeito ao tipo de motivador, que é subdividido em dois tipos: *materialista (pragmático)* e *idealista (humanitário)*. O tipo motivador *materialista* é pautado em ideias práticas e sugere uma orientação baseada em metas concretas e específicas, no suprimento de

condições de sobrevivência biológica, pautado em ideias práticas e no cumprimento de regras normativas. Enquanto o tipo motivador *idealista* se encontra baseado em ideias e princípios abstratos. Com caráter universal, geralmente não se dirigem às metas concretas, constituindo um perfil inovador que pouco se apega a bens materiais (Ardila, Gouveia, & Medeiros, 2012; Gouveia et al., 2010).

As duas dimensões valorativas formam dois eixos: o vertical corresponde ao tipo de motivador e o horizontal representa o tipo de orientação. A combinação desses dois eixos (*peçoal, central, social/ idealista, pragmático*) resulta em seis subfunções valorativas: *experimentação* (emoção, prazer e sexualidade); *realização* (êxito, poder e prestígio); *existência* (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência); *suprapessoal* (beleza, conhecimento e maturidade); *interativa* (afetividade, apoio social e convivência) e *normativa* (obediência, religiosidade e tradição) (Gouveia et al., 2010; Gouveia et al., 2012; Gouveia, Milfont, & Guerra, 2014; Souza, Gouveia, Lima, & Santos, 2015), como pode ser observado na Figura 3.

|                                               |                                                                     | <i>Valores como padrão-guia de comportamentos</i>        |                                                             |                                                                 |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
|                                               |                                                                     | <i>Metas pessoais (o indivíduo por si mesmo)</i>         | <i>Metas centrais (o propósito geral da vida)</i>           | <i>Metas sociais (o indivíduo na comunidade)</i>                |
| <i>Valores como expressão de necessidades</i> | <i>Necessidades idealistas (a vida como fonte de oportunidades)</i> | <b>Experimentação</b><br>Emoção<br>Sexualidade<br>Prazer | <b>Suprapessoal</b><br>Beleza<br>Conhecimento<br>Maturidade | <b>Interativa</b><br>Afetividade<br>Apoio social<br>Convivência |
|                                               | <i>Necessidades materialistas (a vida como fonte de ameaça)</i>     | <b>Realização</b><br>Êxito<br>Poder<br>Prestígio         | <b>Existência</b><br>Estabilidade<br>Saúde<br>Sobrevivência | <b>Normativa</b><br>Obediência<br>Religiosidade<br>Tradição     |

Figura 3. Funções, subfunções e valores específicos.

O tipo de orientação *peçoal* é dividido em duas subfunções valorativas: *experimentação* e *realização*.

*Experimentação* possui o tipo motivador idealista e é caracterizada pela busca do prazer. Seus valores contribuem para a promoção de inovações nas estruturas de organizações sociais e são endossados principalmente por jovens. Essa subfunção é composta pelos seguintes valores: *emoção*, que representa a busca por excitabilidade e experiências perigosas; *prazer*, visa o interesse de aproveitar a vida no sentido amplo, desfrutar os prazeres ao máximo e *sexualidade* que representa a necessidade de sexo.

*Realização* tem como tipo motivador *materialista* e é representada pela necessidade de autoestima. Os indivíduos que priorizam esta subfunção dão importância à hierarquização baseada na competência pessoal, buscando praticidade em suas decisões e comportamentos e apreciando a ideia de uma sociedade estruturada e organizada. A subfunção referida é representada pelos seguintes valores: *êxito* representa o interesse em ser eficiente e alcançar metas – as pessoas que endossam esse valor costumam ser competitivas, pois sempre estão em busca de benefícios pessoais; *poder* diz respeito ao interesse ter possuir o domínio, poder controlar as decisões, e *prestígio*, que se refere à busca de ter uma imagem pessoal reconhecida publicamente. Tais valores são geralmente priorizados por jovens adultos ou em indivíduos formados em contextos disciplinares.

Os valores *centrais* possuem duas subfunções, sendo estas: *existência* e *suprapessoal*.

*Existência* possui tipo motivador *pragmático* e expressa a preocupação do indivíduo com a própria sobrevivência e segurança, sendo composta pelos valores a seguir: *estabilidade pessoal*, que enfatiza a busca por uma vida organizada e planejada; *saúde*, que prioriza a preocupação com a saúde, evitando coisas que possam representar um dano ou ameaça à sua vida, e *sobrevivência*, que representa as necessidades mais básicas humanas (e.g. comer, dormir, beber, etc.). Dessa forma, a subfunção em questão é considerada aquela que possui maior relevância para o tipo motivador *materialista*, por

ser a fonte para as outras duas subfunções que compõem esse motivador. Esses valores são endossados principalmente por pessoas que viveram ou vivem em condições de escassez econômica.

*Suprapessoal* apresenta o tipo motivador *idealista* e representa a necessidade de autorrealização, estética e cognição. Os valores *suprapessoais* contribuem para a categorização e organização do mundo de uma forma consistente como também para a organização da estrutura cognitiva dos indivíduos. Essa subfunção é composta pelos seguintes valores: *beleza*, que busca apreciar o que é belo, seja a natureza do objeto apreciado material ou imaterial; *conhecimento*, que visa estar atualizado, descobrir fatos e ideias, e adquirir novos conhecimentos, e *maturidade*, que se caracteriza pela necessidade de autorrealização, de encontrar um sentido na vida, sentir-se satisfeito com o que é e com que se tem feito. Considerada a base para as outras duas subfunções que constituem o tipo motivador idealista, a subfunção suprapessoal é comumente priorizada por pessoas que possuem uma visão mais ampla e geral do mundo.

Os valores do tipo de orientação *social* são classificados em duas subfunções: *normativa* e *interativa*.

*Normativa* tem como tipo motivador *pragmático* e evidencia uma orientação vertical, voltada para o cumprimento das regras sociais, obediência às autoridades e preservação da cultura e da tradição. Compõem essa subfunção os seguintes valores: *obediência*, que enfatiza a necessidade de cumprir deveres e obrigações diárias, além de respeitar pessoas mais velhas e superiores; *tradição*, que diz respeito à importância da manutenção dos padrões culturais e morais vigentes, e *religiosidade*, que não depende de um preceito religioso específico, já que representa a necessidade de controle para lidar com situações adversas, ao crer em uma entidade superior que pode proporcionar uma

vida tranquila. Os valores da subfunção normativa são geralmente endossados por pessoas mais idosas que visam cumprir normas e apresentam menos condutas anticonvencionais.

*Interativa* tem como tipo motivador *idealista* e representa a necessidade de amor, pertença e afiliação. Esses valores são fundamentais para a manutenção de relacionamentos interpessoais, enfatizando atributos afetivos e abstratos. Os valores que se agrupam nessa subfunção são: *afetividade*, que está relacionada aos aspectos da vida social e a necessidade de amar, e enfatiza os relacionamentos íntimos e familiares além do compartilhamento de experiências e cuidados; *apoio social*, que se refere à necessidade de possuir pessoas ao redor com quem se possa contar, e *convivência*, que representa o interesse de conviver com grupos de relacionamento. Os valores anteriormente descritos são comumente priorizados por pessoas mais jovens e orientadas a desenvolver relações íntimas estáveis.

Conhecendo o conteúdo e estrutura Teoria Funcionalista dos Valores Humanos através de suas funções e subfunções valorativas, cabe ainda ressaltar outro aspecto relevante, que prevê a existência de uma hipótese de congruência entre os valores. Tal relacionamento é representado pela figura de um hexágono, que permite ser ordenado de forma a representar diferentes graus de congruência. A utilização dessa estrutura pode ser explicada com base em um dos pressupostos dessa teoria, visto que todos os valores são provenientes da natureza humana benevolente, o que conseqüentemente considera todos os valores como desejáveis e positivos. Nesse sentido, as correlações entre os valores são predominantemente positivas, diferindo apenas em relação ao grau.

(1) *Congruência baixa*: Consiste na relação entre as subfunções que possuem tipos de orientação e motivadores diferentes. Os casos que possuem baixa congruência são: interativa-realização e normativa-experimentação, por isso esses pares de subfunções podem ser observados em lados opostos do hexágono. Entretanto, para Gouveia (2003),

a existência de conflito entre os valores não é admitida, indicando que os princípios que possuem uma relação de baixa congruência são considerados como independentes, mas não expressam necessariamente incompatibilidade.

(2) *Congruência Moderada*: Diz respeito ao relacionamento entre subfunções que representam o mesmo tipo motivador, mas com tipos de orientação diferentes. Os pares que possuem congruência moderada são: normativa-realização e interativa-experimentação. O par normativa-realização sugere a busca por objetivos e ideias concretas, embora a subfunção realização esteja centrada no indivíduo e a subfunção normativa no grupo social. Já o par interativa-experimentação, representa a ideia de princípios menos materialistas, buscando os afetos e prazeres da vida, podendo priorizar os interesses pessoais ou as relações com os demais.

(3) *Congruência Alta*: As subfunções que apresentam maior grau de congruência são aquelas que representam tipos diferentes de motivador com o mesmo tipo de orientação. Os pares que configuram as relações de alta congruência são: realização-experimentação e normativa-interativa, pela forte relação positiva entre os valores em questão é que eles se encontram posicionados em lados adjacentes do hexágono. Pessoas que são guiadas pelo par “realização-experimentação” são caracterizadas como individualistas, pois visam alcançar suas metas e defender seus interesses acima de qualquer coisa ou pessoa. Enquanto aquelas que são guiadas pelo par normativa-interativa são pessoas coletivistas, porque priorizam metas e interesses sociais.

A Figura 4 ilustra a maneira que as funções e subfunções valorativas são distribuídas na forma do hexágono e representam três graus de congruência entre os valores:

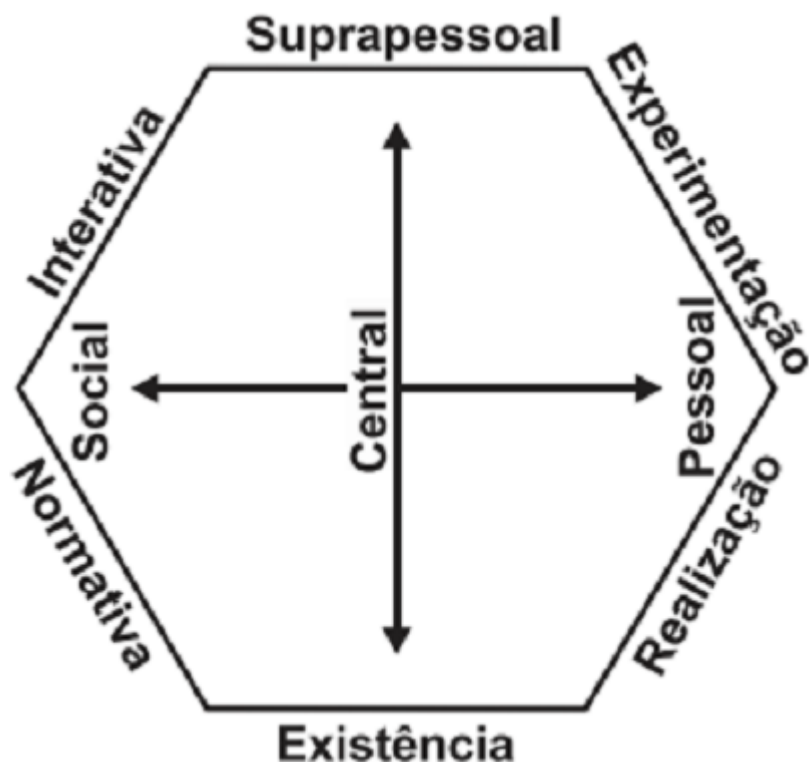


*Figura 4.* Congruência das subfunções dos valores básicos.

Dentre as relações de congruência entre as subfunções valorativas, não foram mencionados os valores das subfunções existência e suprapessoal. Isso se deu em razão de tais subfunções valorativas corresponderem ao tipo de orientação central, que por sua vez, é considerado como a referência para as outras subfunções, explicando porque comumente apresentam correlações fortes e positivas com as demais subfunções (Gouveia et al., 2008; Gouveia, 2013).

Diante do exposto, optou-se pela utilização da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos na presente dissertação, pelo fato desta vir ganhando destaque, por possuir um caráter inovador e parcimonioso (Gouveia, 2013), além de ser um modelo mais integrador que vem conseguindo, por exemplo, explicar variâncias e porcentagens iguais ou superiores àquelas proporcionadas pelo modelo de Schwartz (Gouveia et al., 2012).

Nesse sentido, essa teoria vem sendo utilizada em vários estudos, na tentativa de esclarecer quais as prioridades valorativas dos indivíduos e explicar comportamentos

como, antissociais (Formiga & Gouveia, 2005; Santos, 2008), de consciência ambiental (Pessoa, 2011; Milfont, Sibley, & Duckitt, 2010), organizacional (Freires, Gouveia, Bortolotti, & Ribas, 2014), altruísta (Gouveia, Milfont, & Guerra, 2014), religioso (Aquino, Gouveia, Silva, & Aguiar, 2013; Santos, Guerra, Coelho, Gouveia, & Souza, 2012), sexual (Guerra, Gouveia, Sousa, Lima, & Freires, 2012), entre outros. Dessa forma, serão apresentados a seguir alguns correlatos dos valores humanos com variáveis relacionadas a satisfação.

### *3.3 - Valores Humanos e Satisfação*

O construto dos valores humanos possui estreita relação com as necessidades humanas, bem como pode ser observado em um dos pressupostos teóricos da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, que prevê a base motivacional dos valores ao defender a ideia de que os valores são representações cognitivas das necessidades humanas (Gouveia, 2003).

As teorias da motivação têm enfatizado as forças internas que são responsáveis por guiar e potencializar o comportamento humano. A motivação diz respeito ao produto das forças que fazem com que os indivíduos se movam em direção à satisfação de suas necessidades. Logo, quando se toma em conta o estudo da satisfação e das necessidades humanas, encontra-se a tipologia de Maslow (1954), a qual se destaca como um modelo elaborado em contexto clínico, caracterizado por diferenciar tipos específicos de necessidades que se organizam de forma hierárquica, partindo das mais baixas (fisiológicas e de segurança) até as mais elevadas (pertencimento, estima e autorrealização).

Gouveia, Milfont, Fischer e Coelho (2009) buscaram verificar as possíveis relações entre as subfunções valorativas e o comportamento organizacional. Para tanto, além do questionário de valores básicos (Gouveia et al., 2008a), utilizaram a escala de

bem-estar afetivo no trabalho, que indicam o nível de satisfação e a intensidade dos afetos medidos. Os resultados indicaram que os valores humanos apresentaram força preditiva sobre o bem-estar afetivo no trabalho de forma modesta. Sendo que as subfunções interativa e normativa predisseram de forma positiva os afetos com alta satisfação, isso se deve ao fato de que os valores normativos e interativos são fundamentais para a manutenção de relações interpessoais como para a preservação das normas sociais.

Ainda buscando relacionar as prioridades valorativas com o bem-estar subjetivo, Albuquerque e seus colaboradores (2006) utilizaram o questionário de valores básicos (Gouveia, 2003) e três medidas referentes aos indicadores do bem-estar subjetivo (satisfação com a vida, satisfação com as áreas da vida e afetos – positivos e negativos). Foi possível verificar com os resultados que os valores pessoais e sociais tendem a prever sutilmente o bem-estar subjetivo, enquanto os centrais não predizem tal construto.

Harmata, Denis, Dilmaç e Arslan (2015) constataram que os valores humanos exercem contribuições significativas para a satisfação conjugal. Tais autores optaram pela utilização da teoria dos valores motivacionais de Schwartz (1992). Os achados de pesquisa indicaram que os valores que melhor predisseram a satisfação conjugal foram: segurança, universalismo, conformidade e hedonismo. Os autores justificam que os valores possuem um importante papel, no sentido de garantir a satisfação entre os cônjuges e, conseqüentemente, um relacionamento saudável. Todavia, o estudo supracitado não oferece reflexões suficientes para o entendimento das relações entre os valores humanos e a satisfação conjugal, pois os resultados se mostram confusos e as discussões pouco esclarecedoras.

A pertinência da presente dissertação consiste nas carências, e a escassez de publicações na área de valores humanos e satisfação conjugal. Além disso, esta possui

ainda outros objetivos que podem ser organizados da seguinte forma: pensou-se em desenvolver dois estudos que respondessem ao objetivo geral, a saber: comparar a satisfação conjugal e os valores humanos de casais de famílias intactas e recasadas. No primeiro estudo, pretendeu-se elaborar e validar um instrumento sobre satisfação conjugal; já no segundo, buscou-se comprovar os parâmetros psicométricos do instrumento, verificar se existe relação entre os valores humanos e a satisfação conjugal e comparar as variáveis (satisfação conjugal e valores humanos) em função das variáveis sociodemográficas. Para este fim, a pesquisa seguiu os seguintes passos metodológicos.

**CAPÍTULO IV - ESTUDO 1 - PARÂMETROS  
PSICOMÉTRICOS DA ESCALA DE SATISFAÇÃO  
CONJUGAL (ESC)**

---

Esse estudo teve como objetivo principal propor a validade fatorial bem como verificar o índice de consistência interna da Escala de Satisfação Conjugal (ESC).

#### *4.1 – Método*

##### *4.1.1 – Delineamento*

Trata-se de um estudo não experimental, correlacional, de natureza quantitativa, *ex post facto*, possuindo ênfase psicométrica. Neste estudo buscou-se construir e validar uma medida sobre satisfação conjugal.

##### *4.1.2 - Participantes*

Contou-se com uma amostra de conveniência (não probabilística), de 208 indivíduos casados, recasados ou em união estável da cidade de João Pessoa-PB, sendo destes 41,3% do sexo masculino e 58,7% do sexo feminino, com idades variando de 19 a 76 ( $M = 36$ ;  $DP = 11$ ) e, em sua maioria, apresentaram-se pertencentes à classe média (80,8%). No que diz respeito ao nível de escolaridade, 3,4% possui ensino fundamental incompleto; 1,9% possui ensino fundamental completo; 2,4% possui ensino médio incompleto; 18,8% possui ensino médio completo; 26% possui ensino superior incompleto; 23,6% possui ensino superior completo e 24% possui pós-graduação.

##### *4.1.3 - Instrumentos*

Os participantes responderam a um questionário do tipo lápis e papel com as seguintes medidas: Escala de Satisfação Conjugal e dados sociodemográficos (sexo, idade, tempo de união, estado civil, profissão, classe social, escolaridade, filhos, nível de religiosidade e renda familiar).

*Escala de Satisfação Conjugal (ESC):* Trata-se de uma medida preliminar composta por 45 itens que caracterizam a satisfação conjugal, respondidos em escala de

cinco pontos, variando de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo totalmente. Destes 45 itens, 15 têm sentido invertido dos demais [por exemplo, 11. Se conhecesse meu (minha) companheiro (a) como conheço agora, não teria me casado].

#### 4.1.4 - Procedimento

Inicialmente, com base na literatura (Maslow, 1954), foram elaborados 55 itens, divididos em quatro partes, a saber: que representassem as *necessidades fisiológicas*, *necessidades de segurança*, *necessidades de amor e relacionamento* e *necessidades de estima e autorrealização*.

Para o contexto do relacionamento conjugal, foi considerada como necessidade fisiológica característica o sexo. Para esta dimensão foram elaborados itens que demonstrassem a satisfação do casal no tocante às relações sexuais, por exemplo “percebo que minhas preferências sexuais combinam com as do meu (minha) companheiro (a)”.

As *necessidades de segurança*, sugerindo o ajustamento financeiro, que buscava expressar o suprimento da necessidade de equilíbrio e o consenso na organização financeira do casal, por exemplo, “Somos capazes de economizar para realização de planos futuros (compras de bens, viagens, etc.)”.

As *necessidades de amor e relacionamento*, considerada como vínculo afetivo com o parceiro, expressando a ideia de proximidade e amor entre o casal *e.g.* “Amo o meu (minha) companheiro o suficiente para continuarmos juntos”; e por fim itens que compreendessem a ideia de *necessidades de estima e autorrealização*, representando a realização e autoestima com o intuito de caracterizar um relacionamento marital que haja realização, respeito e comunicação entre o casal, exemplo “Meu (minha) companheiro (a) respeita minhas escolhas e preferências”. Em seguida, estes itens foram submetidos à análise de juízes com a finalidade de verificar se estes realmente seriam definições operacionais capazes de caracterizar o fenômeno estudado.

Vencida a etapa de operacionalização dos itens, seis psicólogos participaram da avaliação de conteúdo dos itens, apontando os itens que se mostraram imprecisos ou inadequados para representar cada uma das dimensões. Após avaliação dos juízes alguns itens foram modificados e 10 eliminados, restando os 45 itens aqui utilizados.

Em seguida, buscou-se verificar a validade semântica da Escala de Satisfação Conjugal, ou seja, se os itens são compreensíveis, tanto para o extrato mais alto, quanto para mais baixo da população-alvo (Pasquali, 2003). Para este fim, contou-se com a colaboração de vinte indivíduos casados, sendo dez com ensino fundamental incompleto e dez com pós-graduação. Os participantes tiveram dúvidas em relação a termos utilizados na formulação dos itens, que prontamente foram substituídos por palavras mais conhecidas da população com significado equivalente. Após sanar esta deficiência e garantir a inteligibilidade dos itens, entrou-se em contato com as pessoas que se encaixavam no perfil amostral (pessoas casadas ou em união estável).

A versão preliminar foi aplicada à população geral, após prévia aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do hospital universitário Lauro Wanderley (UFPB), tendo como número do protocolo de aprovação 978 490. Participou quem, após ler as instruções contidas no questionário e aprovar sua participação voluntária, assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos (Res. 466/12 do CNS/MS). Ao final da aplicação, os colaboradores informaram sobre a disponibilidade dos resultados para os interessados. O tempo médio de aplicação do questionário foi de 15 minutos.

#### *4.1.5 - Análise de dados*

Os dados foram analisados através do software IBM SPSS (versão 21). Foram realizadas análises descritivas (média, desvio padrão, frequência) a fim de caracterizar a amostra. Foi realizada também uma análise de componentes principais (ACP) e cálculos de consistência interna (alfa de Cronbach) dos componentes encontrados. Decidiu-se realizar análise paralela, visto que considerar o critério de Kaiser (autovalor igual ou superior a 1) e o critério de Cattell (representação gráfica dos valores próprios), pode maximizar o número de fatores a serem considerados.

## *4.2 – Resultados*

### *4.2.1 – Escala de Satisfação Conjugal (ESC): Evidências Psicométricas*

Serão descritos, de agora em diante, os resultados da verificação da estrutura da Escala de Satisfação Conjugal (ESC). Nesse sentido, será apresentado inicialmente o poder discriminativo dos itens.

#### *4.2.2 – Poder Discriminativo dos Itens*

Com a finalidade de verificar o poder discriminativo dos itens, optou-se pela realização de testes *t* de *Student* para amostras independentes, tendo por base o valor da mediana para divisão dos grupos-critério internos (superior e inferior) levando em consideração as pontuações totais por componente (somatório da pontuação dos componentes esperados) acima e abaixo da mediana. Os resultados obtidos através de tal procedimento são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Poder Discriminativo dos Itens da ECS

| Itens   | Grupo-Critério |           |          |           | Contraste |           |          |
|---------|----------------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|
|         | Inferior       |           | Superior |           |           |           |          |
|         | <i>M</i>       | <i>DP</i> | <i>M</i> | <i>DP</i> | <i>t</i>  | <i>gl</i> | <i>p</i> |
| Item 01 | 4,27           | 0,90      | 3,35     | 1,13      | -5,67     | 185       | 0,001*   |
| Item 02 | 4,18           | 0,70      | 3,17     | 1,00      | -8,13     | 174       | 0,001*   |
| Item 03 | 4,82           | 0,38      | 3,87     | 0,90      | -9,68     | 130       | 0,001*   |
| Item 04 | 4,70           | 0,77      | 4,14     | 0,86      | -4,79     | 191       | 0,001*   |
| Item 05 | 4,84           | 0,39      | 4,12     | 0,89      | -7,31     | 132       | 0,001*   |
| Item 06 | 4,75           | 0,48      | 3,84     | 1,00      | -8,05     | 138       | 0,001*   |
| Item 07 | 3,86           | 1,18      | 2,88     | 1,12      | -5,93     | 193       | 0,001*   |
| Item 08 | 4,67           | 0,62      | 3,66     | 0,92      | -8,93     | 169       | 0,001*   |
| Item 09 | 4,66           | 0,68      | 3,61     | 1,07      | -8,17     | 165       | 0,001*   |
| Item 10 | 4,55           | 0,96      | 3,78     | 1,02      | -5,37     | 193       | 0,001*   |
| Item 11 | 4,62           | 0,56      | 3,51     | 0,87      | -10,55    | 165       | 0,001*   |
| Item 12 | 4,87           | 0,34      | 4,08     | 0,78      | -9,11     | 132       | 0,001*   |
| Item 13 | 4,27           | 0,90      | 3,35     | 1,13      | -5,67     | 185       | 0,001*   |
| Item 14 | 4,44           | 0,70      | 3,37     | 0,98      | -8,80     | 176       | 0,001*   |
| Item 15 | 4,25           | 0,94      | 3,16     | 1,21      | -7,05     | 183       | 0,001*   |
| Item 16 | 4,71           | 0,61      | 3,75     | 1,17      | -7,17     | 145       | 0,001*   |
| Item 17 | 4,32           | 0,90      | 3,31     | 1,17      | -6,69     | 182       | 0,001*   |
| Item 18 | 4,88           | 0,34      | 4,27     | 0,72      | -7,50     | 139       | 0,001*   |
| Item 19 | 4,71           | 0,54      | 3,98     | 0,84      | -7,31     | 165       | 0,001*   |
| Item 20 | 4,64           | 0,76      | 3,49     | 1,38      | -7,24     | 151       | 0,001*   |
| Item 21 | 4,29           | 0,92      | 3,35     | 1,09      | -6,56     | 188       | 0,001*   |
| Item 22 | 4,66           | 0,52      | 3,87     | 0,81      | -8,05     | 164       | 0,001*   |
| Item 23 | 4,09           | 0,84      | 3,16     | 1,10      | -6,64     | 181       | 0,001*   |
| Item 24 | 4,64           | 0,52      | 3,79     | 0,81      | -8,68     | 165       | 0,001*   |
| Item 25 | 4,83           | 0,38      | 3,94     | 0,87      | -9,24     | 132       | 0,001*   |
| Item 26 | 3,89           | 1,26      | 3,32     | 1,07      | -3,47     | 188       | 0,001*   |
| Item 27 | 4,39           | 0,86      | 3,21     | 1,00      | -8,78     | 189       | 0,001*   |
| Item 28 | 4,54           | 0,64      | 3,29     | 1,06      | -9,88     | 159       | 0,001*   |
| Item 29 | 4,17           | 0,85      | 3,29     | 0,99      | -6,63     | 189       | 0,001*   |
| Item 30 | 4,42           | 0,92      | 3,62     | 1,08      | -5,53     | 188       | 0,001*   |
| Item 31 | 4,82           | 0,52      | 3,97     | 0,93      | -8,53     | 163       | 0,001*   |
| Item 32 | 4,29           | 1,08      | 3,24     | 1,29      | -6,16     | 188       | 0,001*   |
| Item 33 | 4,76           | 0,45      | 4,17     | 0,79      | -6,38     | 152       | 0,001*   |
| Item 34 | 2,99           | 1,28      | 2,99     | 1,10      | 0,00      | 190       | 1,00     |
| Item 35 | 4,35           | 0,75      | 3,25     | 1,02      | -8,55     | 178       | 0,001*   |
| Item 36 | 4,38           | 1,01      | 3,53     | 0,90      | -6,19     | 191       | 0,001*   |
| Item 37 | 4,73           | 0,74      | 3,62     | 1,18      | -7,90     | 163       | 0,001*   |
| Item 38 | 4,39           | 0,73      | 3,72     | 0,82      | -5,98     | 191       | 0,001*   |
| Item 39 | 4,51           | 0,75      | 3,83     | 0,90      | -5,79     | 188       | 0,001*   |
| Item 40 | 4,39           | 0,95      | 3,73     | 0,99      | -4,71     | 193       | 0,001*   |
| Item 41 | 4,87           | 0,34      | 4,08     | 0,71      | -9,83     | 139       | 0,001*   |
| Item 42 | 4,38           | 0,78      | 3,61     | 0,97      | -6,08     | 185       | 0,001*   |
| Item 43 | 3,69           | 1,21      | 3,01     | 1,09      | -4,13     | 192       | 0,001*   |
| Item 44 | 4,48           | 0,87      | 3,47     | 1,09      | -7,12     | 185       | 0,001*   |
| Item 45 | 4,70           | 0,64      | 3,91     | 0,98      | -6,68     | 167       | 0,001*   |

Nota. \* Itens que apresentaram poder discriminativo ( $p < 0,001$ ).

Com base nos resultados, foi possível observar que a maioria dos itens se mostra com poder discriminativo satisfatório ( $p < 0,001$ ), ou seja, os itens são capazes de diferenciar os participantes dos dois grupos (superior e inferior), exceto pelo item 34 ( $p = 1,00$ ), que foi excluído. Tendo em consideração que os itens em sua totalidade apresentaram poder discriminativo satisfatório, conclui-se que o instrumento possui qualidade métrica, já que os itens são capazes de diferenciar participantes com pontuações próximas. Vencida essa etapa partiu-se para a verificação da estrutura fatorial da medida.

#### 4.2.3 – *Análise de Componentes Principais e Consistência Interna da ESC*

Visando reunir evidências da validade fatorial e consistência interna da medida em questão que foram seguidas as etapas descritas a seguir.

Os resultados permitiram corroborar a adequação da matriz de correlação:  $KMO = 0,92$  e Teste de Esfericidade de Bartlett,  $\chi^2 (946) = 5221,020, p = 0,001$ . Precedeu-se a análise fatorial exploratória sem fixar método de rotação ou número de componentes a ser extraído, utilizando o método ACP (Análise de Componentes Principais). Considerando o critério de *Kaiser*, foram identificados 9 componentes (16,14, 2,51, 2,03, 1,91, 1,55, 1,38, 1,27, 1,08, 1,04) que explicaram 65,7% da variância total; no entanto a distribuição gráfica (*scree plot*) dos valores próprios (critério de *Cattel*) identificou entre quatro e seis componentes, como pode ser observado na Figura 5.

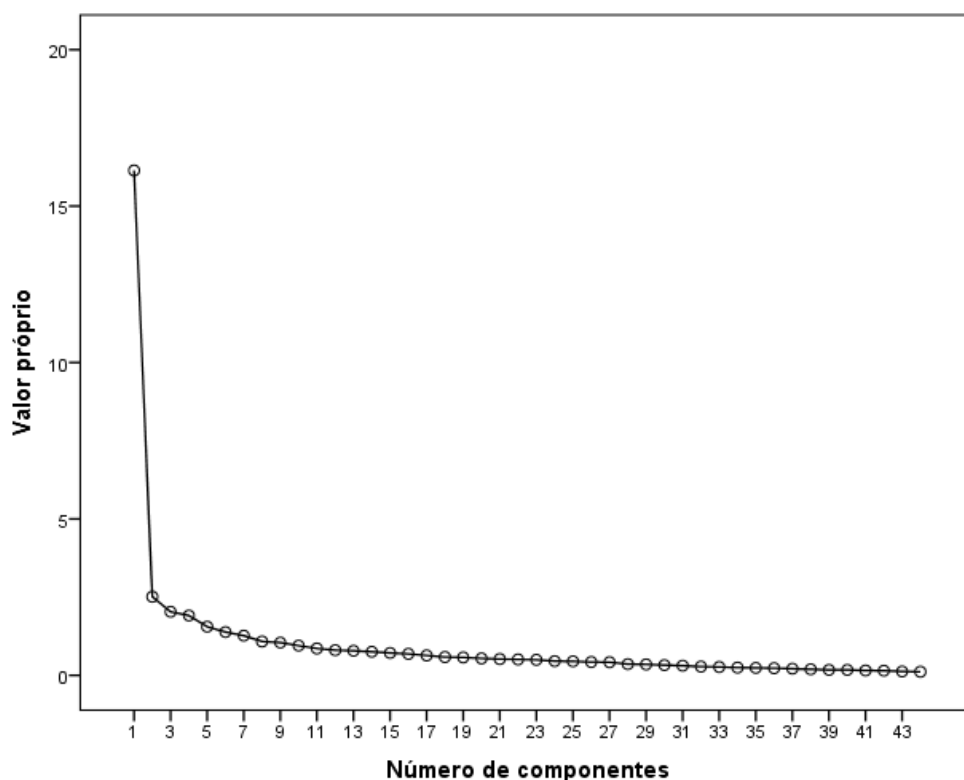


Figura 5. Representação Gráfica dos Valores Próprios da ESC.

Levando em consideração a fragilidade de tais critérios e a sua tendência em maximizar a quantidade de componentes a serem extraídos, procedeu-se uma análise paralela (PA; Critério de *Horn*), considerando uma simulação realizada com 1.000 bancos de dados para a presente pesquisa de 208 participantes e 44 itens. Comparando os 20 valores próprios gerados aleatoriamente (2,02, 1,89, 1,81, 1,73, 1,67, 1,61, 1,55, 1,50, 1,45, 1,40, 1,35, 1,31, 1,27, 1,23, 1,19, 1,15, 1,12, 1,08, 1,04, 1,01) com aqueles observados na ACP, constatou-se, portanto, a retenção de quatro componentes que apresentaram valores próprios acima dos simulados, que explicaram 50% da variância total.

Portanto, uma nova ACP foi rodada, fixando em quatro componentes a serem extraídos, utilizando a rotação *varimax*, que explicaram conjuntamente 51,1% da variância compartilhada. Em seguida, foram selecionados os cinco itens com maiores saturações de cada componente, resultando em vinte itens.

Assumiu-se, como saturação mínima, definir pertença a um componente, o valor de  $|0,40|$ , sendo escolhidos os cinco itens com maiores cargas fatoriais. Esses resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. *Análise de Componentes Principais da Escala de Satisfação Conjugal*

| Itens                                                                                                        | Componentes |             |             |             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                                                                                                              | I           | II          | III         | IV          |
| 02. Sinto-me atraída(o) pelo(a) meu(minha) companheiro(a).                                                   | <b>0,73</b> | 0,08        | 0,76        | -0,05       |
| 18. Tenho interesse sexual por meu (minha) companheiro(a).                                                   | <b>0,69</b> | 0,36        | 0,15        | 0,16        |
| 16. Admiro meu (minha) companheiro (a).                                                                      | <b>0,67</b> | 0,13        | 0,25        | 0,22        |
| 09. Amo o (a) meu (minha) companheiro (a) o suficiente para continuarmos juntos.                             | <b>0,65</b> | 0,22        | 0,32        | 0,21        |
| 14. Gosto de passar o meu tempo livre ao lado do (a) meu (minha) companheiro (a).                            | <b>0,64</b> | 0,21        | 0,37        | 0,16        |
| 10. Meus desejos sexuais são atendidos pelo (a) meu (minha) companheiro(a).                                  | 0,31        | <b>0,74</b> | 0,10        | -0,00       |
| 03. Eu e meu (minha) companheiro (a) temos uma relação satisfatória.                                         | 0,42        | <b>0,67</b> | 0,22        | 0,07        |
| 01. Percebo que minhas preferências sexuais combinam com as preferências do (a) meu (minha) companheiro (a); | 0,01        | <b>0,66</b> | 0,11        | 0,13        |
| 13. No relacionamento atual, sinto-me satisfeita (o) com minha vida sexual.                                  | 0,39        | <b>0,66</b> | 0,16        | 0,04        |
| 06. Meu (minha) companheiro(a) respeita minhas escolhas e preferências.                                      | 0,16        | <b>0,59</b> | 0,40        | 0,22        |
| 11. Se conhecesse meu (minha) companheiro(a) como conheço agora, não teria me casado.                        | 0,33        | 0,15        | <b>0,68</b> | 0,04        |
| 04. Sinto-me distante do (a) meu (minha) companheiro (a), mesmo quando estamos no mesmo ambiente.            | 0,22        | 0,24        | <b>0,63</b> | 0,22        |
| 12. Eu e meu (minha) companheiro (a) temos dificuldade de resolver nossas desavenças.                        | 0,17        | 0,24        | <b>0,59</b> | 0,15        |
| 05. Sinto-me solitária (o), mesmo quando estou com meu (minha) companheiro (a).                              | 0,23        | 0,36        | <b>0,55</b> | 0,05        |
| 17. Eu e meu (minha) companheiro (a) não temos muitos assuntos em comum para conversar.                      | 0,14        | 0,13        | <b>0,53</b> | 0,04        |
| 19. Pagamos todas as despesas mensais dentro do prazo.                                                       | 0,12        | 0,15        | 0,07        | <b>0,74</b> |
| 08. Somos capazes de economizar para a realização de planos futuros (compras de bens, viagens, etc).         | 0,33        | 0,05        | 0,18        | <b>0,65</b> |
| 15. Gastamos mais dinheiro do que ganhamos.                                                                  | 0,19        | 0,12        | 0,16        | <b>0,65</b> |
| 20. Em relação às finanças confio em meu (minha) companheiro(a).                                             | 0,35        | 0,18        | 0,03        | <b>0,62</b> |
| 07. Os gastos do (a) meu (minha) companheiro (a) me incomodam.                                               | -0,06       | 0,24        | 0,33        | <b>0,57</b> |
| Número de itens                                                                                              | 5           | 5           | 5           | 5           |
| Valor Próprio                                                                                                | 16,1        | 2,5         | 2,02        | 1,90        |
| % de variância explicada                                                                                     | 14,7        | 13,9        | 12,3        | 10,2        |
| Alfa de Cronbach ( $\alpha$ )                                                                                | 0,86        | 0,83        | 0,79        | 0,79        |

*Nota:* Os valores em negrito são cargas fatoriais acima de  $|0,40|$  no fator teórico correspondente.

Nesse sentido, os componentes encontrados podem ser descritos como seguem:

Componente I: Apresentou valor próprio de 16,1 explicando 14,8% da variância total. Possui cinco itens que variam em termos de saturação entre 0,73 [02. Sinto-me atraída(o) pelo(a) meu(minha) companheiro (a)] e 0,65 [14. Gosto de passar meu tempo livre ao lado do(a) meu(minha) companheiro(a)] os outros itens foram: 18. Tenho interesse sexual por meu(minha) companheiro(a); 16. Admiro meu(minha) companheiro(a) e 09. Amo o(a) meu(minha) companheiro(a) o suficiente para continuarmos juntos. Diante disso, observou-se que os itens expressam a ideia de vínculo e afeto entre o casal, pareceu adequado dessa forma defini-lo como *afetividade*. Este componente apresentou consistência interna de  $\alpha = 0,86$ .

Componente II: Apresentou valor próprio de 2,6, explicando 13,9% da variância total. Reuniu cinco itens nesse componente, os quais variaram em cargas fatorais de 0,74 [10. Meus desejos sexuais são atendidos pelo(a) meu(minha) companheiro(a)] a 0,59 [06. Meu(minha) companheiro(a) respeita minhas escolhas e preferências], os itens restantes foram: 03. Eu e meu(minha) companheiro(a) temos uma relação satisfatória; 01. Percebo que minhas preferências sexuais combinam com as preferências do(a) meu(minha) companheiro(a) e 13. No relacionamento atual, sinto-me satisfeita(o) com minha vida sexual. Considerando o agrupamento dos itens percebe-se que eles expressam a afinidade entre os cônjuges. Nesse sentido, esse componente foi chamado de *compatibilidade*. Apresentou alfa de 0,83.

Componente III: Possui valor próprio de 2,02, referente à explicação de 12,5% da variância total. Agrupou cinco itens com saturação variando entre 0,64 [11. Se conhecesse meu(minha) companheiro(a) como conheço agora, não teria me casado] a 0,54 [17. Eu e meu(minha) companheiro(a) não temos muitos assuntos em comum para conversar], os outros itens foram: 04. Sinto-me distante do(a) meu(minha) companheiro(a), mesmo

quando estamos no mesmo ambiente; 12. Eu e meu(minha) companheiro(a) temos dificuldade de resolver nossas desavenças e 05. Sinto-me solitária(o), mesmo quando estou com meu(minha) companheiro(a). Analisando o conteúdo em comum dos itens, pareceu coerente chamar esse fator de *incongruência*, já que evidencia o distanciamento e a incompatibilidade do casal. O componente possui consistência interna de  $\alpha = 0,79$ .

Componente IV: Seu valor próprio foi de 1,91, correspondendo à explicação de 8,8% da variância total. Cinco itens foram agrupados, dos quais as saturações variaram de 0,71 [19. Pagamos todas as despesas mensais dentro do prazo] a 0,58 [07. Os gastos do(a) meu(minha) companheiro(a) me incomodam], os outros três itens foram: 08. Somos capazes de economizar para a realização de planos futuros (compras de bens, viagens, etc); 15. Gastamos mais dinheiro do que ganhamos e 20. Em relação às finanças confio em meu(minha) companheiro(a). Com base no conteúdo expresso através desses itens, parece nítido que se trata da harmonia no que diz respeito à organização financeira conjugal, este componente é definido como *ajustamento financeiro*. O alfa deste componente foi 0,79.

#### 4.3 – Discussão Parcial

A etapa da construção dos itens contou com a utilização da teoria de Maslow (1954), a qual considera a satisfação como resultado do suprimento das necessidades do ser humano, que vão desde as mais básicas, como as necessidades de alimentação, sexo e sono e de segurança do corpo, até as necessidades de estima, manutenção de relacionamentos e autorrealização. Tendo como principal embasamento as contribuições de tal teoria que os itens foram construídos, no intuito de abranger as necessidades descritas, adequadas com as principais variáveis que explicam a satisfação conjugal, a saber: satisfação sexual (Bodenmann, Ledermann, & Bradbury, 2007; Lahiji &

Moghtaderi, 2015), ajustamento financeiro (Canel, 2013), afetividade (Fowers & Olson, 1989) e realização conjugal (Rust et al., 1988).

Para definir o número de fatores a serem extraídos foram adotados os critérios de Kaiser, Cattell e análise paralela. De acordo com a análise de componentes principais foi possível concluir que a ESC possui uma estrutura multifatorial – bem como foi pensado durante a construção dos itens – com 20 itens, em 4 dimensões (Especificamente cada item figurou em seu fator de pertença, considerando aqueles que apresentaram saturação igual ou superior a 0,40), que explicaram 50% da variância total: *afetividade* ( $\alpha = 0,86$ ), *compatibilidade* ( $\alpha = 0,83$ ), *incongruência* ( $\alpha = 0,79$ ) e *ajustamento financeiro* ( $\alpha = 0,77$ ), com alfa de Cronbach variando entre 0,77 a 0,86. Quanto à precisão (consistência interna) da Escala de Satisfação Conjugal, avaliada através do coeficiente alfa de Cronbach ( $\alpha$ ), procedimento frequentemente utilizado pela praticidade de checagem desse parâmetro pela Teoria Clássica dos Testes. Os valores encontrados são considerados satisfatórios, pois são plenamente aceitáveis para fins de pesquisa (Clark & Watson, 1995; Mueller, 1986).

A dimensão *afetividade* agrupou itens que representam a proximidade, a intimidade e a vinculação amorosa entre o casal. Concordando com o que foi encontrado na DAS, sobre a expressão de afeto diádico, que seria justamente a percepção da concordância entre os cônjuges sobre as demonstrações de afeto, relações sexuais e a expressão do amor (Hernandez & Hutz, 2008). Para Scorsolini-Comin, Santos e Souza (2012), a expressão de afeto é uma das mais importantes dimensões que caracterizam um relacionamento amoroso em termos de vida conjugal.

Tal importância pode ser explicada, pelo fato do afeto se tratar de um componente relevante para o suprimento das necessidades sociais, que englobam as necessidades de

convívio social, de amizade, respeito, amor e afeto com as pessoas que o indivíduo se relaciona, como os filhos, os amigos, os familiares e o cônjuge (Regis & Porto, 2011).

No senso comum, muitas vezes prevalece a ideia de que um casamento feliz é aquele em que não existem conflitos, todavia, a qualidade da vida conjugal não está diretamente ligada a ausência de conflitos, mas em relação às estratégias do casal para a resolução dos problemas do cotidiano. Dessa forma, o componente *incongruência* não expressa necessariamente a ideia de conflito entre o casal, mas de um distanciamento pode estar relacionado ao armazenamento de emoções negativas, que se associam a dificuldade de resolver as divergências (Mosmann & Falcke, 2011).

Spanier (1976) definiu o ajustamento diádico como o processo que determina o grau de ajustamento frente às diferenças (problemáticas) entre o casal, concordando com essa premissa analisamos a dimensão *incongruência*, que expressa o distanciamento, a pobre comunicação e falta de interação entre o casal, corroborando os resultados encontrados por Canel (2013), que também obteve em sua escala dimensões que mensuravam aspectos negativos da vida conjugal, tais como: o conflito e a raiva.

Já no fator *compatibilidade*, é nítida a expressão do consenso, compreensão, respeito e sucesso na relação, sobretudo no que diz respeito às preferências sexuais, implicando na caracterização da maturidade e coesão conjugal. A congruência entre os interesses sexuais dos cônjuges é um fator relevante para a satisfação no casamento, pois a sexualidade possui papel essencial na constituição e manutenção da relação conjugal, considerado como motor interno da conjugalidade (Bozon, 2003). Além de implicar na coesão e coerência da relação conjugal, o sexo é um fator preponderante na vida das pessoas por se tratar de uma necessidade básica e fisiológica do ser humano, estando dentro do grupo das necessidades da alimentação, do sono, do vestuário e saneamento; a

necessidade de sexo, portanto, está intimamente ligada à existência e sobrevivência do ser humano (Regis & Porto, 2011).

Em consequência do aspecto sexual descrito no conteúdo dos itens deste componente, fica evidente a questão da proximidade e do compartilhamento de interesses em comum acerca das relações íntimas entre o casal, isso porque a intimidade é um sentimento capaz de promover vínculo entre o casal, despertando o desejo de gerar o bem-estar do outro, o entendimento mútuo, a comunicação íntima, a valorização mútua, o respeito e a felicidade conjugal (Rizzon, Mosmann, &Wagner, 2013).

Como pode ser observado, são vários os fatores que contribuem para o equilíbrio da relação conjugal, entre eles estão as questões de cunho financeiro, já que, organizar os anseios afetivos e individuais com objetivos financeiros conjugais, não é uma tarefa fácil, exigindo dos cônjuges bastante diálogo, respeito e flexibilidade (Garbin, Cencin, & Luz, 2015). Entende-se, portanto a importância do fator *ajustamento conjugal* para a satisfação conjugal, como já foi observado em outros estudos que obtiveram fatores que mensuravam o entendimento financeiro entre o casal (Canel, 2013; Fowers & Olson, 1989).

**CAPÍTULO V – ESTUDO 2 – VALIDADE  
CONFIRMATÓRIA DA ESCALA DE SATISFAÇÃO  
CONJUGAL (ESC)**

---

## 5.1 – Método

### 5.1.1 – Delineamento

A presente pesquisa se caracteriza por um estudo de campo, tipo *survey*, com metodologia quantitativa, baseada em um delineamento correlacional do tipo *ex post facto*.

### 5.1.2 – Participantes

Contou-se com uma amostra de conveniência (não probabilística), constituída por 214 participantes em primeira união e recasados da cidade de João Pessoa-PB, sendo destes 53,3 % do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 70 ( $M = 39$ ;  $DP = 11,5$ ). A maioria dos participantes declarou se considerar de classe média (82 %); quanto ao nível de escolaridade, 6,1 % possui ensino fundamental incompleto, 4,7 % ensino fundamental completo, 6,5 % ensino médio incompleto, 21 % ensino médio completo, 17,8 % ensino superior completo, 19,6 % ensino superior completo e 24,3 % pós-graduação.

### 5.1.3 – Instrumentos

Os participantes responderam a um questionário composto pelas seguintes medidas: *Escala de Satisfação Conjugal*, que foi respondida através de escala de tipo *Likert*. Nela, os participantes puderam indicar em que grau concordam com as afirmativas expressas nos itens (1= Discordo Totalmente a 5= Concordo Totalmente). E um *Questionário Sociodemográfico* que solicitou informações sobre o sexo, estado civil, classe social, bairro, escolaridade, tempo de casamento, de separação, de recasamento, número de filhos dos participantes.

### 5.1.4 – Procedimento

Uma vez tendo concordado com a participação no estudo, os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução n. 466/12 do CNS/MS. Ao final da aplicação os colaboradores informaram sobre a disponibilidade dos resultados para os interessados. O tempo médio de aplicação do questionário foi de 15 minutos.

A aplicação dos questionários contou com dois meios: lápis e papel e *on-line*. A primeira se deu de maneira tradicional, já a segunda foi elaborada através do suporte *google drive*. Utilizou-se do auxílio das redes sociais (*e.g.*, *facebook*), a fim de ter acesso ao potencial participante. A princípio, houve uma pré-avaliação dos perfis com a finalidade de selecionar as pessoas casadas, em união estável ou recasadas. Após esse processo, entrou-se em contato por meio de mensagem privadas (*inbox*) visando esclarecer o motivo do mesmo. Em ambas as aplicações, lápis e papel e *on-line*, tomou-se o cuidado de informar o objetivo geral do estudo e esclarecer o caráter voluntário da pesquisa, além de informar que a participação não traria nenhum tipo de benefício ou dano, deixando claro o poder do participante de desistir a qualquer momento sem nenhum prejuízo. O tempo médio de resposta foi de aproximadamente 10 minutos.

#### 5.1.5 – Análise de dados

Os seguintes programas estatísticos foram utilizados para realizar as análises estatísticas dos dados: *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* e *AMOS (Analysis of a Moment Structures)* (ambos em suas versões 20). O SPSS permitiu calcular estatísticas descritivas (distribuição de frequência, médias e desvios padrão) e consistência interna (homogeneidade e alfa de *Cronbach*). O AMOS permitiu realizar uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), procurando verificar a validade de construto

(validade média extraída, validades convergente e discriminante, e confiabilidade composta) e invariância fatorial (Byrne, 2001, 2004). Em se tratando do teste desta hipótese, os seguintes indicadores de ajuste foram considerados (Browne & Cudeck, 1993; Hu & Bentler, 1999; Pilati & Laros, 2007; Tabachnick & Fidell, 2007):

1.  $\chi^2$  (*qui-quadrado*): Testa a probabilidade de o modelo teórico se ajustar aos dados; quanto maior este valor, pior o ajustamento. Este, por ser sensível ao tamanho da amostra (amostras grandes, isto é,  $n > 200$  podem favorecer descartar um modelo adequado), deve ser interpretado com alguma reserva, valendo-se de sua razão em relação aos graus de liberdade ( $\chi^2 / \text{g.l.}$ ). Este valor precisará ser entre 2 e 3, preferencialmente, admitindo-se até 5. Contudo, a prática sugere que poderá padecer de viés quando a amostra for superior a 1.000 participantes. Em todo caso, esta estatística pode ser útil para comparar modelos rivais, tomando em conta a mesma amostra.

2. *Goodness-of-Fit Index (GFI)*: Este indicador, como sua versão ponderada (*Adjusted Goodness-of-Fit Index, AGFI*), funciona como a estatística  $R^2$  na análise de regressão, representando o quanto da matriz de variância-covariância dos dados pode ser explicada pelo modelo teórico testado. Seus valores oscilam entre 0 (zero; ajuste nulo) e 1 (um; ajuste perfeito), admitindo-se como aceitáveis aqueles próximos ou superiores a 0,90.

3. *Comparative Fit Index (CFI)*: Compreende um indicador comparativo, adicional, de ajuste do modelo. Seus valores variam de 0 (zero; ajuste nulo) a 1 (um; ajuste perfeito), sendo admitidos os que são próximos ou superiores a 0,90 como indicativo de ajuste aceitável.

4. *Tucker-Lewis Index (TLI)*: Embora o TLI e o CFI estejam geralmente correlacionados, o TLI é comumente inferior ao CFI, pois o índice TLI penaliza menos a qualidade do ajustamento pela complexidade do modelo em comparação ao CFI. Seus

valores recomendados devem variar entre 0 e 1, todavia, não estão limitados a esse intervalo, já que os valores próximos de 1 indicam um ajustamento muito bom.

5. *Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA)*: Este tem em conta intervalo de confiança de 90% (*IC90%*), referindo-se aos residuais entre o modelo teórico estimado e os dados empíricos obtidos. Valores altos são indicativos de um modelo não ajustado, recomendando-se valores próximos ou inferiores a 0,05; o valor 0,08 comumente aceito, admitindo-se até 0,10 como referência de um modelo aceitável.

## 5.2 – Resultados

### 5.2.1 – Escala de Satisfação Conjugal (ESC): Validade Fatorial Confirmatória e Consistência Interna

Para verificar a equivalência dos parâmetros psicométricos identificados no primeiro estudo, conduziu-se uma análise fatorial confirmatória (AFC), que tem como principal finalidade confirmar padrões estruturais ou ainda avaliar o ajustamento de um modelo à estrutura correlacional observada entre os itens (Marôco, 2014).

Ao proceder a AFC, pôde-se perceber que a escala apresentou indicadores de ajuste marginalmente aceitáveis [ $\chi^2 = 373,315$ ;  $\chi^2/gl = 2,27$ ; GFI = 0,85; AGFI = 0,81; CFI = 0,87; RMSEA = 0,077 (*IC90%* = 0,067 - 0,088) e TLI = 0,85]. Entretanto, ao verificar os valores fornecidos através da ferramenta *Modification Indices* (Modificação de índices; MI), decidiu-se realizar ligações entre os E12 e E14 (26,95) e E17 e E18 (19,62). Em seguida, ao proceder a AFC novamente observou-se que a escala apresentou estrutura psicométrica adequada [ $\chi^2 = 319,248$ ;  $\chi^2/gl = 1,97$ ; GFI = 0,87; AGFI = 0,83; CFI = 0,90; RMSEA = 0,068 (*IC90%* = 0,057 - 0,078) e TLI = 0,88]. Por fim, buscou-se ainda verificar o índice de consistência interna geral da medida (20 itens) que obteve alfa de Cronbach de 0,89 e de cada componente em específico: *Afetividade* ( $\alpha = 0,80$ );

*Compatibilidade* ( $\alpha = 0,78$ ); *Incongruência* ( $\alpha = 0,79$ ) e *Ajustamento Financeiro* ( $\alpha = 0,73$ ). Essa estrutura pode ser observada na Figura 6.

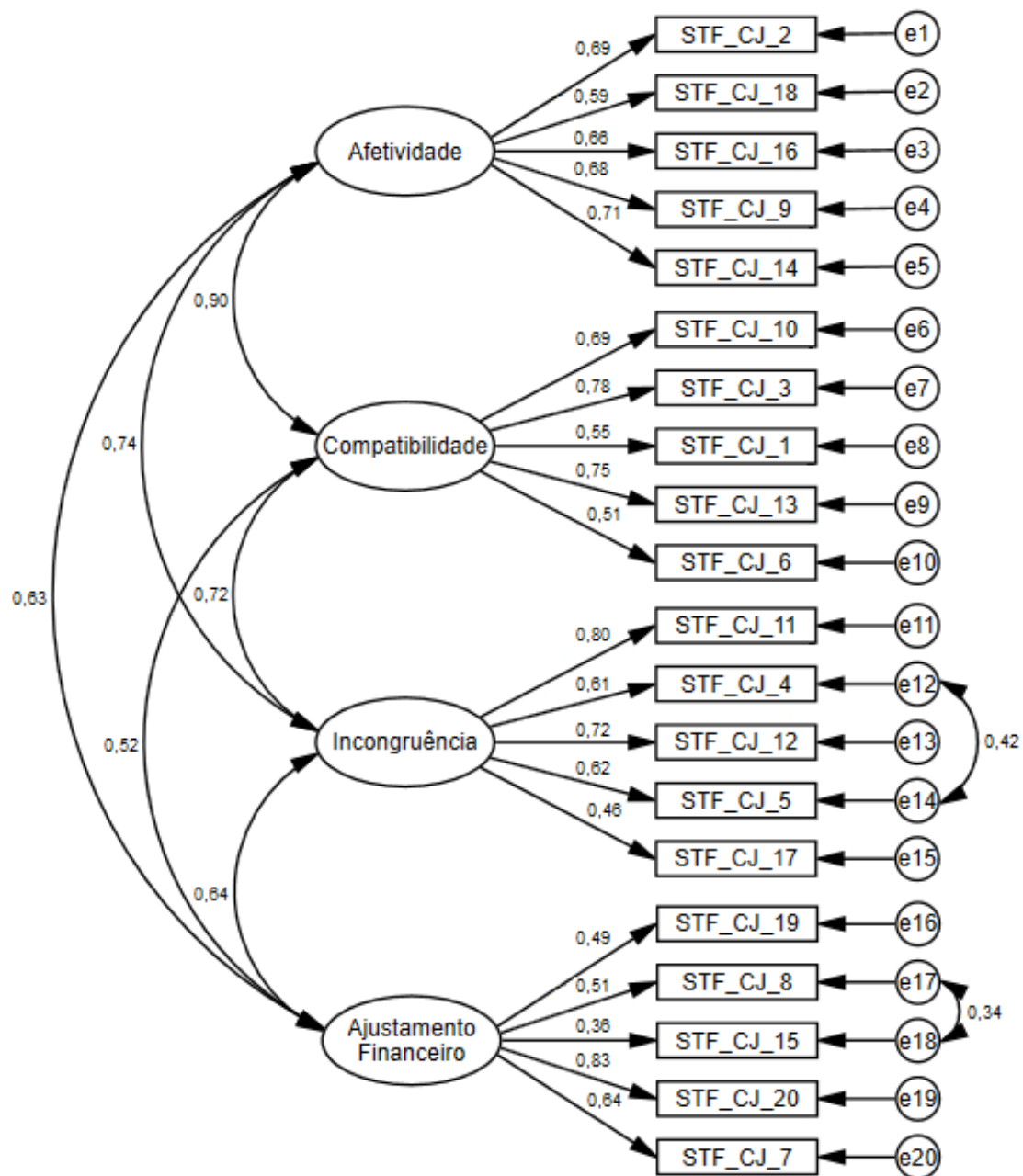


Figura 6. Ilustração Gráfica da Escala de Satisfação Conjugal.

### 5.3 – Discussão Parcial

O estudo em questão teve como objetivo principal comprovar a adequação da estrutura psicométrica da Escala de Satisfação Conjugal através da análise fatorial

confirmatória. Acredita-se que tal objetivo foi alcançado, já que os indicadores apresentados caracterizam uma estrutura fatorial adequada. Entretanto, ressalta que esse estudo possui limitações, visto que a amostra utilizada é de natureza não probabilística (de conveniência), além de se restringir à cidade de João Pessoa – PB, inviabilizando a possibilidade de realizar generalizações pois não pode ser considerada uma amostra representativa da população estudada. Contudo, como o presente estudo não teve como objetivo a generalização dos resultados, mas sim a confirmação da adequação da estrutura psicométrica da Escala de Satisfação Conjugal, pareceu pertinente a realização desse estudo.

Os indicadores de ajuste, à princípio, foram considerados abaixo do esperado. Porém, ao utilizar a ferramenta de modificação de índices, foi possível realizar ligações entre pares de erros dos itens de maior covariância. Após essa etapa, os índices de ajuste se mostraram satisfatórios o que confere qualidade à medida.

Já que o índice  $X^2/gl$  é considerado bom quando é inferior a 2-3, e o encontrado na presente análise foi de 1,97; os índices *GFI* (*Goodness of Fit Index*) e o *AGFI* (*Adjusted Goodness of Fit Index*) são considerados bons quando apresentam valores o mais próximo de 1 possível. Enquanto os encontrados no modelo foram de 0,87 e 0,83 respectivamente; o índice *CFI* (*Comparative Fit Index*) é considerado bom quando apresenta valores acima de 0,90; o modelo em questão apresentou valor de 0,90. O *TLI* (*Tucker-Lewis Index*) é indicado como “bom” quando apresenta valores próximos de 1 e, em relação ao *RMSEA* (*Root Mean Square Error of Approximation*), espera-se encontrar um valor menor que 0,08, tido como adequado dado ao poder do teste; tendo em conta que nesse índice o modelo atual se apresentou também satisfatório com valor de 0,068 (Marôco, 2014; Pilati & Laros, 2007).

Conclui-se que os resultados estatísticos encontrados foram satisfatórios, pois os índices de ajuste são considerados adequados (Byrne, 2001) e os índices de consistência interna da medida e de cada componente em específico foram adequados, e são considerados apropriados para fins de diagnóstico assim como recomenda (0,70; Pasquali, 2003) e para fins de pesquisa (0,60; Clark & Watson, 1995).

**CAPÍTULO VI – ESTUDO 3 – SATISFAÇÃO CONJUGAL  
E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DA FAMÍLIA  
INTACTAS E RECASADAS**

---

## 6.1 Método

### 6.1.1 – Delineamento e hipóteses

Tratou-se de uma pesquisa transversal e *ex post facto*. Que buscou verificar se há relação entre os valores humanos e a satisfação conjugal e verificar se existe diferença das variáveis (satisfação conjugal e os valores humanos) em função dos dados sociodemográficos (sexo, tempo de união, tipo de família, nível de religiosidade, filhos e classe social).

Consistente com tais objetivos e com os resultados das pesquisas anteriores citadas no referencial teórico foram elaboradas as seguintes hipóteses:

Hipótese I. A subfunção interativa se correlaciona de forma positiva e significativa com a satisfação conjugal;

Hipótese II. Os valores sociais se correlacionam de forma positiva e significativa com a satisfação conjugal;

Hipótese III. A subfunção que melhor prediz a satisfação conjugal é a interativa;

Hipótese IV. Os homens são mais satisfeitos no casamento do que as mulheres;

Hipótese V. Indivíduos no início da relação são mais satisfeitos do que aqueles que estão casados há mais tempo;

Hipótese VI. Indivíduos com filhos são menos satisfeitos no casamento do que os que ainda não têm filhos;

Hipótese VII. Indivíduos de classe social mais alta são mais satisfeitos do que os de classe social mais baixa;

Hipótese VIII. Indivíduos que se declaram mais religiosos apresentam maiores índices de satisfação conjugal do que os que são menos religiosos;

Hipótese IX. Os indivíduos em primeira união priorizam mais valores sociais;

Hipótese X. Os indivíduos recasados priorizam mais valores pessoais;

Hipótese XI. Indivíduos em primeira união são mais satisfeitos no casamento do que os indivíduos recasados.

#### 6.1.2 – *Participantes*

Contou-se com uma amostra de conveniência (não probabilística), constituída por 214 participantes em primeira união (52,8%) e recasados (47,2%) da cidade de João Pessoa-PB, sendo destes 53,3 % do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 70 ( $M = 39$ ;  $DP = 11,5$ ).

A maioria dos participantes declarou se considerar de classe média (82 %). Quanto ao nível de escolaridade, 6,1 % possui ensino fundamental incompleto, 4,7 % ensino fundamental completo, 6,5 % ensino médio incompleto, 21 % ensino médio completo, 17,8 % ensino superior completo, 19,6 % ensino superior completo e 24,3 % pós-graduação.

Em relação aos indivíduos em primeira união, 36,6% estavam casados de um a três anos, 14,5% estavam casados de quatro a sete anos, 12,9% estavam casados de oito a 13 anos, 6,5% estavam casados de 14 a 16 anos e 29,6% estava casado há mais de 17 anos. Quanto aos participantes recasados 60% declarou ter passado entre um e três anos separado até se casar novamente e 39,8% afirmou ter passado mais de quatro anos separado.

Quando perguntados em relação ao tempo no atual relacionamento, 39,1% dos recasados declarou estar casado de um a três anos, 23% de quatro a sete anos, 27,5% de oito a 13 anos e 9,8% a mais de 14 anos. Por fim, a maioria dos participantes declarou ter filhos (78,4%), sendo que destes 28,6% teve filhos no recasamento.

#### 6.1.3 – *Instrumentos*

Os participantes responderam a uma medida de auto relato do tipo lápis e papel que continha as seguintes medidas:

*Escala de Satisfação Conjugal (ESC)*, que foi respondida numa escala de tipo *Likert*, na qual os participantes poderão indicar em que grau concordam com as afirmativas expressas nos itens (1= Discordo Totalmente a 5= Concordo Totalmente)

*Questionários dos Valores Básicos (QVB)*. Este é composto por 18 itens ou valores específicos (por exemplo, Emoção; Desfrutar desafiando o perigo; Buscar aventuras; Religiosidade; Crer em Deus como o salvador da humanidade; Cumprir a vontade de Deus), que são respondidos em escala de sete pontos, variando de 1 (*Totalmente não importante*) a 7 (*Extremamente importante*), segundo a medida que o respondente o considere importante como um princípio que guia sua vida (Gouveia, 2012). Estes valores são distribuídos em seis subfunções valorativas: *experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa*. Esta medida apresenta evidências de validade e precisão no âmbito nacional e internacional. No Brasil, são identificados *alfas de Cronbach* variando de 0,48 (experimentação, realização, interativa) a 0,57 (normativa) (Gouveia, 2012), e na Espanha valores de 0,52 (suprapessoal) a 0,66 (realização) (Gouveia et al., 2010), considerados aceitáveis para fins de pesquisa (Clark & Watson, 1995).

Finalmente, foi aplicado um Questionário Sociodemográfico que solicitou informações sobre idade; sexo; tempo de união foi que classificado em uma escala intervalar (1- 3 anos; 4 - 7 anos; 8 - 13 anos; 14 – 16 anos; e acima de 17 anos); tempo de separação; tempo de recasamento; filhos; escolaridade (Ensino Fundamental Completo, Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Superior Completo, Ensino Superior Incompleto e Pós Graduação); nível de religiosidade, respondido em uma escala de 5 pontos, variando de (totalmente não religioso) a 5 (totalmente religioso); classe social; e renda familiar, respondido em uma

escala de 6 pontos [(1) De 0 a R\$788,00; (2) De R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00; (3) De R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00; (4) De R\$ 2.365,00 a R\$ 4.728,00; (5) De R\$ 4.729,00 a R\$ 7.092,00; (2) Acima de R\$ 7.093,00].

#### 6.1.4 – *Procedimento*

Uma vez tendo concordado com a participação no estudo, os respondentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução n. 466/12 do CNS/MS. O questionário foi aplicado de duas formas: lápis e papel e on-line, assim como foi descrito no estudo passado. Ao final da aplicação, os colaboradores informaram sobre a disponibilidade dos resultados para os interessados. O tempo médio de aplicação do questionário foi de 15 minutos.

#### 6.1.5 – *Análise de dados*

Para tabulação dos dados foi utilizado o programa SPSS em sua versão 21 que foi útil para calcular estatísticas descritivas com o objetivo de caracterizar a amostra como também para realizar as análises inferenciais como a Correlação de Pearson, a Regressão Linear Múltipla e Análise Multivariada de Variância (MANOVA) com a intenção de verificar as diferenças de magnitudes nas médias computadas em relação à satisfação conjugal e aos valores humanos, tendo em vista as variáveis sociodemográficas.

### 6.2 – *Resultados*

#### 6.2.1 – *Valores Humanos e Satisfação Conjugal: Estudo Correlacional*

Buscando verificar se existe correlação entre as subfunções valorativas e a *satisfação conjugal*, foi possível perceber que o fator *afetividade* se correlacionou de forma significativa e positiva com a subfunção *interativa* ( $r = 0,25$ ;  $p < 0,001$ ),

*suprapessoal* ( $r = 0,22$ ;  $p = 0,01$ ), *existência* ( $r = 0,20$ ;  $p = 0,03$ ), *normativa* ( $r = 0,20$ ;  $p = 0,03$ ), *experimentação* ( $r = 0,16$ ;  $p = 0,02$ ), *realização* ( $r = 0,14$ ;  $p < 0,04$ ).

Já o componente *compatibilidade* obteve correlações positivas e significativas com as subfunções: *interativa* ( $r = 0,30$ ;  $p < 0,001$ ), *normativa* ( $r = 0,27$ ;  $p < 0,001$ ) *suprapessoal* ( $r = 0,26$ ;  $p < 0,001$ ) e *existência* ( $r = 0,15$ ;  $p = 0,02$ ); as subfunções *experimentação* ( $r = 0,09$ ;  $p = 0,18$ ) e *realização* ( $r = 0,11$ ;  $p = 0,08$ ) apresentaram correlações positivas porém não significativas com o referido fator.

Em relação à dimensão *incongruência*, observou-se que esta se correlacionou de forma positiva e significativa com apenas com a subfunção *interativa* ( $r = 0,16$ ;  $p = 0,02$ ), com as demais subfunções foram observadas apenas correlações não significativas como com a *experimentação* ( $r = -0,06$ ;  $p = 0,34$ ), a *realização* ( $r = -0,07$ ;  $p = 0,25$ ), a *suprapessoal* ( $r = 0,06$ ;  $p = 0,32$ ), a *existência* ( $r = -0,01$ ;  $p = 0,82$ ) e a *normativa* ( $r = 0,05$ ;  $p = 0,47$ ).

Quanto ao fator *ajustamento financeiro*, percebeu-se que este se relacionou de forma positiva e significativa com a subfunção *interativa* ( $r = 0,18$ ;  $p = 0,007$ ), e de forma não significativa com as demais subfunções valorativas *experimentação* ( $r = -0,08$ ;  $p = 0,23$ ), *realização* ( $r = -0,04$ ;  $p = 0,56$ ), *suprapessoal* ( $r = 0,12$ ;  $p = 0,07$ ), *existência* ( $r = 0,08$ ;  $p = 0,21$ ) e *normativa* ( $r = 0,12$ ;  $p = 0,08$ ).

Por fim, ao proceder a análises de correlação entre os valores humanos e a satisfação conjugal, foi possível observar que a satisfação conjugal apresentou correlações positivas tanto com os valores pessoais ( $r = 0,02$ ;  $p = 0,72$ ), como com os valores centrais ( $r = 0,18$ ;  $p = 0,009$ ). Todavia, a correlação mais alta é observada em relação aos valores sociais ( $r = 0,26$ ;  $p < 0,001$ ).

Já relacionando a satisfação conjugal com as subfunções valorativas, vê-se que ela apresentou correlações positivas, porém não significativas com as subfunções

experimentação ( $r = 0,02$ ;  $p = 0,80$ ), realização ( $r = 0,03$ ;  $p = 0,66$ ) e existência ( $r = 0,12$ ;  $p = 0,07$ ). E correlações positivas e significativas com as subfunções normativa ( $r = 0,19$ ;  $p = 0,05$ ), suprapessoal ( $r = 0,20$ ,  $p = 0,004$ ) e interativa ( $r = 0,27$ ;  $p < 0,001$ ).

Tais resultados são descritos na Tabela 4:

Tabela 4. Correlação entre a satisfação conjugal e as subfunções dos valores básicos

| <b>Valores Humanos</b> | <b>Satisfação Conjugal</b> | <b>Afetividade</b> | <b>Compatibilidade</b> | <b>Incongruência</b> | <b>Ajustamento Financeiro</b> |
|------------------------|----------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|-------------------------------|
| <i>Interativa</i>      | 0,27**                     | 0,25**             | 0,30**                 | 0,16*                | 0,18**                        |
| <i>Experimentação</i>  | 0,02                       | 0,16*              | 0,09                   | -0,07                | -0,08                         |
| <i>Suprapessoal</i>    | 0,20**                     | 0,22**             | 0,26**                 | 0,07                 | 0,12                          |
| <i>Realização</i>      | 0,03                       | 0,14*              | 0,12                   | -0,08                | -0,04                         |
| <i>Normativa</i>       | 0,19**                     | 0,20**             | 0,27**                 | 0,05                 | 0,12                          |
| <i>Existência</i>      | 0,12                       | 0,20**             | 0,15*                  | -0,02                | 0,05                          |

Nota: \*\* correlação significativa ao nível de 0,01; \* correlação significativa ao nível de 0,05.

Dando continuidade às análises, realizou-se uma Regressão Linear Múltipla (Método *Stepwise*) a fim de verificar o poder preditivo dos Valores Humanos em relação à Satisfação Conjugal. Ao proceder da análise [ $R = 0,27$ ,  $R^2 = 0,07$ ;  $F(1,21) = 16,03$ ;  $p < 0,001$ ], percebeu-se que apenas a subfunção interativa ( $\beta = 0,21$ ;  $t = 4,00$ ;  $p < 0,001$ ) foi capaz de prever a satisfação conjugal.

Em seguida foram realizadas análises de Regressão Linear Múltipla (Método *Stepwise*) buscando verificar o poder preditivo dos valores humanos em relação aos fatores da escala de satisfação conjugal. Em relação aos fatores afetividade [ $R = 0,25$ ;  $R^2 = 0,06$ ;  $F(1,21) = 13,49$ ;  $p < 0,001$ ] ( $\beta = 0,20$ ;  $t = 3,67$ ;  $p < 0,001$ ) e compatibilidade [ $R = 0,30$ ;  $R^2 = 0,09$ ;  $F(1,21) = 20,20$ ;  $p < 0,001$ ] ( $\beta = 0,28$ ;  $t = 4,49$ ;  $p < 0,001$ ), a única subfunção que apresentou poder preditivo foi a interativa. Quanto ao fator incongruência

[ $R = 0,20$ ;  $R^2 = 0,04$ ;  $F(2,21) = 4,48$ ;  $p < 0,01$ ], as subfunções que melhor o explicaram foram a interativa ( $\beta = 0,28$ ;  $t = 2,98$ ;  $p < 0,005$ ) e a existência ( $\beta = -0,17$ ;  $t = -1,98$ ;  $p < 0,05$ ). Por fim, as subfunções que melhor explicaram o fator ajustamento financeiro [ $R = 0,23$ ;  $R^2 = 0,05$ ;  $F(2,21) = 5,97$ ;  $p < 0,05$ ] foram a interativa ( $\beta = 0,24$ ;  $t = 3,20$ ;  $p < 0,005$ ) e a experimentação ( $\beta = -0,14$ ;  $t = -2,18$ ;  $p < 0,05$ ). Tais achados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Regressão das subfunção valorativas e Satisfação Conjugal

| Variáveis                     | Preditores            | $\beta$ | $t$     |
|-------------------------------|-----------------------|---------|---------|
| <i>Satisfação Conjugal</i>    | <i>Interativa</i>     | 0,21    | 4,00*** |
| <i>Afetividade</i>            | <i>Interativa</i>     | 0,20    | 3,67*** |
| <i>Compatibilidade</i>        | <i>Interativa</i>     | 0,28    | 4,49*** |
| <i>Incongruência</i>          | <i>Interativa</i>     | 0,28    | 2,98**  |
|                               | <i>Existência</i>     | -0,17   | -1,98*  |
| <i>Ajustamento Financeiro</i> | <i>Interativa</i>     | 0,24    | 3,20**  |
|                               | <i>Experimentação</i> | -0,14   | -2,18*  |

Nota: \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$ , \*\*\*  $p < 0,001$ .

#### 6.2.2- Satisfação Conjugal e Valores Humanos: Estudos comparativos

Buscando verificar a variabilidade Satisfação Conjugal e dos Valores humanos em função dos dados sociodemográficos, como sexo, tempo de união, tipo de família (casada ou recasada) e se o indivíduo tem filhos ou não, foram realizadas análises multivariadas de variância (MANOVA). Constatou-se que apenas a variável sexo, apresentou diferenças significativas em relação à satisfação conjugal [ $\lambda = 0,94$ ,  $F(4,209) = 3,02$ ,  $p < 0,05$ , tamanho do efeito = 0,05].

Com relação aos resultados dos testes univariados (teste *post hoc* de Bonferroni), percebeu-se que os homens pontuaram mais alto ( $M = 4,01$ ) do que as mulheres ( $M =$

3,84), especificamente no fator *Afetividade* [ $F(1; 3,604) = 8,20, p < 0,01, \eta = 0,04$ ] e no fator *Incongruência* [ $F(1; 3,497) = 4,14, p < 0,05, \eta = 0,02$ ], no qual os homens ( $M = 3,91$ ) também pontuaram mais alto do que as mulheres ( $M = 3,66$ ).

Com relação às outras variáveis, não foram observadas diferenças significativas entre os grupos. Como, por exemplo, a satisfação conjugal em função do tempo de união [ $\lambda = 0,89, F(16,544) = 1,30, p > 0,05, \eta = 0,03$ ]; em relação à presença de filhos [ $\lambda = 0,98, F(4,208) = 0,90, p > 0,05, \eta = 0,02$ ]; em função da classe social [ $\lambda = 0,89, F(24,702) = 0,99, p > 0,05, \eta = 0,03$ ]; e em função ao nível de religiosidade [ $\lambda = 0,90, F(16,629) = 1,43, p > 0,05, \eta = 0,03$ ].

Quanto à análise da variabilidade dos valores humanos em relação ao estado civil (primeiro casamento ou recasamento), também não foram observadas diferenças significativas [ $\lambda = 0,99, F(3,208) = 0,72, p > 0,05, \eta = 0,01$ ].

E por fim, ao observar a variabilidade da satisfação conjugal em função do estado civil (primeiro casamento ou recasamento) [ $\lambda = 0,97, F(4,209) = 1,42, p > 0,05, \eta = 0,03$ ], também não foram encontradas diferenças significativas, no entanto, ressalta-se que, no tocante à dimensão *Afetividade* [ $F(1; 2,197) = 4,92, p < 0,05, \eta = 0,02$ ] encontrou-se diferença entre os grupos, já que as pessoas que encontravam em primeira união ( $M = 4,37$ ) pontuaram mais alto do que aquelas recasadas ( $M = 4,17$ ).

### 6.3 - *Discussão Parcial*

Nesta seção, os resultados serão discutidos de acordo com a ordem das hipóteses formuladas. Dessa forma, serão apresentadas inicialmente as análises das correlações e regressão linear múltipla entre a satisfação conjugal e os valores humanos. Em seguida a comparação da satisfação conjugal em função de variáveis sociodemográficas, como sexo, filhos, tempo de união e tipo de família (intacta ou recasada) e, por fim, a comparação das prioridades valorativas de pessoas em primeira união e recasadas.

Como foi discutido no referencial teórico, os trabalhos que abordam especificamente as relações entre a satisfação conjugal e os valores humanos são escassos. A pesquisa realizada por Harmata, Denis, Dilmaç e Arslan (2015) concluiu que os valores que melhor predizem a satisfação conjugal são segurança, conformidade, hedonismo e universalismo. Todavia, tal estudo apresentou resultados confusos e conclusões pouco esclarecedoras.

Considerando o estudo realizado por Milfont (2001) buscando verificar o relacionamento entre os valores humanos e a intenção de constituir família, pôde-se concluir que os valores sociais foram aqueles que apresentaram correlações mais altas e significativas em relação ao construto referido. Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa realizada por Gouveia, Milfont, Fisher e Coelho (2009), a qual concluiu que as subfunções interativa e normativa predisseram de forma positiva os afetos com alta satisfação no ambiente de trabalho.

Com relação ao fator afetividade, pôde-se perceber que este apresentou correlações positivas e significativas com todas as subfunções valorativas, todavia, aquelas que obtiverem as maiores correlações foram: *interativa*, *suprapessoal*, *normativa* e *existência*. Quanto à dimensão compatibilidade houve correlação positiva e significativa com as subfunções *interativa*, *suprapessoal* e *normativa*. Já o fator incongruência apresentou correlação significativa apenas com a subfunção *interativa* e, por fim, em relação ao componente ajustamento financeiro foi observado que a subfunção interativa foi a única que se correlacionou de forma significativa e positiva. Vê-se, portanto, que a presente dissertação, assim como nas pesquisas anteriormente citadas, houve predominância de correlação da satisfação conjugal com duas subfunções que compõem os valores sociais: *interativa* e *normativa*.

Isso se deve ao fato de que os valores normativos e interativos são fundamentais para a manutenção de relações interpessoais como para a preservação das normas sociais (Gouveia, Milfont, Fischer, & Coelho, 2009). De acordo com a teoria, as pessoas que se pautam em valores sociais possuem um foco interpessoal ou são centradas na sociedade, desse modo, estas costumam adotar comportamentos que representam o desejo de se sentirem parte de um grupo (Gouveia, 2013).

Os valores normativos representam as necessidades de controle e pré-condições indispensáveis para alcançar as demais necessidades. Esta subfunção representa ainda uma orientação vertical em que a obediência à autoridade é primordial, além de evidenciar a importância de preservar as normas e a cultura (Souza, Gouveia, Lima, & Santos, 2015). A subfunção *normativa* é composta por três valores, a saber: *tradição*, *obediência* e *religiosidade*.

Tendo em vista a análise dos resultados encontrados com base nos valores da subfunção normativa, entende-se que o valor *religiosidade* (crer em Deus como salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus) diz respeito ao posicionamento dos indivíduos em reconhecer a existência de um ser superior (independente de preceitos religiosos específicos) através do qual buscam a certeza e a harmonia social necessárias para uma vida tranquila (Gouveia, 2013). Em relação à satisfação conjugal, entende-se que o sentimento de felicidade e harmonia dentro de um relacionamento sugerem sensações de proteção e segurança. Leva-se em consideração também o fato de que em culturas ocidentais os indivíduos são guiados predominantemente por princípios religiosos cristãos que sugerem a constituição e manutenção de uma família através da união matrimonial (Milfont, 2001).

O valor obediência (cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos) trata sobre a necessidade de cumprir as normas da

sociedade e as obrigações diárias, e evidencia a importância de respeitar pessoas mais velhas e superiores (Medeiros, 2011). Geralmente é um valor endossado por pessoas mais velhas ou educadas em sistema mais restrito e tradicional. Dessa forma, é possível perceber que a satisfação conjugal, assim como a preservação da família por meio da continuidade da união são aspectos esperados socialmente.

Já o valor *tradição* (seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições de sua sociedade) representa uma pré-condição para o grupo ou a sociedade como um todo para satisfazer as necessidades humanas (Gouveia, 2011). Pressupõe o respeito aos padrões morais e sugere a harmonia social. Tal valor é comumente priorizado por pessoas que valorizam os padrões sociais aprendidos com seus pais e familiares a respeito da tradição do lugar onde vivem (Medeiros, 2011). O relacionamento entre a tradição e a satisfação conjugal sugere a importância do papel do casamento para a sociedade e a necessidade dos indivíduos se sentirem dentro do padrão cultural esperado.

A subfunção *interativa* foi aquela que apresentou maior correlação com a satisfação conjugal. Com relação a essa subfunção, vale ressaltar que ela representa as necessidades de amor, pertença e afiliação enquanto estabelece, regula e mantém relações interpessoais. As pessoas que priorizam o contato interpessoal enfatizam aspectos mais abstratos e afetivos geralmente são mais jovens e orientadas a buscar relações íntimas e estáveis (Pessoa, 2011; Souza, Gouveia, Lima, & Santos, 2015). Três valores compõem essa subfunção, são estes: *convivência*, *afetividade* e *apoio social*.

*Afetividade* (ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos) é um valor que se refere aos aspectos da vida social e aos vínculos afetivos com familiares, amigos e relacionamentos íntimos, nos quais se pode compartilhar afeto e cuidado, assim como alegrias e tristezas com outras pessoas (Schwartz, 1992). Com relação à satisfação conjugal é possível observar que a afetividade

é um fator primordial, capaz de promover a intimidade, harmonia, compatibilidade, cumplicidade e proximidade entre o casal.

A *convivência* (conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros) representa as relações do indivíduo com o grupo, não se restringindo às relações interpessoais específicas. Refere-se ainda à ideia de pertença a um grupo social, requerendo o sentido de identidade social (Vione, 2012). Pensa-se que a satisfação conjugal encontra relação com esse valor no sentido de que a união e permanência em um relacionamento marital favorecem as relações com grupos sociais.

O *apoio social* (obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo) diz respeito à relação de proximidade com o grupo social, enfatizando sentimentos de confiança e segurança de que se pode contar com a ajuda de outras pessoas (Medeiros, 2011). Dessa forma, o apoio social representa um sentimento muito importante para a harmonia e a felicidade no casamento, já que a união de duas pessoas sugere que elas não estarão mais sozinhas, terão uma a outra e poderão ter uma fonte de apoio em seu cônjuge para todas as necessidades.

Percebeu-se ainda que a satisfação conjugal obteve correlações positivas e significativas com a subfunção *suprapessoal*. Apesar de tal relacionamento não ter sido formulado enquanto hipótese, entende-se que se deva ao fato de que os valores suprapessoais se refiram às necessidades superiores de autorrealização, estética e cognição (Sousa, 2013). Nesse sentido, parecem assumir papel relevante para a satisfação conjugal no sentido de que tais valores ajudam na clareza e estabilidade da organização cognitiva dos indivíduos. Constituindo, portanto, um fator capaz de promover a harmonia para o casal na resolução de problemas, tomada de decisões e comunicação, assim como na busca da autorrealização na vida à dois.

Em seguida, buscando verificar as subfunções que melhor predizem a satisfação conjugal, foram realizadas análises de regressão linear múltipla que constatarem aquilo que já havia sido observado na análise de correlação, pois a subfunção *interativa* foi a que melhor explicou a satisfação conjugal.

Também foram os valores *interacionais* que explicaram positivamente os fatores afetividade, compatibilidade, incongruência e ajustamento financeiro. Entretanto, a subfunção *existência* predisse de forma negativa a dimensão incongruência e a subfunção *experimentação* explicou também negativamente o fator ajustamento financeiro.

O relacionamento negativo entre os valores de *existência* e o fator incongruência pode ser entendido pelo fato de que a subfunção *existência* se refira às necessidades básicas do ser humano (e. g. comer, dormir, beber) (Ardila, Gouveia, & Medeiros, 2012), enquanto a dimensão incongruência diz respeito ao distanciamento e incompatibilidade do casal. Nesse sentido, a subfunção *existência* está negativamente relacionada, porque representa a segurança que por sua vez vai de encontro com a incongruência entre o casal.

Quanto ao relacionamento negativo entre a dimensão ajustamento financeiro e a subfunção *experimentação*, entende-se que este se deva ao fato de que o ajustamento financeiro se refere à organização das finanças e à harmonia entre o casal, quanto às decisões sobre a aplicação do dinheiro, tanto de forma individual como para o benefício da família. Enquanto os valores de *experimentação* caracterizam-se por possuir tipo motivador humanitário, porém com uma orientação pessoal (Gouveia et al, 2010), dessa forma, pessoas que priorizam valores da subfunção *experimentação* são menos pragmáticos na busca de segurança e estabilidade sociais, assim como não são orientados a alcançar metas fixas ou materiais a longo prazo (Pimentel, 2004). Fica claro, portanto, que as características próprias dos valores de *experimentação* se contrapõem aos comportamentos de planejamento e organização das finanças.

Com base nos resultados observados até então, fica evidente que as Hipóteses I, II e III foram confirmadas, deixando clara a influência dos valores sociais sobre a satisfação conjugal, sobretudo no que diz respeito à subfunção interativa, que se correlacionou de forma significativa e positiva com todas as dimensões da satisfação conjugal e também foi capaz de predizê-las.

No que diz respeito à Hipótese IV que consistiu na suposição de haver diferença da satisfação conjugal em função do sexo, pôde-se verificar nos resultados que esta foi confirmada. Já que os homens pontuaram mais alto que as mulheres em todos os fatores, especialmente nas dimensões afetividade e incongruência. Tais resultados corroboram os achados de pesquisa reunidos na revisão metanalítica realizada por Jackson, Miller, Oka e Henry (2014), que concluíram haver diferenças de gênero em relação a satisfação conjugal, no sentido de que as mulheres apresentam baixos índices de satisfação conjugal quando comparadas com os homens (Amato, Booth, Johnson, & Rogers, 2007; Kamp Dush, Taylor, & Kroeger, 2008; Stevenson & Wolfers, 2009).

A respeito de tais achados de pesquisa, é possível discutir a insatisfação conjugal feminina pautando-se principalmente em questões culturais, já que as atividades domésticas e de cuidado com os filhos ficam predominantemente pela responsabilidade das esposas, sobrecarregando-as, principalmente quando estas precisam conciliar tais atividades com a vida profissional (Jackson, Miller, Oka, & Henry, 2014).

Para outros autores a insatisfação feminina ainda pode ser entendida pelo fato de que, no relacionamento marital, as mulheres estão constantemente em busca de melhorias enquanto os homens costumam apresentar comportamentos de conformismo (Féres-Carneiro, 2001). Além disso, as mulheres têm se tornado mais exigentes em seus relacionamentos, o que tem contribuído para mudanças em relação aos modelos tradicionais dos papéis de gênero na relação conjugal e na família. Dessa forma, a mulher

passou a questionar mais a conduta do homem e exigido mais em diversos aspectos, como na afetividade, nas relações sexuais, em questões profissionais, divisão de atividades domésticas entre outras (Perlin & Diniz, 2005).

Com o objetivo de verificar as pontuações da satisfação conjugal dos indivíduos e sua provável modificação de acordo com o tempo de união, foi testada a Hipótese V. Foi possível notar, a partir da revisão da literatura especializada, que os resultados das pesquisas em relação às mudanças da satisfação conjugal em função do tempo de união são controversos.

Com base nos resultados encontrados na presente pesquisa, foi possível perceber que a satisfação conjugal não apresentou diferenças significativas em função do tempo de união. No entanto, se comparadas às médias das pontuações para cada intervalo de tempo de união observado, pôde-se concluir que, em todos os fatores, os indivíduos que apresentaram as maiores pontuações foram aqueles que estão casados entre catorze e dezesseis anos.

Tais achados corroboram os resultados de pesquisas anteriores que encontraram altos níveis de satisfação no início do casamento, que só sofreriam um decréscimo após em média 20 anos de união. Assim como explica Anderson, Russel e Schumm (1983) e Burgess e Wallin (1943), que constataram haver baixos níveis de satisfação conjugal nos anos médios da vida conjugal, por volta de duas décadas de união, já Guilford e Bengton (1979) afirmaram que a satisfação conjugal apresenta níveis mais elevados nas próximas etapas da vida dos casais quando comparado com os anos médios.

Outros autores já acreditam que a satisfação conjugal se comporta de forma diferente, percorrendo uma “estrada” curva, ou seja, em forma de U. Pois apresenta níveis mais altos de satisfação no início do casamento, que posteriormente sofre um decréscimo nos anos médios de união e tem seus níveis elevados novamente quando a relação já é

mais duradoura (Rollins & Feldman, 1970). Todavia, o aumento da satisfação conjugal percebido em uniões duradouras pode ser uma ilusão provocada pela utilização da metodologia transversal (Hernandez, 2014).

Os achados da presente dissertação, em certos pontos, diferem-se dos resultados encontrados na literatura especializada, já que nos anos iniciais da união, entre os catorze e dezesseis anos de união em que os indivíduos apresentaram os maiores índices de satisfação conjugal, apesar de próximo de vinte anos, o período em questão ainda é considerado início do casamento.

Seguindo para a Hipótese VI, a qual previa que os indivíduos casados sem filhos apresentariam maiores níveis de satisfação conjugal se comparados com aqueles que ainda não possuíam filhos. De acordo com os resultados foi possível verificar que não foram observadas diferenças significativas entre os grupos. Todavia, comparando as médias dos grupos, viu-se que os indivíduos sem filhos ( $M = 3,98$ ) pontuaram mais alto do que aqueles que já possuem filhos ( $M = 3,91$ ). Apesar de não significativos, tais resultados servem como indicadores consistentes com a literatura, já que Sardinha, Falcone e Ferreira (2009) e Benkovskaia (2008) verificaram que a interação conjugal enfraquece com o aumento do número de filhos e que os indivíduos que ainda não têm filhos são mais próximos e afetivos com seus cônjuges quando comparados com aqueles que já têm filhos.

No que diz respeito à Hipótese VII, a qual supunha que a satisfação conjugal fosse observada em níveis mais altos nos indivíduos de classe média do que nos indivíduos de classe baixa, também não foram observadas diferenças significativas. Em relação ao nível de religiosidade, acreditava-se que ele possuía influência no nível de satisfação conjugal, assim como foi indicado na Hipótese VIII, no sentido de que os indivíduos que se considerassem mais religiosos fossem mais satisfeitos do que aqueles que se consideram

menos religiosos. Os resultados indicaram não haver diferenças significativas da satisfação conjugal entre os referidos grupos, o que vai de encontro ao que foi hipotetizado de acordo com os resultados encontrados por Norgren e colaboradores (2004). Entretanto, entende-se que a pesquisa anteriormente citada foi realizada com casais que estavam em longa união, o que justifica que resultados semelhantes não fossem observados na presente pesquisa, já que esta contou com pouca participação de casais em união duradoura.

Já a Hipótese IX, pautava-se na suposição de que as pessoas em primeira união priorizariam mais valores sociais e a hipótese X sugeriu que os indivíduos recasados priorizariam mais os valores pessoais. Apesar de não contar com estudos específicos que relacionassem os valores humanos com o recasamento, considerou-se que as pessoas em primeira união priorizariam mais valores sociais, já que existem fatores sociais que contribuem para a permanência dos indivíduos em relacionamento conjugal, tais como aspectos religiosos, e o medo de estar sozinho, de não ter com quem contar (Norgren et al., 2004). Todavia, não foram observadas diferenças entre os grupos referidos e as hipóteses IX e X não foram confirmadas

Finalmente, levando em consideração a Hipótese XI, que sugeriu que as pessoas em primeira união são mais satisfeitas no casamento do que as pessoas recasadas e que, por sua vez, é o objetivo principal da presente pesquisa, percebeu-se que também não existem diferenças significativas, exceto no que diz respeito à dimensão afetividade, em que houve diferença significativa, com os indivíduos em primeira união pontuando mais alto do que os recasados. Tais resultados corroboram os achados de pesquisa de Silva (2012), ao concluir que os homens em primeira união são mais satisfeitos, assim como os resultados da revisão realizada por Vermer e colaboradores (1989) a qual constatou que a satisfação conjugal é ligeiramente maior no primeiro casamento do que no recasamento.

## **CAPÍTULO VII – DISCUSSÃO**

---

A presente dissertação teve como objetivo principal comparar a satisfação conjugal e os valores humanos de casais de famílias intactas e recasadas, considerando uma amostra de pessoas em primeira união e recasadas divididas equitativamente. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura acerca dos temas em questão (Satisfação Conjugal, Valores Humanos e Recasamento), e em seguida partiu-se para os estudos empíricos que tiveram como objetivo: (1) elaborar e validar a Escala de Satisfação Conjugal; (2) comprovar os parâmetros psicométricos da Escala de Satisfação Conjugal; (3) conhecer se há relação entre os valores humanos e a satisfação conjugal e, por fim, (4) verificar se existe diferença das variáveis (satisfação conjugal e os valores humanos) em função dos dados sociodemográficos (sexo, tempo de união, tipo de família, nível de religiosidade, filhos e classe social).

Estima-se que os objetivos propostos para esta pesquisa acadêmica tenham sido alcançados, oferecendo contribuições para os estudos da satisfação conjugal através da elaboração e validação de uma medida para avaliação da satisfação no casamento (ESC) além de fornecer esclarecimentos acerca das relações com os valores humanos e variáveis sociodemográficas.

No Estudo 1, foi possível testar um instrumento que visou avaliar a satisfação conjugal tendo como base os pressupostos da Teoria de Maslow pensados para o contexto da conjugalidade. Em seguida, o Estudo 2 confirmou a estrutura psicométrica da medida, que alcançou índices de ajuste adequados. Por fim, foram realizados os estudos correlacionais e a verificação da variabilidade da satisfação conjugal em função de variáveis sociodemográficas. Os resultados do Estudo 3 vêm a contribuir para o entendimento das relações entre os valores humanos e a satisfação conjugal, abordada de forma inédita tendo em consideração a utilização da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos.

Conclui-se, portanto, que os resultados aqui apresentados são capazes de contribuir de maneira significativa para uma melhor compreensão dos processos que envolvem a satisfação conjugal. Já que a medida (ESC) construída e validada na presente dissertação contribui para a avaliação dos relacionamentos conjugais, podendo em estudos futuros, ser utilizada para a mensuração do construto referido, já que esta apresentou bons índices de ajuste, o que possibilita sua utilização em contexto de pesquisa e clínico após passar por processos de normatização.

### *7.1 – Limitações Potenciais do Estudo*

Como já foi relatado anteriormente na seção da discussão, fica evidente que a presente pesquisa trouxe respostas para todos os questionamentos propostos através de seus objetivos. Os estudos também trouxeram contribuições significativas para o contexto das pesquisas sobre conjugalidade, mais especificamente para vertente da satisfação conjugal, tendo em vista a elaboração e validação de uma medida psicométrica. Entretanto, é difícil conceber qualquer pesquisa empírica isenta de vieses e limitações. Nesse sentido, existem ainda questões que merecem ser mencionadas como potenciais limitações. A exemplo da natureza não probabilística (de conveniência) da amostra utilizada que não representa toda a Paraíba, nem mesmo da cidade onde os dados foram coletados.

Outro aspecto que pode ser destacado como potencial limitação da presente pesquisa consiste na utilização de medidas unicamente de autorrelato (do tipo lápis e papel), as quais necessitam de um correspondente basicamente comportamental. Utilizar esse tipo de instrumento sugere algumas desvantagens como a possibilidade de os respondentes falsearem as respostas diferindo-as de sua realidade. Assim como pelo viés da desejabilidade social que tem sido frequentemente associada às medidas de satisfação, já que os participantes, quando questionados sobre seu relacionamento amoroso, podem

responder com base no que acreditam que sejam respostas socialmente aceitáveis e apropriadas, no lugar dos seus reais comportamentos, atitudes e ideias (Hernandez, 2014).

Outra limitação diz respeito à quantidade de indivíduos distribuídos em cada intervalo de tempo de união. No presente estudo, a maior parte dos participantes se encontravam entre os anos iniciais e anos médios de união, deixando a desejar quanto à investigação da satisfação conjugal em casamentos mais duradouros.

### *7.3 – Direções Futuras*

Para estudos futuros, sugere-se que seja utilizada uma amostra de natureza probabilística, de forma que esta seja representativa da população e tenha a possibilidade de generalizar os resultados encontrados. Outro aspecto que pode ser melhorado diz respeito à utilização de medidas implícitas.

Outro ponto que pode trazer resultados mais profícuos à pesquisa diz respeito ao controle e divisão dos participantes quanto ao tempo de união. Sugere-se que mais pessoas em uniões de longa duração participem da pesquisa, para que se possa verificar melhor as variações da satisfação conjugal ao longo dos anos de casamento. Recomenda-se, portanto, que mais pessoas em casamentos de longa duração participem da pesquisa, fornecendo a possibilidade de mapear de forma mais eficiente as prováveis diferenças da satisfação conjugal com o passar dos anos de união. Finalmente, sugere-se que a satisfação conjugal possa ser estudada visando conhecer a relação desta com outras variáveis como a expectativa sobre o casamento, questões biológicas e a teoria triangular do amor de Sternberg.

## **REFERÊNCIAS**

---

- Adler-Baeder, F., & Higginbotham, B. (2004). Implications of remarriage and stepfamily formation for marriage education. *Family Relations*, 53(5), 448-458.
- Albuquerque, F. J. B., Vera Noriega, J. A., Coelho, J. A. P., Neves, M. T. S., & Martins, C. R. (2006). Valores humanos básicos como preditores do bem-estar subjetivo *Psico*, 37(2), 131-137.
- Amato, P. R., Booth, A., Johnson, D. R., & Rogers, S. J. (2007). *Alone together: How marriage in America is changing*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Anderson, S. A., Russel, C. S., & Schumm, W. R. (1983). Perceived marital quality and life-cycle categories: a further analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 45(1), 127-139.
- Anton, I. L. C. (2012). *A escolha do cônjuge: um entendimento sistêmico e psicodinâmico*. 2ed, Porto Alegre: Artmed.
- Aquino, T. A. A., Gouveia, V. V., Silva, S. S., & Aguiar, A. A. (2013). Escala de atitudes religiosas, versão expandida (EAR-20): Evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 109-119.
- Ardila, R., Gouveia, V. V., & Medeiros, E. D. (2012). Human Values of colombian people. Evidence for the functionalist theory of values. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 44(3), 105-117.
- Áries, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos.
- Athayde, R. A. A. (2012). Medidas Implícitas de Valores Humanos: Elaboração e Evidências de Validade. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.

- Ayub, N., & Iqbal, S. (2012). The factors predicting marital satisfaction: A gender difference in Pakistan. *The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences*, 6(7), 63-73.
- Belo, R. P. (2003). *A base social das relações de gênero: Explicando o ciúme romântico através do sexismo ambivalente e dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Benkovskaia, I. V. (2008). *Satisfação conjugal, afetividade e proximidade ao cônjuge – diferenças entre casais com filhos e sem filhos e ao longo dos anos de relação*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Berscheid, E., & Reis, H. T. (1998). Attraction and close relationships, In Gilbert, D. T., Fiske, S. T., & Lindzey, G. (Orgs.). *The handbook of social psychology*, 2, 193-281. New York: Oxford University Press.
- Bir-Akturk, E., & Fisiloglu, H. (2009). Marital Satisfaction in Turkish Remarried Families: Marital Status, Stepchildren, and Contributing Factors. *Journal of Divorce & Remarriage*, 50(2), 119–147.
- Bodenmann, G., Ledermann, T., & Bradbury, T. N. (2007). Stress, Sex and Satisfaction in Marriage. *Personal Relationships*, 14, 551- 569.
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Bozon, M. (2003). Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, (20) 131-156.

- Bramlett, M. D., & Mosher, W. D. (2001). First Marriage Dissolution, Divorce, and Remarriage: United States. Advance data from vital and health statistics; no. 323. Hyattsville, Maryland: *National Center for Health Statistics*. 2001.
- Brasil. (2014). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 janeiro de 2015.
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2005). Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Browne, M. W., & Cudeck, R. (1993). Alternative ways of assessing model fit. In: K. A. Bollen & J. S. Long (Eds.), *Testing structural equation models* (pp. 136-162). Beverly Hills, CA: Sage.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programming*. New York: Springer – Verlag.
- Byrne, B. M. (2004). Testing for multigroup invariance using AMOS Graphic: A road less traveled. *Structural Equation Modeling*, 11(2), 272-300.
- Buehler, C., & Gerard, J. M. (2002). Marital conflict, ineffective parenting, and children's and adolescents' maladjustment. *Journal of Marriage and the Family*, 64(1), 78-92.
- Burgess, E. W., & Wallin, P. (1943). Homogamy in social characteristics. *American Journal of Sociology*, 49 (2), 109-124.
- Busby, D. M., Christensen, C., Crane, D. R., & Larson, J. H. (1995). A revision of the Dyadic Adjustment Scale for use with distressed and nondistressed couples: Construct hierarchy and multidimensional scales. *Journal of Marital and Family Therapy*, 21(3), 289-308.

- Buunk, B. P., & Mutsaers, W. (1999a). The nature of the relationship between remarried individuals and former spouses and its impact on marital satisfaction. *American Psychological Association*, 13(2), 165-174.
- Buunk, B. P., & Mutsaers, W. (1999b). Equity perceptions and marital satisfaction in former and current marriage: A study among the remarried. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16(1), 123-132.
- Canel, A. N. (2013). The Development of the Marital Satisfaction Scale (MSS), *Educational Sciences: Theory and Practice*, 13(1), 97-117.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O., & Crepaldi, M. A. (2009). As Transições Familiares do Divórcio ao Recasamento no Contexto Brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222.
- Cano, D. S., & Moré, C. O. (2008). A família como protagonista: desafios atuais. *Psico*, 39(2), 255-257.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2ed, Porto Alegre: Artmed.
- Cavalcanti, J. P. N. (2007). *Reações e cenários de infidelidade conjugal: São o amor e o ciúme explicações?* Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment*, 7, 309-319.
- Código Civil (2002). Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)
- Conciani, M. V. S., & Rodrigues, G. S. (2015). Família socioafetiva: Uma visão crítica acerca das novas entidades familiares vinculadas ao afeto. *Intervenção, Estado e Sociedade*, 2(1), 112-127.

- Corrêa, M. (1994). Repensando a família patriarcal Brasileira. In Arantes, A. A. et al. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Editora da UNICAMP, 3ª edição.
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Edições Asa.
- Costa, A. S. M. (2012). Argumentações em torno das famílias caleidoscópio como expressão da pluralidade familiarista moderna. *Meritum*, 7(1), 429-468.
- Costa, J. M, & Dias, C. M. D. S. B. (2012). Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 72-87.
- Costa, L. F., & Ramalho, F. A. (2010). Novas Perspectivas dos Estudos de Satisfação de Usuários. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon*, 15(30), 57-73.
- Cúnico, S. D, & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: Desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40.
- Cury, C. M. (2008). Recasamento e filhos adolescentes: um estilo de vida em negociação. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Família e Comunidade. PUC, São Paulo.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349-354.
- Da Matta, R. (1987). A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. Almeida, Ângela Mendes de (org) *Pensando a família no Brasil*. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Editora da UFRJ.
- Dantas, C., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2004). Paternidade: Considerações sobre a Relação Pais-Filhos após a Separação Conjugal. *Paidéia*, 14(29), 347- 357.
- D'Araújo, M. A., Alpuim, M., Rivero, C., & Marujo, H. A. (2015). Possibilidades para envelhecer Positivamente: Um estudo de caso com base na Psicologia Positiva. *Revista E-Psi*, 5(1), 40-75.

- Davidov, E., Schmidt, P., & Schwartz, S. H. (2008). Bringing values back in: The adequacy of the European Social Survey to measure values in 20 countries. *Public Opinion Quarterly*, 1-6.
- Dela Coleta, M. F. (1989). A medida da satisfação conjugal: adaptação de uma escala. *Psico*, 18(2), 90-112.
- Dela Coleta, M. F. (1992). Locus de controle e satisfação conjugal, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8(2), 243-252.
- Dellacqua, N. G., Mendes, P. S., & Moraes, T. B. (2013). Família monoparental e o direito de identidade dos filhos nascidos por inseminação artificial heteróloga. *Revista JuRES*, 5(9).
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2005). As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp.132-151). Porto Alegre: Artmed Editora S.A.
- Dessen, M. A., & Polonia, A. C. (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano, *Paidéia*, 17(36), 21-32.
- Diener, E., Larsen, R. J., Levine, S., & Emmons, R. A. (1985). Intensity and frequency: Dimensions underlying positive and negative affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48(5), 580-592.
- Diniz, M. H. (2006). *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 5, 23.<sup>a</sup>Edição, São Paulo: Ed. Saraiva.
- Engels, F. (1982). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Falcke, D. (2003). *Águas passadas não movem moinhos?* Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casamento e família: do social à clínica* (pp. 67-80). Rio de Janeiro: Nau.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374.
- Féres- Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia*, 20(46), 269-278.
- Féres- Carneiro, T., Lisboa, A. V., & Magalhães, A. S. (2011). Transmissão psíquica geracional familiar no adoecimento somático. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(2), 102-113.
- Ferreira, M., Antunes, L., Duarte, J., & Chaves, C. (2015). Influence of infertility and fertility adjustment on marital satisfaction. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 171, 96 – 103.
- Figueredo, P. M. V. (2005). A influência do locus de controle conjugal, das habilidade sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento. *Ciências & Cognição*, 123-132.
- Fiorelli, J. O., & Mangini, R. C. R. (2009). *Psicologia Jurídica*, São Paulo, Ed. Atlas.
- Fletcher, G. J. O., Simpson, J. A., Thomas, G., & Giles, L. (1999). Ideals in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(1), 72-89.
- Formiga, N. S., & Gouveia, V.V. (2005). Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(2), 134-170.
- Fornell, C., & Larcker, D., F. (1981). Evaluating Structural Equation Models with Unobservable Variables and Measurement Error. *Journal of Marketing Research*, 39-50.

- Fowers, B. J., & Olson, D. H. (1989). ENRICH Marital Satisfaction Scale: A discriminant validity and cross-validation assessment. *Journal of Marital and Family Therapy*, 15(1), 65-79.
- Fowers, B. J., & Olson, D. H. (1993). ENRICH marital satisfaction scale: A brief research and clinical tool. *Journal of Family Psychology*, 7(2), 176-185.
- Freire, S. E. A. (2013). *Poliamor, uma forma não exclusiva de amar: Correlatos valorativos e afetivos*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.
- Freires, D. A. N., Gouveia, V. V., Bortolotti, S. L. V., & Ribas, F. T. T. (2014). Resistência a mudança organizacional: Perspectiva valorativa e organizacional. *Psico*, 45(4), 513-523.
- Freyre, G. (2003). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª ed. Recife- PE: Global Editora.
- Furtado, J. L. (2008). *Amor*. São Paulo: Globo.
- Garbin, A. S., Cenci, C. M. B., & Luz, S. K. (2015). Dinheiro e Conjugalidade. *IMED*, 7(1), 72-78.
- Giorgis, J. C. T. (2007). A natureza jurídica da relação homoerótica. *Seleções Jurídicas*, São Paulo.
- Gouveia, V. V. (1998). La natureza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural. Tese de Doutorado Não Publicada. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 431-444.

- Gouveia, V. V. (2012). Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, evidências empíricas e perspectivas. Tese do Concurso para Professor Titular. Departamento de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Gouveia, V.V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V., Athayde, R. A. A., Soares, A. K. S., Araújo, R. C. R., & Andrade, J. M. (2012). Valores e motivações para responder sem preconceito frente a homossexuais, *Psicologia em Estudo*, Maringá, 17(2), 215-225.
- Gouveia, V. V., Fonseca, P. N., Gouveia, R. S. V., Diniz, P. K. C., Cavalcanti, M. F. B., & Medeiros, E. D. (2010). Correlatos Valorativos de Atributos Desejáveis de um/a Parceiro/a Ideal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(1), 166-175.
- Gouveia, V. V., Guerra, V. M., Sousa, D. M. F., Santos, W. S., & Costa, J. M. (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: Evidências de sua Validade Fatorial e Consistência Interna, *Avaliação Psicológica*, 8(1), 87-98.
- Gouveia, V. V., Martínez, E., Milfont, T. L., & Meira, M. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: Análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 133-142.
- Gouveia, V. V., Meira, M., Gusmão, E. E. S., Sousa Filho, M. L., & Souza, L. E. C. (2008). Valores humanos e interesses vocacionais: Um estudo correlacional. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 593-601.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Coelho, J. A. P. M. (2009). Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Aplicações para Organizações. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(3), 34-59.

- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Santos, W. S. (2008). Teoria funcionalista dos valores humanos. Em M. L. M., Ed. Teixeira, *Valores humanos e gestão: Novas perspectivas* (pp. 47-80). São Paulo/SP: Senac.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, V. M. (2014). Functional theory of human values: Testing its content structure hypotheses. *Personality and Individual Differences*, 60, 41-47.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Milfont, T. L., Fischer, R., Clemente, M., & Espinola, P. (2010). Teoría Funcionalista de los Valores Humanos en España: Comprobación de las Hipótesis de Contenido y Estructura, *Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 203-214.
- Grahan, J. M., Liu, Y. J., & Jeziorski, J. L. (2006). The Dyadic Adjustment Scale: A Reliability Generalization Meta-Analysis. *Journal of Marriage and Family*, 68(3), 701-717.
- Granvold, D. K. (2004). Divórcio. In. Dattilio, F. M., & Freeman, A. (Orgs.), *Estratégias cognitivo-comportamentais de intervenção em situações de crise*. Porto Alegre: Artmed.
- Guerra, V. M., Gouveia, V. V., Sousa, D. M., Lima, T. J., & Freires, L. A. (2012). Sexual liberalism-conservatism: The effect of human values, gender and previous sexual experience. *Archives of Sexual Behavior*, 41(4), 1027-1039.
- Guerreiro, M. M. (2010). *Satisfação conjugal e satisfação com a vida em mulheres casadas e recasadas: um estudo comparativo*, Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- Guilford, R., & Bengtson, V. (1979). Measuring marital satisfaction in three generations: Positive and negative dimensions. *Journal of Marriage and the Family*, 387-398.

- Hair, J.F., Anderson, R.E., Tatham, R.L., & Black, W.C. (1998). *Multivariate Data Analysis*, 5th Edition, Prentice Hall, Upper Saddle River, New Jersey.
- Hamarta, E., Deniz, M., Dilmaç, B., & Arslan, C. (2015). A study on marital relationship and marital life satisfaction with regard to values of marital couples. *International Journal of Human Sciences*, 12(1), 55-69.
- Hendrick, S. S. (1988). A generic measure of relationship satisfaction. *Journal Of Marriage & The Family*, 50(1), 93-98.
- Hendrick, C., Hendrick, S., & Dicke, A. (1998). The Love Attitudes Scale: Short form. *Journal of Personal and Social Relationships*, 15(2), 147-159.
- Hernandez, L. A. E. (2014). Evidências da validade da escala de avaliação do relacionamento. *Estudos de Psicologia*, 31(3), 327-336.
- Hernandez, J. A. E., & Hutz, C. S. (2008). Gravidez do primeiro filho: Papéis sexuais, ajustamento conjugal e emocional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 133-141.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in word-related values*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Hollist, C. S., Falceto, O. G., Ferreira, L. M., Miller, R. B., Springer, P. R., Fernandes, C. L. C., & Brigham, N. A. N. (2012). Portuguese Translation and Validation of the Revised Dyadic Adjustment Scale. *Journal of Marital and Family Therapy*, 38(1), 348-358.
- Hu, L. & Bentler, P. M. (1999) Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives, *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1-55.
- IBGE (2013). Registro Civil: Casamentos. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro\\_Civil/2013/pdf/04casamentos.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2013/pdf/04casamentos.pdf) , Acesso em 17 de janeiro de 2015.

- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jackson, J. B., Miller, R. B., Oka, M., & Henry, R. G. (2014). Gender differences in marital satisfaction: A meta-analysis. *Journal of Marriage and Family*, 76(1), 105–129.
- Jablonski, B. (2011). O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. In: Féres-Carneiro, T. (org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 27-42.
- Kaloustian, S. M., & Ferrari, M. (1994). Introdução. In Kaloustian (org). *Família Brasileira, a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.
- Kaplan, M., & Maddux, J. E. (2002). Goals and marital satisfaction: Perceived support for personal goals and collective efficacy for collective goals. *Journal of Social And Clinical Psychology*, 21(2), 157-164.
- Kamp Dush, C. M., Taylor, M. G., & Kroeger, R. A. (2008). Marital happiness and psychological wellbeing across the life course. *Family Relations*, 57(2), 211–226.
- Kazak, A. E., Jarmas, A., & Snitzer, L. (1988). The assessment of marital satisfaction: An evaluation of the Dyadic Adjustment Scale. *Journal of Family Psychology*, 2(1), 82–91.
- Lahiji, L. A., & Moghtaderi, N. (2015). The Role of Sexual Problems and Demographic Characteristics in Predicting Marital Satisfaction. *GMP Review*, 18(2), 376-383.
- Levenstein, S., Kaplan, G. A., & Smith, M. (1995). Sociodemographic characteristics, life stressors, and peptic ulcer: A prospective study. *Journal of Clinical Gastroenterology*, 21(3), 185–192.

- Lévi-Strauss, C. (1956). La famille. In C. Lévi-Strauss. Textes de et sur Claude Lévi-Strauss. Paris: Gallimard.
- Lévi-Strauss, C. (1972). *Structuralism and Ecology*. Conferência republicada no Le Regard éloigné. Paris: Plon.
- Locke, H. J., & Wallace, K. M. (1959). Short marital adjustment and prediction tests: Their reliability and validity. *Marriage and Family Living*, 21(3), 251-255.
- Lucas, R. E., Diener, E. & Suh, E. (1996). Discriminant validity os well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(3), 616-628.
- Machado, L. M. (2007). *Satisfação e insatisfação no casamento: Os dois lados de uma mesma moeda?* Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, MG.
- Magagnin, C., Körbes, J. M., Hernandez, J. A. E., Cafruni, S., Rodrigues, M. T., & Zarpelon, M. (2003). Da conjugalidade à parentalidade: Gravidez, ajustamento e satisfação conjugal. *Aletheia*, (17-18), 41-52.
- Maluf, A. C. R. F. D. (2010). Novas modalidades de família na pós modernidade. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da USP, São Paulo.
- Maslow, A. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Brothers.
- Maslow, A. H. (1968). *Toward a Psychology of Being*. New York: D. Van Nostrand Company.
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Medeiros, E. D. (2011). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: Testando sua adequação intra e interculturalmente*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.

- Meire, M. C. R., & Centa, M. L. (2003). A Evolução da família e suas implicações na educação dos filhos. *Família Saúde Desenvolvimento*, 5(3), 223-230.
- Milfont, T. L. (2001). A intenção de construir família: suas bases normativas e relacionais. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.
- Milfont, T. L., Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2010). Testing the moderating role of the components of norm activation on the relationship between values and environmental behaviour. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 41(1), 124-131.
- Montesino, M. L. C., Gómez, J. L. G., Fernández, M. E. P., & Rodríguez, J. M. A. (2013). Psychometric properties of the Dyadic Adjustment Scale (DAS) in a community sample of couples. *Psicothema*, 25(4), 536-541.
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5-16.
- Mueller, D. J. (1986). *Measuring social attitudes: A handbook for researchers and practitioners*. New York: Teachers College Press.
- Nadaud, S. (2002). *L'homoparentalité: uma nouvelle chance pour la famille?* Paris: Fayard.
- Norgren, M. B. P., Souza, R. M., Kaslow, F, Hammerschmidt, H, & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 575-584.
- Noronha, M. M. S., & Parron, S. F. (2012). A evolução do conceito de família. *Pitágoras*, 3, 1-21.
- Oliveira, M. G. S., Falcone, E. M. O., & Ribas Jr., R. C. (2009). A avaliação das relações entre a empatia e a satisfação conjugal: um estudo preliminar. *Interação em Psicologia*, 13(2), 287-298.

- Olson, D. H. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22(2), 144-167.
- Olson, D. H., Fournier, D. G., & Druckman, J. M. (1986). *PREPARE/ENRICH Counselor's Manual*. Minneapolis, MN: Prepare/Enrich, Inc.
- Omodei, M. M., & Wearing, A. J. (1990). Need satisfaction and involvement in personal projects: Toward an integrative model of subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 762-769.
- Paludo, S. S., & Collier, S. H. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia*, 17(36), 9-20.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pavot, W., & Diener, E. (1993). Review of the Satisfaction With Life Scale. *Psychological Assessment*, 5 (2), 164-172.
- Pereira, M. G., Machado, J. C., & Pinto, H. (2013). Validação do inventário feminino de vivências do processo de separação e divórcio (IFVPSD). *Análise psicológica*, 31(3), 295-308.
- Perlin, G. D. B. (2006). *Casamentos contemporâneos: um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Perlin, G., & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, 17(2), 15-29.
- Pessoa, V. S. (2011). *Análise do conhecimento e das atitudes frente às fontes renováveis de energia: uma contribuição da Psicologia*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.

- Pilati, R. & Laros, J. A. (2007). Modelos de Equações Estruturais em Psicologia: Conceitos e Aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205-216.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores Humanos, Preferência Musical, Identificação Grupal e Comportamento Anti-Social*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.
- Ponciano, E. D. T., & Féres-Carneiro, T. (2003). Modelos de família e intervenção terapêutica. *Interações*, 8(16), 57-80.
- Porreca, W. (2011). *Construções Familiares: Um Estudo sobre a Clínica do Recasamento*. Tese de Doutorado em Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo.
- Regis, L. F. L. V., & Porto, I. S. (2011). Necessidades humanas básicas dos profissionais de enfermagem: situações de (in)satisfação no trabalho. *Rev Esc Enferm USP*, 45(2), 334-41.
- Rizzon, A. L. C., Mosmann, C. P., & Wagner, A. (2013). A qualidade conjugal e os elementos do amor: Um estudo correlacional. *Contextos Clínicos*, 6(1), 41-49.
- Roach, A. J., Frazier, L. P., & Bowden, S. R. (1981). The Marital Satisfaction Scale: Development of a measure for intervention research. *Journal of Marriage & Family*, 43(3), 537, 546.
- Rocha, M. S. R. (2011). *Influência da vinculação ao pai e à mãe sobre as relações do casal: As competências sociais como variáveis mediadoras*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- Rokeach, M. (1968a). A theory of organization and change within value-attitude systems. *Journal of Social Issues*, 24(1), 13-33.
- Rokeach, M. (1968b). *Beliefs, attitudes and values*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.

- Rokeach, M. (1981). *Crenças, Atitudes e Valores: Uma teoria de organização e mudança*. Rio de Janeiro. Editora: Interciência.
- Rollins, B. C., & Feldman, H. (1970). Marital satisfaction over the family life cycle. *Journal of Marriage and Family*, 20-28.
- Ros, M., Gouveia, V. V. & Álvaro, J. L. (2003). Psicología Social de los Valores Humanos: Desarrollos Teóricos, Metodológicos y Aplicados. *Interamerican Journal of Psychology*, 37(1), 171-176.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Rust, J., Bennun, I. Crowe, M., & Golombok, S. (1989) The Golombok Rust Inventory of Marital State (GRIMS). In J. Touliatos, Perlmutter, B. F. and Straus, M. A. (Eds.) *Handbook of Family Measurement Techniques*, Newbury Park, CA: Sage Publications Inc.
- Sampaio, J. R. (2009). O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. *R.Adm.*, 44(1), 5-16.
- Sanders, M. R., Halford, W. K., & Behrens, B. C. (1999). Parental divorce and premarital couple communication. *Journal of Family Psychology*, 13(1), 60-74.
- Santiago Júnior, A. (1998). *Direito de Família, aspectos didáticos*. Belo Horizonte: Inédita.
- Santos, C. A. (2007). *Atributos da Sexualidade Feminina e Prioridades Valorativas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Santos, W. S. (2008). *Explicando comportamentos socialmente desviantes: Uma análise do compromisso convencional e afiliação social*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Santos, M. M. S. (2013). Os efeitos do divórcio na família com filhos pequenos. *Psicologia.pt*, 1-16.
- Santos, W. S., Guerra, V. M., Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V., & Souza, L. E. C. (2012). A influência dos valores humanos no compromisso religioso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 285-292.
- Sardinha, A., Falcone, E. M. O., & Ferreira, M. C. (2009). As Relações entre a Satisfação Conjugal e as Habilidades Sociais percebidas no Cônjuge, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 395-402.
- Scheeren, P., Goulart, V. R., Vieira, R. V. A., & Wagner, A. (2014). Marital Quality and Attachment: The Mediator Role of Conflict Resolution Styles. *Paidéia*, 24(58), 177-186.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2009). Ajustamento Diádico e Satisfação Conjugal: Correlações entre os Domínios de Duas Escalas de Avaliação da Conjugalidade, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3), 439-447.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2010). Satisfação Conjugal: Revisão Integrativa da Literatura Científica Nacional, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 525-531.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2011). Relações entre bem-estar subjetivo e satisfação conjugal na abordagem da Psicologia Positiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 658-665.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2012). Correlations between Subjective Well-being, Dyadic Adjustment and Marital Satisfaction in Brazilian Married People, *The Spanish Journal of Psychology*, 15(1), 166- 176.
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A., & Souza, R. M. (2012). Expressão de afeto e bem-estar subjetivo em pessoas casadas. *Estudos de Psicologia*, 17(2), 321-328.

- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press, 25(1), 1-65.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19-45.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 550-562.
- Seligman, M. E. P., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14.
- Sharlin, A. S, Kaslow, F., & Hammerschmidt, H, (2000). *Together through thick and thin: a multinational picture of long-term marriages*. Nova York: The Haworth Clinical Practice Press.
- Sharpley, C. F, & Cross, D. G. (1982). A psychometric evaluation of the Spanier Dyadic Adjustment Scale. *Journal of Marriage and the Family*, 739-741
- Sheldon, K. M. & Kasser, T. (1995). Coherence and congruence: Two aspects of personality integration. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(3), 531-543.
- Shin, D. C., & Johnson, D. M. (1978). Avowed happiness as an overall assessment of the quality of life. *Social Indicators Research*, 5(1-4), 475-492.
- Silva, P. S. T. (2012) *Percepção da Conjugalidade por Casados e Recasados. A inelutável comparação*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Silva, P. O. M., Trindade, Z. A., & Silva Junior, A. (2012) As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 435-443.
- Silveira, M. L. (2000). Família: Conceitos sócio-antropológicos básicos para o trabalho em saúde. *Família Saúde Desenvolvimento*, 2(2), 58-64.

- Simionato, M. A. W. & Oliveira, R. G. (2003). Funções e transformações da família ao longo da história. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia, ABPppr, 57-66.
- Smith, T. W., & Glazer, K. M. (2005). Hostility, marriage, and the heart: The social psychophysiology of cardiovascular risk in close relationships. In D. R. Crane & E. S. Marshal (Eds), *Handbooks of families and health* (pp. 19–39). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Snyder, D. K. (1997). *Marital Satisfaction Inventory revised (MSI-R) manual*. Los Angeles: Western Psychological Services.
- Soares, A. K. S. (2013). Valores Humanos e Bullying: Um estudo pautado na congruência entre pais e filhos. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.
- Soleimani, A. (1994). *Effect of irrational beliefs on marital dissatisfaction in married students of Islamic Azad University Bojnourd branch* [Persian]. Master's Thesis. Department of Psychology, Tarbiat Moallem University.
- Sousa, D. M. F. (2013). *Desempenho Acadêmico: Uma explicação pautada nos Valores Humanos, Atitudes e Engajamento Escolar*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.
- Sousa, J.C., & Carvalho, G. B. V. (2014). A lei da violência doméstica e as uniões homoafetivas: Adequação e efetividade da justiça brasileira. *Revista de Direito Brasileira*, 7(4), 119-148.
- Sousa, D. M., Vione, K. C., & Soares, A. K. (2013). Valores Humanos: socialização, desenvolvimento e estabilidade. In: Cruz, R. T. & Gusmão, E. E. (org). *Psicologia: conceitos, técnicas e pesquisas*, 2(1), Curitiba, CRV.

- Souza, L. E. C., Gouveia, V. V., Lima, T. J. S., & Santos, W. S. (2015). Questionários de valores básicos – Diagnóstico (QVB-D): Evidências de validade de construto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 292-301.
- Spanier, G. B. (1976). Measuring Dyadic Adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and Family*, 38(1), 15-28.
- Spanier, G. B., & Lewis, R. A. (1980). Marital quality: a review of the seventies. *Journal of Marriage and the Family*, 42(4), 825-839.
- Spanier, G. B., & Thompson, L. (1982). A confirmatory analysis of the Dyadic Adjustment Scale. *Journal of Marriage and the Family*, 44, 731-408.
- Snyder, D. K. (1997). *Marital Satisfaction Inventory revised (MSI-R) manual*. Los Angeles, CA: Western Psychological Services.
- Stevenson, B., & Wolfers, J. (2009). *The paradox of declining female happiness*. Working Paper 14969, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Stolcke, V. (1994). A família que não é sagrada. In Arantes, A. A. et al. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Editora da UNICAMP, 3º edição.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2007). *Using multivariate statistics*. Boston: Pearson/Allyn & Bacon.
- Tamayo, A., & Schwartz, S. (1993). Estrutura Motivacional dos Valores Humanos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(2), 329-348.
- Tavora, M. T. (2009). Contrato emocional e código de ética: pilares da reconstrução conjugal. *Psico*, 40(1), 50-57.
- Travis, S. (2003). Construções Familiares: Um Estudo Sobre A Clínica Do Recasamento, Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia, PUC- Rio.
- Valentim de Sousa, D. H. A., & Dias, C. M. S. B. (2014). Recasamento: Percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 191-201.

- Vemer, E., Coleman, M., Ganong, L. H., & Cooper, H. (1989). Marital Satisfaction in Remarriage: A Meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 713-725.
- Vespa, J. (2012). Union formation in later life: economic determinants of cohabitation and remarriage among older adults. *Demography*, 49(3), 1103-1125.
- Vilela e Souza, L. (2012). Felicidade, Casamento e Satisfação Conjugal: Contribuições aos Dilemas Contemporâneos. *Paidéia*, 22(52), 291-292.
- Vione, K. C. (2012). *As prioridades valorativas mudam com a idade? Testando as hipóteses de rigidez e plasticidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia.
- Wachelke, J. F. R., De Andrade, A. L., Cruz, R. M., Faggiani, R. B., & Natividade, J. C. (2004). Medida da satisfação em relacionamento de casal. *Psico-USF*, 9(1), 11-18.
- Wachelke, J. R., De Andrade, A. L., Souza, A. M., & Cruz, R. M. (2007). Estudo complementar da validade fatorial da Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento e predição de satisfação global com a relação. *Psico-USF*, 12(2), 221-225.
- Wickrama, K. A. S., Lorenz, F. O., Wallance, L. E., Peiris, L., Conger, R. D., & Elder, G. H. (2001). Family influence on physical health during the middle years: The case of onset of hypertension. *Journal of Marriage and Family*, 63(2), 527-539.
- Whisman, M. A. (2001). The association between depression and marital depression. In S. R. H. Beach (Ed.), *Marital and family processes in depression: A scientific foundation for clinical practice* (pp. 3-24). Washington, DC: *American Psychological Association*.
- Zanetti, S. A. S., & Gomes, I. C. (2009). A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. *Psico*, 40(2), 194-201.

## **APÊNDICES**

---

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CCHLA – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**Prezado (a) Colaborador (a),**

Esta pesquisa visa estudar situações da vida conjugal, sendo desenvolvida pelo núcleo de pesquisa *Bases Normativas do Comportamento Social* da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Patrícia Nunes da Fonsêca para a dissertação das alunas Aline Carvalho de Almeida e Bruna de Jesus Lopes. Para efetivação do estudo, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a este questionário.

Por favor, leia atentamente as instruções deste caderno e responda conforme seu julgamento, sem deixar qualquer das questões em branco.

Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Você também pode abandonar o estudo a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 466/12 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, nos colocamos a sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite ([patynfonseca@gmail.com](mailto:patynfonseca@gmail.com))

**Desde já, agradecemos sua colaboração.**

### **Termo de Consentimento**

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da **Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Nunes da Fonsêca**, do **Núcleo Bases Normativas do Comportamento Social**, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

*APÊNDICE B - ESCALA DE SATISFAÇÃO CONJUGAL (ESC)*

**INSTRUÇÕES.** A seguir serão apresentadas algumas sentenças sobre o seu relacionamento conjugal. Gostaríamos que você fizesse uma **AValiação GERAL DE SEU RELACIONAMENTO**, e indicasse o seu grau de concordância com as afirmações, utilizando a escala de resposta abaixo.

| 1                              | 2               | 3                                    | 4               | 5                              |
|--------------------------------|-----------------|--------------------------------------|-----------------|--------------------------------|
| <b>Discordo<br/>Totalmente</b> | <b>Discordo</b> | <b>Nem Concordo<br/>nem discordo</b> | <b>Concordo</b> | <b>Concordo<br/>Totalmente</b> |

01. \_\_\_\_ Percebo que minhas preferências sexuais combinam com as preferências do (a) meu (minha) companheiro (a);
02. \_\_\_\_ Sinto-me atraída(o) pelo(a) meu(minha) companheiro(a).
03. \_\_\_\_ Eu e meu (minha) companheiro (a) temos uma relação satisfatória.
04. \_\_\_\_ Sinto-me distante do (a) meu (minha) companheiro (a), mesmo quando estamos no mesmo ambiente.
05. \_\_\_\_ Sinto-me solitária (o), mesmo quando estou com meu (minha) companheiro (a).
06. \_\_\_\_ Meu (minha) companheiro(a) respeita minhas escolhas e preferências.
07. \_\_\_\_ Os gastos do (a) meu (minha) companheiro (a) me incomodam.
08. \_\_\_\_ Somos capazes de economizar para a realização de planos futuros (compras de bens, viagens, etc).
09. \_\_\_\_ Amo o (a) meu (minha) companheiro (a) o suficiente para continuarmos juntos.
10. \_\_\_\_ Meus desejos sexuais são atendidos pelo (a) meu (minha) companheiro(a).
11. \_\_\_\_ Se conhecesse meu (minha) companheiro(a) como conheço agora, não teria me casado.
12. \_\_\_\_ Eu e meu (minha) companheiro (a) temos dificuldade de resolver nossas desavenças.
13. \_\_\_\_ No relacionamento atual, sinto-me satisfeita (o) com minha vida sexual.
14. \_\_\_\_ Gosto de passar o meu tempo livre ao lado do (a) meu (minha) companheiro (a).
15. \_\_\_\_ Gastamos mais dinheiro do que ganhamos.
16. \_\_\_\_ Admiro meu (minha) companheiro (a).
17. \_\_\_\_ Eu e meu (minha) companheiro (a) não temos muitos assuntos em comum para conversar.
18. \_\_\_\_ Tenho interesse sexual por meu (minha) companheiro(a).
19. \_\_\_\_ Pagamos todas as despesas mensais dentro do prazo.
20. \_\_\_\_ Em relação às finanças confio em meu(minha) companheiro(a).



## ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE VALORES BÁSICOS (QVB)

**INSTRUÇÕES:** Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, escreva um número ao lado de cada valor para indicar em que medida o considera importante como um princípio que guia sua vida.

| 1<br>Totalmente<br>não<br>Importante | 2<br>Não<br>Importante | 3<br>Pouco<br>Importante | 4<br>Mais ou<br>menos<br>Importante | 5<br>Importante | 6<br>Muito<br>Importante | 7<br>Extremamente<br>Importante |
|--------------------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------------------------|-----------------|--------------------------|---------------------------------|
|--------------------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------------------------|-----------------|--------------------------|---------------------------------|

01. \_\_\_ **SEXUALIDADE.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
02. \_\_\_ **ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. \_\_\_ **APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. \_\_\_ **CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. \_\_\_ **EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. \_\_\_ **PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. \_\_\_ **AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. \_\_\_ **RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. \_\_\_ **SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar enfermo.
10. \_\_\_ **PRAZER.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. \_\_\_ **PRESTÍGIO.** Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. \_\_\_ **OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. \_\_\_ **ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
14. \_\_\_ **CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros.
15. \_\_\_ **BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. \_\_\_ **TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. \_\_\_ **SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. \_\_\_ **MATURIDADE.** Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

## ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SÓCIODEMOGRÁFICO

**Agora, gostaríamos de saber um pouco a seu respeito:**

**01. Idade:** \_\_\_\_\_

**02. Sexo:** ☐ Masculino ☐ Feminino

**03. Estado civil:** ☐ Casado ☐ Recasado

**04. Se casado (a), quanto tempo de união?** \_\_\_\_\_

**05. Se recasado (a), quanto tempo passou separado (a)?** \_\_\_\_\_

**06. Se recasado (a), há quanto tempo vive em sua atual relação?** \_\_\_\_\_

**07. Nível de Escolaridade:**

☐ Ensino Fundamental Incompleto

☐ Ensino Fundamental Completo

☐ Ensino Médio Incompleto

☐ Ensino Médio Completo

☐ Ensino Superior Incompleto

☐ Ensino Superior Completo

☐ Pós-Graduação

**08. Tem filhos?** ☐ Sim ☐ Não

**09. Se sim, quantos?** \_\_\_\_\_

**10. Filhos do primeiro casamento?** ☐ Sim ☐ Não

**11. Filhos do recasamento?** ☐ Sim ☐ Não

**12. Atividade profissional:** \_\_\_\_\_

**13. O quanto você se considera religioso?**

|       |   |   |   |   |   |       |
|-------|---|---|---|---|---|-------|
| Pouco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Muito |
|-------|---|---|---|---|---|-------|

**14. Em relação às pessoas da sua cidade, você se considera:**

| Classe baixa |   |   | Classe média |   |   | Classe alta |   |   |
|--------------|---|---|--------------|---|---|-------------|---|---|
| 1            | 2 | 3 | 4            | 5 | 6 | 7           | 8 | 9 |

**15. Renda Familiar**

☐ De 0 a R\$788,00

☐ De R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00

☐ De R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00

☐ De R\$ 2.365,00 a R\$ 4.728,00

☐ De R\$ 4.729,00 a R\$ 7.092,00

☐ Acima de R\$ 7.093,00

**Agradecemos a sua participação!**

### ANEXO 3 - PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
LAURO WANDERLEY/UFPB



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** SATISFAÇÃO CONJUGAL E VALORES HUMANOS DOS CASAIS DE FAMÍLIAS INTACTAS E RECASADAS

**Pesquisador:** ALINE CARVALHO DE ALMEIDA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 41786515.0.0000.5183

**Instituição Proponente:** Hospital Universitário Lauro Wanderley/UFPB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 978.490

**Data da Relatoria:** 24/02/2015

##### Apresentação do Projeto:

O Protocolo de pesquisa encontra-se parcialmente estruturado ética/metodologicamente, conforme preconiza a Resolução CNS nº 466/2012 e a Carta Circular nº 039./2011/CONEP/CNS/GB/MS, de 30 de setembro de 2011.

##### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:** Comparar a satisfação conjugal e os valores humanos de casais de famílias intactas e recasadas.

**Objetivo Secundário:** - Elaborar e validar a Escala de Satisfação Conjugal;

- Comprovar os parâmetros psicométricos da Escala de Satisfação Conjugal;

- Conhecer se há diferença das variáveis (satisfação conjugal e os valores humanos) em função da cidade, do sexo e do tipo de família.

##### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**Riscos:** A pesquisa não oferece riscos previsíveis para os participantes do estudo.

**Benefícios:** Descrever quais os benefícios o estudo proporcionará.

**Endereço:** HULW-4º andar - Campus I - UFPB

**Bairro:** Cidade Universitária

**CEP:** 58.059-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7302

**Fax:** (83)3216-7522

**E-mail:** cephulw@hotmail.com

*Dr.ª Aline Moura Freire  
Coordenadora  
Comitê de Ética em Pesquisa  
HULW - EBSERH - UFPB  
24/02/15*

Continuação do Parecer: 978.490

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A metodologia do estudo necessita de ajustes. Incluir os critérios de inclusão e exclusão e a operacionalização do estudo (como e em que local os 500 participantes serão abordados e selecionados. Caso seja em alguma instituição, anexar a carta de anuência.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Após análise detalhada do protocolo de pesquisa, constatamos que alguns termos não foram apresentados corretamente.

**Recomendações:**

Recomendamos o atendimento da solicitação do CEP/HULW/UFPB, no que diz respeito às pendências, abaixo elencadas, o mais rápido possível.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

1. Descrever os BENEFÍCIOS do estudo, inclusive no TCLE, conforme exigência da Resolução 466/2012.
2. Reestruturar o percurso metodológico, devendo incluir os critérios de inclusão e exclusão da amostra e a operacionalização do estudo (como e em que local os 500 participantes serão abordados e selecionados. Caso seja em alguma instituição, anexar a carta de anuência.
3. Anexar os instrumentos nomeados como ANEXO A e B, possibilitando uma melhor avaliação do ponto de vista ético;
4. Reestruturar o TCLE de modo a atender o que preconiza a Resolução 466/2012, devendo incluir os benefícios do estudo e os contatos do pesquisador(es) e do CEP/HULW. Elaborar também o TCLE para os juízes que participarão do estudo.

CONTATO CEP/HULW. (incluir no TCLE)

Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW - 4º andar. Campus I - Cidade Universitária - Bairro Castelo Branco CEP: 58059-900 - João Pessoa-PB

FAX (083) 32167522 CNPJ: 24098477/007-05 - Telefone: (083) 3216-7964

5. Apresentar autorização dos autores dos instrumentos que serão utilizados.

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Avaliação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP/HULW acata o parecer PENDENTE emitido pelo Colegiado em Reunião Ordinária realizada no

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB  
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.059-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7302 Fax: (83)3216-7522 E-mail: cephulw@hotmail.com

Dr. Miguel Ângelo Monteiro Freire  
Coordenador  
Comitê de Ética em Pesquisa  
HULW - CEPEN / UFPB  
28/12/15

Página 02 de 03

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
LAURO WANDERLEY/UFPB



Continuação do Parecer: 978.490

dia 24 de fevereiro de 2015.

JOAO PESSOA, 09 de Março de 2015

Assinado por:  
**MARIA ELIANE MOREIRA FREIRE**  
(Coordenador)

*Em 21/12/15*  
*[Assinatura]*  
Dr<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Eliane Moreira Freire  
Coordenadora  
Comitê de Ética em Pesquisa  
(HULW - EBSERH / UFPB)

Endereço: HULW-4º andar - Campus I - UFPB  
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.059-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7302 Fax: (83)3216-7522 E-mail: cepulw@hotmail.com

Página 03 de 03